



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 68

II Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de maio de 2022

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Marco Costa e Tiago Branco (substituído no decorrer da sessão pela Deputada Maria Isabel Teixeira)*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 08 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, a sessão iniciou-se com o **Debate por iniciativa do Governo Regional sobre as finanças da Região**. Após a intervenção do Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*), intervieram no debate os/as Srs./as Deputados/as António Vasco Viveiros (*PSD*), Carlos Silva (*PS*), Rui Martins (*CDS-PP*), José Pacheco (*CH*), Pedro Neves (*PAN*), Paulo Estêvão (*PPM*), António Lima (*BE*), Nuno Barata (*IL*), Vasco Cordeiro (*PS*), Carlos Furtado (*Independente*) e Sandra Dias Faria (*PS*).

Ainda, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro usou da palavra para defesa da honra, tendo-se seguido as explicações do Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*).

Posteriormente, o Sr. Deputado Carlos Furtado (*Independente*) procedeu à [Apresentação em Plenário do Projeto de Resolução n.º 116/XII – “Criação de condições para implementação de tarifário tendencialmente único para transportes coletivos”](#), apresentado pelo Deputado Independente.

Seguiu-se, pela voz do Sr. Deputado Rui Martins (*CDS-PP*), a [Apresentação em Plenário do Projeto de Resolução n.º 117/XII - “Condição pós-COVID-19”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Retomando a Agenda, deu-se continuidade ao debate do [Projeto de Resolução n.º 108/XII – “Recomenda ao Governo Regional a criação de um regime transitório para os pescadores do porto da Caloura”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do CH.

Para o efeito, usaram da palavra os Srs. Deputados Vasco Cordeiro (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*), bem como o Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas (*Manuel São João*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado.

Proferiram declarações de voto o Sr. Deputado José Pacheco (*CH*), a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares (*PS*) e o Sr. Deputado Carlos Furtado (*Independente*).

Seguidamente, foi debatido o [Projeto de Resolução n.º 110/XII – “Atualização do valor da remuneração complementar e utilização do regime jurídico de preços como forma de mitigar os efeitos da inflação na Região Autónoma dos Açores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Feita a apresentação da iniciativa por parte do Sr. Deputado António Lima (*BE*), intervieram no debate os Srs. Deputados Nuno Barata (*IL*), Joaquim Machado (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Carlos Silva (*PS*), Carlos Furtado (*Independente*), José Pacheco (*CH*) e Rui Martins (*CDS-PP*), bem como o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

Por fim, o Sr. Deputado Pedro Neves (*PAN*) procedeu à apresentação [Projeto de Resolução n.º 105/XII – “Estratégia agrícola regional de emergência para a produção e armazenamento de cereais”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PAN, tendo intervindo no debate que se seguiu os/as Srs./as Deputados/as Bruno Belo (*PSD*), Gustavo Alves (*PPM*), Carlos Furtado (*Independente*), Patrícia Miranda (*PS*), Alexandra Manes (*BE*), Rui Martins (*CDS-PP*) e Nuno Barata (*IL*), bem como o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

Foi preferida uma declaração de voto pelo Sr. Deputado Carlos Furtado (*Independente*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 34 minutos.

Presidente da Assembleia: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eram 10 horas e 08 minutos.

Vamos dar início aos nossos trabalhos. Tem a palavra o Sr. Secretário, faz favor.

Secretário da Assembleia: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Berto José Branco Messias

Carlos Emanuel Rego Silva

Célia Otelinda Borges Pereira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Joana Pombo Sousa Tavares

João Vasco Pereira da Costa

José Manuel Gregório de Ávila

José António Vieira da Silva Contente

José Gabriel Freitas Eduardo

Lubélio de Fraga Mendonça

Manuel José da Silva Ramos

Maria Isabel Góis Teixeira

Mário José Dinis Tomé

Marta Ávila Matos

Patrícia Maria Melo Miranda

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca

Rui Filipe Vieira Anjos

Sandra Micaela Costa Dias Faria

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Tiago Alexandre dos Santos Lopes

Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho

Vasco Alves Cordeiro

Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da Ponte

Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Bruno Filipe de Freitas Belo

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Délia Maria **Melo**

Elisa Lima de **Sousa**

Flávio da Silva **Soares**

Maria **Guilhermina** Ourique Moniz **Silva**

Jaime Luís Melo **Vieira**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Carlos Cota **Soares**

Marco José Freitas da **Costa**

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Paulo Duarte **Gomes**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Vitória Alexandra Correia **Pereira**

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira **Cabeceiras**

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Rui Miguel Oliveira **Martins**

Bloco de Esquerda (BE)

Alexandra Patrícia Soares **Manes**

António Manuel Raposo **Lima**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão **Alves**

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Chega (CH)

José Eduardo Cunha Pacheco

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto Barata Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Independente

Carlos Alberto Borges Rodrigues Furtado

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Secretário. Estão presentes 55 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão, pode entrar o público. Sras. e Srs. Deputados, vamos, conforme deliberado na conferência de líderes, iniciar os nossos trabalhos com o ponto... esta manhã com o ponto 3 da nossa agenda, debate por iniciativa do Governo Regional sobre as finanças da região. Regem estas matérias os artigos 187 e 188 do nosso regimento e os tempos definidos pela conferência de líderes para este debate são os seguintes: o PS e o Governo dispõem de 28 minutos, o PSD de 24 minutos, o CDS-PP de 14 minutos, os grupos parlamentares do Bloco de Esquerda e do PPM dispõem de 12 minutos, as representações parlamentares do Chega, do IL, da Iniciativa e do PAN dispõem de 10 minutos e o Sr. Deputado independente dispõe de 5 minutos. Para dar início ao debate, tem a palavra o Sr. Secretário regional das Finanças, de Planeamento e Administração Pública. Faz favor, Sr. Secretário.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, senhor

vice-Presidente, Sras. e Srs. membros do Governo. A transparência obriga e os açorianos merecem que transmita com regularidade os dados sobre a situação das finanças regionais. Em setembro passado, no âmbito do procedimento por défices excessivos, foram reportados pelo INE os valores finais da dívida pública dos Açores e no mês de dezembro o Tribunal de Contas emitiu um relatório e parecer sobre a conta da região de 2020. Esta é, pois, a primeira oportunidade que tenho para dar a conhecer aos açorianos quais as responsabilidades financeiras que sobre eles impedem. Esta postura será replicada ano após anos, logo que tenhamos os valores reportados, confirmados e auditados.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, senhor vice-Presidente, Sras. e Srs. membros do Governo. As responsabilidades financeiras futuras da região, isto é, aquilo que os açorianos vão ter de pagar, resultam da dívida financeira, da dívida não financeira e de outras responsabilidades, como seja o caso dos compromissos com parcerias público-privadas e dos passivos do setor público empresarial regional... Repito, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. As responsabilidades financeiras futuras da região, isto é, aquilo que os açorianos vão ter de pagar, resultam da dívida financeira, da dívida não financeira e de outras responsabilidades, como seja o caso dos compromissos com as parcerias público-privadas e dos passivos do setor público empresarial regional, que não consolida, à exceção da EDA. Assim, dentro do perímetro de consolidação, regista-se dívida financeira dos serviços integrados: 2.180.468.712,43 euros. Entidades públicas reclassificadas: 27.901.485,87 euros. Avaes à SATA: 197 milhões de euros. Em relação à dívida não financeira dos

serviços integrados: 91.891.512 euros. Dos serviços e fundos autónomos: 24.343.496 euros. Das atividades públicas reclassificadas: 157.853.395 euros. De outras responsabilidades, das PPPs: 604.078.805,43 euros, sendo das SCUTS de São Miguel: 452.013.607,25 euros. Do Hospital do Espírito Santo da Ilha Terceira: 152.065.198,18 euros. Da iluminação pública: 4.550.935,98 euros. Do IRS dos municípios: 5.489.455 euros. Fora do perímetro de consolidação e excluindo o Grupo EDA, a região apresentava dívidas de: dívida financeira: 251.870.645,35 euros, dos quais 7.825.722,97 euros relativos à Conserveira Santa Catarina e 20.239.305,07 euros relativos à Sinaga. Da dívida não financeira: 999.769,95 euros relativos à Conserveira Santa Catarina e 1.147.073,71 euros relativos à Sinaga. Para que todos os açorianos conheçam a realidade, a soma destas responsabilidades financeiras futuras que sobre eles impendem, totalizam 3.598.807.131,71 euros. Estes quase 3.600 milhões de euros são números brutais, mas devem ser conhecidos e reconhecidos por todos. Simultaneamente e na mesma altura, a região apresentava alguns dos piores indicadores socioeconómicos do país e da Europa. A maior taxa de abandono escolar precoce, o triplo da média nacional.

Deputado João Bruto da Costa: É verdade! Muito bem!

O Orador: Dois terços das crianças em idade de escolaridade obrigatório necessitavam de apoio de ação social escolar. Tínhamos a maior taxa de risco de pobreza de Portugal, 1.7 vezes a média nacional, entre outros indicadores que não nos orgulham. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, senhor vice-Presidente, Sras. e Srs. membro do Governo. Esta fotografia da nossa realidade suscita também um olhar sobre o futuro. Face aos dados da execução orçamental até esta data e considerando um endividamento de 0 para o próximo ano, estima-se ser possível apresentar uma proposta de plano de investimento na ordem dos 600 milhões de euros. Não prometemos ilusões, mas sim rigor.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

O Orador: Não anunciamos milhões, mas sim transparência. Não devemos prometer os maiores planos de sempre se quisermos inverter o processo de crescimento de responsabilidades financeiras futuras. Preferimos a verdade e todo o encargo que ela acarreta. O futuro, sendo a verdade que se eterniza, impõe um compromisso político. O compromisso com os açorianos e com as gerações futuras. Disse.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e dos Membros do Governo:
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Secretário. Peço-lhe desculpa pelas condições de som, mas tivemos uma avaria, de facto, no sistema. Está, penso que, resolvida. Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. A mesa já tem várias inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) Deputado António Vasco Viveiros: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, senhor vice-Presidente, senhores membros do Governo. Em boa hora entendeu o Governo agendar um debate parlamentar sobre as finanças dos Açores. Esta discussão afigura-se essencial no sentido de, com verdade e rigor, avaliar aquilo que são as responsabilidades financeiras herdadas pelo atual Governo, com referência ao final de 2020. O parecer do Tribunal de Contas sobre a conta de 2020, foi emitido em dezembro de 2021, sendo um documento essencial para o objetivo deste debate, quer pela informação disponível, quer pela sua fiabilidade. O mesmo tribunal, em setembro de 2021, elaborou e divulgou um estudo sobre a evolução da dívida pública em 2020, documento bem elucidativo sobre este tema. Por outro lado, a avaliação da situação financeira da... da situação das finanças da região deve ser analisada de forma dinâmica, isto é, a sua evolução ao longo

dos últimos anos, aferindo-se, assim, pelo seu padrão de crescimento, comparando ainda com a evolução do PIB, bem como com o comportamento das receitas fiscais e da despesa. Acresce que os critérios de avaliação da situação das finanças devem ser adaptados à realidade regional e não redutores, por exemplo, utilizando apenas o critério do Eurostat, que considera apenas a dívida bruta, isto é, a dívida financeira da administração e das empresas do perímetro orçamental, excluindo a dívida não financeira, as responsabilidades das empresas fora do perímetro e as responsabilidades decorrentes das parcerias público-privadas.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

Deputado Carlos Silva: O que interessa são os seus números. O que o EUROSAT diz não interessa!

O Orador: O que verdadeiramente importa é relevar todas as responsabilidades, independentemente da sua natureza, que de uma maneira ou de outra serão financiadas pelo orçamento regional, pela atual e pelas futuras gerações. Este exercício de verdade nunca foi conveniente ao anterior Governo, mas é fundamental que assim seja, é fundamental que os açorianos conheçam sempre a verdade das suas finanças públicas. Ao longo dos últimos anos, muitos foram os avisos das dificuldades crescentes das finanças regionais, quer pelos partidos da então oposição, quer pelo meio académico, quer pelo Tribunal de Contas ou ainda pelas empresas fornecedoras da região e das suas instituições, pelos elevados prazos de pagamento generalizados. As dívidas a fornecedores, no final de 2020, eram de 274 milhões de euros, ou seja, quase 7% do PIB. Os Governos anteriores recorreram a manobras e instrumentos para a desorçamentação da despesa e fuga aos limites de endividamento...

Deputado João Bruto da Costa: É verdade!

O Orador: ...designadamente, através da criação de empresas públicas. Foi o caso da Saudaçor, que acumulou passivos superiores a 600 milhões de euros, escondendo o subfinanciamento do Serviço Nacional de Saúde. A SPRHI, cujo

objetivo inicial foi subvertido, passando até a construir até escolas e estradas, acumulando um passivo superior a 200 milhões de euros, ou ainda a Azorina, a SDEA, todas as empresas sem qualquer atividade mercantil e com funções integradas nos correspondentes departamentos da administração regional como o próprio anterior Governo reconheceu ao extinguir as duas primeiras. Foi ainda o caso da Conserveira Santa Catarina, cuja aquisição e financiamento foi assegurado pela Lotaçor, empresa fora do perímetro orçamental, que assumiu passivos superiores a 15 milhões de euros, ou o negócio da Sinaga, cujo processo de compra nunca foi devidamente esclarecido e que representa um custo para a região superior a 30 milhões de euros. A evolução dos critérios do Eurostat para a determinação da dívida pública transformaram algumas daquelas empresas extemporâneas como instrumentos para esconder a dívida, motivo pelo qual o anterior Governo acabou por as extinguir.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. A dívida bruta do setor público regional, no final de 2013, primeiro Governo do Dr. Vasco Cordeiro, totalizando a dívida global de 1.700... totalizava 1.262 milhões de euros e a dívida global 1.726 milhões de euros, isto é, incluindo a dívida não financeira e as responsabilidades das empresas públicas fora do perímetro orçamental, excluindo-se a EDA.

Deputado João Bruto da Costa: No primeiro Governo!

O Orador: Sendo as responsabilidades pelas parcerias público-privadas, à data, de 557 milhões de euros, significa que as responsabilidades globais da região totalizavam 2.278 milhões de euros. No final de 2019, 6 anos depois, sem qualquer efeito de Covid e depois de um período de algum crescimento, as responsabilidades globais da região passaram para 3.350 milhões de euros, um crescimento de quase 1.100 milhões de euros, quase 50% em 6 anos.

Deputado João Bruto da Costa: É verdade!

O Orador: No mesmo período, o crescimento do PIB nominal foi de apenas 22%. Quanto às receitas fiscais, em 2013 totalizaram 554 milhões de euros e em 2019 694 milhões de euros, um crescimento de cerca de 25%, em linha com a variação do PIB no mesmo período. A conclusão é óbvia! O crescimento da despesa foi sempre superior ao crescimento das receitas e do PIB. Ou seja, mais dívida, mais encargos. Mas o que concluiu o Tribunal de Contas no estudo que já referi, sobre a evolução da dívida em 2020?

Deputado Carlos Silva: Qual é o valor da dívida?

O Orador: E cito o que diz o Tribunal de Contas: “quando eclodiu a pandemia de Covid, as finanças públicas regionais já se confrontavam com uma situação de desequilíbrio estrutural, evidenciada pela posição deficitária que o saldo orçamental ocupa, ...

Deputado Carlos Silva: O Sr. Deputado tem que ler tudo!

O Orador: ... pelo menos, desde 2009, facto que determinou a expansão contínua da dívida pública regional no período em apreciação. Nos anos 2020 e 2021, em que se sentiram os efeitos da pandemia, importa verificar a evolução da dívida bruta de modo a permitir a comparação num e noutro ano, dado que, para 2021, a informação disponível ainda é limitada.

Deputado Carlos Silva: Qual é o valor da dívida?

O Orador: Com efeito, analisando a notificação do défice X do INE, constata-se o seguinte: em 2020, a dívida bruta aumentou 449 milhões de euros, totalizando 2.405 milhões de euros, ...

Deputado Carlos Silva: Ah, 2400! O Sr. Secretário disse 3500 milhões de euros! Isso contradiz o Sr. Secretário!

O Orador: ... e em 2021 o aumento foi 280 milhões de euros, ou seja, um valor substancialmente mais baixo, totalizando 2.685”. Porém, importa referir que o aumento da dívida de 2021, ...

Deputado Carlos Silva: 2021 pode ser! Agora, 2020 não!

O Orador: ... uma parte substancial do valor resulta da contabilização de empréstimos da SATA, por terem o aval da região e que foram considerados, por isso, dívida pública. Com efeito, o saldo em contabilidade pública em 2021, estará nas contas do INE, foi de 89 milhões de euros, enquanto que, em 2020, tinha sido 264 milhões de euros. Sr. Presidente, senhoras e senhores Deputados. Perante a situação atual das finanças regionais, será fundamental estancar o crescimento da dívida. Esta é uma promessa deste Governo e as previsões financeiras do plano a médio prazo, aprovado neste parlamento, apontam para que o crescimento da dívida seja nulo a partir do próximo ano ou do ano seguinte. Confiamos que seja possível atingir este objetivo, a bem de todos os açorianos. O percurso do passado não foi de sucesso nem foi um bom exemplo.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

O Orador: Não convergimos com a média europeia, não convergimos com o país. Não cumprimos, assim, um dos objetivos do estatuto político-administrativo, que se afigura essencial para o bem-estar coletivo e que deverá ser um compromisso da atual geração. Disse.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e dos Membros do Governo:
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Carlos Silva: Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. membros do Governo. O debate sobre as finanças públicas é algo relevante, sinceramente, causou alguma expectativa sobre o que viria o Sr. Secretário das Finanças anunciar, mas, no final

de contas, aparentemente, trouxe uma mão cheia de nada. Mas passarei a explicar com maior...

Deputado Pedro Pinto: Uma mão cheia de dívidas!

O Orador: Eu pensava que o Sr. Secretário viesse falar sobre o futuro, sobre medidas de apoio às empresas e às famílias, sobretudo no momento difícil que enfrentamos, mas não. O Governo continua apático e numa inércia brutal e não responde às necessidades das famílias e das empresas e isso é algo que merece a nossa preocupação. Sem querer desviar atenções sobre aquilo que disse o Sr. Secretário das Finanças, a primeira análise que eu gostaria de fazer era que o Sr. Secretário das Finanças deveria de conversar com o Deputado António Vasco para ver se se entendem! Porque o Sr. Deputado António Vasco leu uma parte do relatório do Tribunal de Contas que fala numa dívida bruta de 2.489 milhões e o Sr. Secretário vem falar em 3.500 mil milhões de euros. Entendam-se! Esse é o primeiro facto. Segunda nota importante é que o Sr. Secretário das Finanças também tem um histórico. E em 2012 o que é que dizia sobre as responsabilidades financeiras da região? Dizia que a região tinha responsabilidades financeiras de 3,3 mil milhões de euros. Passados 10 anos, o Sr. Secretário diz agora que são 3,5. Em que é que ficamos, Sr. Secretário? É mesmo assim? Está a dizer que, em 10 anos, a dívida da região aumentou 200 milhões de euros? É isso que nos traz aqui hoje? É uma absoluta contradição entre aquilo que disseram, aquilo que dizem e aquilo que fazem, que é pior. Porque o Sr. Presidente do Governo disse, em 9 de dezembro de 2020, que esse seria um novo ciclo de governação mais transparente, mais rigoroso e mais humilde, mas 15 meses depois da atuação deste Governo, o que é que temos? Transparência, não temos. Rigor nas contas públicas, não temos. Humildade democrática, também não temos. Mas vamos a factos para comprovar o que aqui dissemos. Em primeiro lugar, no final de 2020, a tal herança do Partido Socialista que os senhores não gostam de falar, mas que existe, a região tinha um rácio de dívida em relação ao PIB inferior a 50% no final de 2019 e inferior a 60%

no final de 2020, mesmo com o forte impacto da pandemia e com o forte impacto do furacão Lourenço, e isso é bem comprovado no relatório do Tribunal de Contas, mas foi omitido deliberadamente,

Deputada Andreia Cardoso: Muito bem!

O Orador: ... porque não é possível analisar com rigor as contas de 2020 sem reconhecer o forte impacto que a pandemia teve na quebra do PIB, em quase 400 milhões de euros, e, conseqüentemente, no aumento da dívida porque foi preciso acudir as empresas e acudir as famílias, coisa que os senhores, neste momento, não fazem.

Deputada Ana Luís: Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa: Não apoiado!

O Orador: Acresce, relativamente ao endividamento, algo que os senhores também não falam a verdade. Quando falam de endividamento, não reconhecem o trabalho que também foi feito ao longo dos anos na gestão rigorosa das finanças públicas. Em 24 anos de governação do Partido Socialista, a média de endividamento dos Governos Socialistas ronda os 100 milhões de euros. Em 2 anos, com o valor da dívida que cresceu em 2021 de 280 milhões e com o valor que foi aqui aprovado nesta assembleia para 2022, de 150 milhões, os senhores já têm uma média de endividamento de 200 milhões de euros. O dobro do que o verificado pelo Partido Socialista em 24 anos! E esse é também um sinal de alerta!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Também falam os senhores frequentemente na herança, mas esquecem-se deliberadamente de algo que têm ao seu dispor, mas que não conseguem executar. Este Governo teve ao seu dispor um pacote financeiro de 3,2 mil milhões de euros de fundos comunitários para os próximos anos, um valor *record* e praticamente o dobro do registado no anterior quadro comunitário. E a verdade é que omite

deliberadamente essa informação quando fala da gestão financeira da região. É um valor *record* e, passados 15 meses, há sinais de alerta também nos fundos comunitários. Há pouco rigor na execução, há falta de transparência na divulgação dos dados e tudo isso é motivo de preocupação. Falta de transparência. Este Governo é responsável por omitir informação no requerimento dos Deputados, este Governo é responsável por não apresentar os planos e orçamentos das empresas públicas. Já aqui destacamos o caso dos hospitais, o caso da SATA, o caso das Ilhas de Valor. Promete transparência, mas o que traz é: esconde informação diariamente. Esse é um Governo também responsável por não cumprir as resoluções desta assembleia. Em outubro de 2021 foi publicada uma resolução, nº 55, que obriga este Governo a divulgar num portal público os fluxos financeiros dos fundos comunitários. E o que é que fez até agora o Governo? Nada. Não cumpre uma resolução desta assembleia, não publica informação e isso é alvo de reparo, não apenas do Partido Socialista, mas do próprio conselho económico e social, que diz que este Governo não divulga informação sobre o PRR e não está a apresentar a informação que é devida. Tudo isso são factos. Mas há mais. Em 15 meses, o Sr. Secretário Duarte Freitas tentou branquear e iludir os açorianos, tentando fazer passar a ideia de que não é membro do Governo desde 2020 e que não tem responsabilidades pela ação deste Governo, ou inação, nos últimos 15 meses. Mas o que é que temos nos últimos 15 meses de ação direta deste Governo? Temos um défice de 360 milhões de euros, registado em 2021 e publicado nas contas. E comprovado pelo INE que os senhores um dia gostam, outro dia não gostam. Temos uma dívida que aumentou em 2021, 280 milhões de euros. Temos as agendas mobilizadoras que, no entender do Deputado Paulo Estevão, é um embuste que foi feito aos açorianos, que os senhores queimaram 117 milhões de euros. Temos 80 milhões de euros do furacão Lourenço, que os senhores prescindiram da República. E têm um défice registado no Boletim de Execução Orçamental em março, um défice negativo... um défice é negativo, peço desculpa,

um défice de 65 milhões de euros. O valor mais elevado de sempre em março, comparativamente com os outros períodos. Tudo isso são sinais alarmantes, tudo isso somado, em 15 meses de governação, os senhores trazem responsabilidades acrescidas e um buraco de 600 milhões de euros. É por isso que os senhores também deviam de responder e explicar aos açorianos como é que em tão curto espaço de tempo já fizeram pior, muito pior, do que aquilo que criticavam nos Governos do Partido Socialista.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: É por tudo isso que nós temos memória e nós dizemos recorrentemente que os senhores estão a deixar os Açores para trás. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Berto Messias: O Eng.º Bastos e Silva passou-lhe as pastas? Acho que não lhe passou! Quem ouviu a sua intervenção e vê os números, não bate certo!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Para participar no debate, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Rui Martins: Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, senhores Deputados, Sr. Presidente, vice-Presidente e membros do Governo. Em primeiro lugar, eu gostaria de, obviamente, congratular o Sr. Secretário das Finanças pelo facto de nos trazer, neste momento em que há, efetivamente, o apuramento de contas relativamente a 2020 e que estão devidamente auditadas e faz este ponto da situação e esta análise e permite que este parlamento possa fazer esta análise das contas, agora consolidadas. E estamos a falar de factos concretos. E é aí que eu não percebo como é que o Deputado Carlos Silva diz que há uma discrepância entre os dados apresentados pelo Sr. Secretário e pelo Deputado

António Vasco Viveiros. Quer dizer, o próprio relatório diz que, no final de 2020, as entidades públicas reclassificadas tinham contas correntes por amortizar, num total de 3,1 milhões de euros, que passaram a constituir dívida fundada. Falou que eram 2.600 milhões, mas, afinal, diz logo aqui que são 3,1 milhões, e isto só das entidades reclassificadas.

Deputado Carlos Silva: É o Tribunal de Contas que o diz!

Deputada Andreia Cardoso: Está aqui o relatório!

O Orador: Depois... e já para não dizer que a grande responsabilidade também que recai sobre este executivo, e estamos numa altura que pode ser, efetivamente, uma altura desafiante, exatamente pelo facto de 75% da dívida pública regional atinge a maturidade em 2027, sendo que 303 milhões foram já em 2021. Ou seja, a maturidade foi... esta foi a herança do Partido Socialista!

Deputada Catarina Cabeceiras: Muito bem!

O Orador: Este Governo entrou e já tinha dívida com uma maturidade de 303 milhões para... isto, do bolo total que, obviamente, terá que ser devidamente caucionado agora nos próximos orçamentos.

Deputado João Bruto da Costa: É verdade!

O Orador: Esse é o facto. E depois, relativamente a este triénio e aos desafios que nós vamos passar, começam logo por esta maturidade da dívida. Depois, os resultados que o Sr. Secretário nos trouxe aqui são, efetivamente... mostram que, do ponto de vista daquilo que foi as apostas do Partido Socialista no passado, não trouxeram e não produziram, efetivamente, resultados. Ou, pelo menos até 2020, aquilo que nós conseguimos ver é: se chegamos até 2020 com uma dívida total consolidada de 3.598 milhões de euros...

Deputado Vílson Ponte Gomes: Isso já são outros números!

O Orador: ... e os nossos resultados e os indicadores sociais não convergiram com a comunidade europeia, por exemplo, e não convergiram aquilo que também era expectado e era aquilo que os próprios orçamentos do Partido Socialista

apontavam, que era: os investimentos tinham em vista a convergência, esses resultados, infelizmente para todos nós, não foram atingidos, mas isto, efetivamente, traz-nos essa preocupação! Então, se fizemos estes investimentos todos, temos estas responsabilidades futuras até ao fim da década! Até... isto é um compromisso para a década! Porque o *stock* da dívida pública regional a amortizar nos anos seguintes, em particular 2026 a 2030, é igualmente significativo! Estamos a falar da... a próxima década está absolutamente condicionada pela década anterior!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP: Muito bem!

O Orador: E isso é que é o grande desafio que caiu agora na responsabilidade do Sr. Secretário das Finanças!

Deputado João Bruto da Costa: É verdade!

O Orador: E quando nós não conseguimos atingir e convergir com aquilo que eram dados do... sobretudo daquilo que eram os indicadores sociais, com a retirada de pessoas da pobreza, a diminuição do fosso de pobreza, ou do Índice de Gini... quer dizer, quando nós não conseguimos fazer essa convergência e fizemos todos estes investimentos, isto é a prova de que algo vai mal. E, por isso, e para não me alongar já nesta primeira intervenção, mas gostaria de realçar já um aspeto que me parece que poderá ser uma das conclusões, mas que tiro já à partida, que é: estes resultados e estes indicadores também nos convocam a todos para aquilo que será a realização e, no fundo, a construção do próximo orçamento regional, porque isso deverá nos fazer pensar sobre aquilo que são os fundos que já estão condicionados, aquilo que são a dívida pública, que nós vamos ter que acautelar e, obviamente, pagar, e aquilo que será a construção do novo orçamento, ...

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

O Orador: ... sob pena de não conseguirmos também produzir... os investimentos que, eventualmente, se afigurem para não... e para atingirmos

aquilo que é um objetivo deste Governo, de não termos um aumento paulatino, como aconteceu no passado, da dívida pública regional. Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Pacheco. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José Pacheco:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Vice-Presidente, Sras. e Srs. membros do Governo, um bom dia a todos. Muito obrigado por ter concedido a palavra, Sr. Presidente. E para dizer que, em primeiro lugar, Sr. Secretário, é assim que se devem fazer as coisas. Deve-se mostrar as contas, não deve haver opacidade, não deve haver cortinas de fumo, os açorianos... não são apenas aqui os Deputados, os açorianos, que é para eles que nós trabalhamos, têm todo o direito de saber o estado das contas da região, sejam elas boas, mais ou menos ou muito más, como é o caso! Para dizer que tanta promessa, tanto fundo europeu, tanto curso, tanto cursinho, tanta taxa, tanta taxinha, e os nossos filhos têm o futuro condenado! Os nossos filhos vão ter que pagar estas dívidas! Estas e aquelas que vão aparecer! Depois ouve-se as SCUTS... ah, ia custar menos, depois custa mais! Depois são as Sinagas, depois são mais as dívidas à EDA, depois são as SATAs, que ainda ontem falamos! E acho que os senhores fizeram um rico trabalho!

Deputado José Ávila: Mas pelos vistos estão a fazer melhor ainda!

O Orador: Os açorianos têm umas contas muito boas a ajustar! Cada açoriano vai ter que pagar isso de forma direta e indireta! Agora percebo como é que se aprova um certo tipo de taxas! Há que pagar contas ou justificar o meio para as pagar! E isto é triste! Isto é triste! Continuamente, fala-se de fundos europeus. Os

fundos europeus não são um papá rico! Os fundos europeus são para ser bem aplicados, para tirar esta região da pobreza, coisa que nunca aconteceu!

Deputado Paulo Gomes: Que nos deixaram!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves:** Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, senhor vice, muito bem vindo, senhores membros do Governo. Muito obrigado, Sr. Secretário Regional das Finanças, por ter dito o relatório, foi o que o Sr. Secretário fez. Eu estava à espera... a minha expectativa era extremamente alta e continua a ser, por isso, eu vou, pelo menos, fazer algumas perguntas. Fiquei um bocado desiludido, obviamente, com o grupo parlamentar do PSD e do PS, que vão falar e digladiam entre si e esquecem-se dos açorianos lá fora, é só quem é que fez menos, que é que fez mais, e esquecem-se... *rating* da Fitch, alguém falou? Sr. Secretário, o que é que se passa? Porque é que a Madeira mudou e porque é que nós não mudamos? A Madeira mudou para BBB, nós temos BBB menos. Pelo menos, tínhamos sempre um parceiro, que era a Madeira, agora estamos completamente sozinhos. IPC, Índice dos Preços do Consumidor, estão a aumentar drasticamente! Falamos... o secretário das Finanças está a pensar como é que nós podemos reduzir ou, pelo menos... há, pelo menos... há uma previsão virtual sobre este índice? Que isto é que os açorianos querem saber, o cabaz familiar, que aumentou 18,3% e está a aumentar, semana após semana, os cereais, que aumentaram da semana passada para esta semana 13%... é isto que os açorianos pretendem, não é quem é que fez mais, quem é que fez menos. Meus senhores, Sras. e Srs. Deputados, não é isso que os açorianos querem saber! Querem saber é qual é o nosso futuro... Sr. Secretário regional das Finanças, a sua equipa já pensou ou fez uma previsão relativamente ao que é a inflação? Serão os 7,3%, os 7,5%, como a nível nacional? Não será... esses são os dados que nós precisamos e, obviamente, que o cabaz da família, que

aumentou de janeiro a maio, 18,3% e, provavelmente, há uma previsão até 24%, isto é que é extremamente grave! Nós podemos estar a antever uma nova austeridade, neste caso, a austeridade da 3ª década ou do século XXI, e eu gostaria que o Sr. Secretário das Finanças, que eu tenho grande expectativas, que a mudança eu vejo como algo positivo, dentro do Governo Regional, e eu gostaria, pelo menos, que estas perguntas, nesta primeira intervenção, que fossem respondidas. Obrigado, Sr. Secretário.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Para participar no debate, tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estevão:** Sr. Presidente, senhores Deputados, Sr. Presidente e membros do Governo. Bem, o Governo foi muito claro! Muito claro sobre a temática que está aqui em análise. Debate por iniciativa do Governo Regional, sobre o quê? Sobre as finanças da região. Todos sabíamos ao que vínhamos. E a verdade é esta: ao longo de todos estes anos em que estou no parlamento, nunca vi nenhum Governo Regional fazer isto que aqui foi feito, que é apresentar as contas! É muito importante! É muito importante definir-se, identificar-se o ponto de partida. E o ponto de partida são quase 3.600 milhões de euros de dívida. Quase 3.600 milhões de euros de dívida! É uma brutalidade! É uma brutalidade! É evidente que tudo isto significa um enorme conjunto de responsabilidades para a Região Autónoma dos Açores. Tudo isto significa que as nossas políticas de desenvolvimento estão altamente condicionadas por uma herança desta dimensão. O Sr. Deputado Carlos Silva tem publicado um conjunto de artigos, a que eu dedico a leitura semanal, eu já sabia que seria o peão de brega que iniciaria neste debate, no âmbito dessa bancada.

Deputado Carlos Silva: Quer que leia os seus?

Deputada Andreia Cardoso: A gente também já sabia qual era a sua!

O Orador: E, por isso, já sabia. Veja bem, está cada vez mais atenta! Mas devo-

lhe dizer... devo dizer, senhor Deputado Carlos Silva, que tenho verificado que os seus artigos demonstram a sua capacidade para escrever sobre contabilidade criativa. Porque vossa excelência, a análise que faz... a análise que faz é sempre uma análise que, evidentemente, é falsa, que é falsa...

Deputado Carlos Silva: É uma análise factual!

O Orador: ... não é nada factual e que, evidentemente, é uma apreciação, é sempre uma apreciação... faz sempre uma apreciação errada. Porque vossa excelência nunca reconhece o facto essencial, que é esta dimensão da dívida que nunca foi assumida pelo Governo Regional! 3.600 milhões de euros! Isto é um conjunto de responsabilidades! E como muito bem o Sr. Secretário aqui disse, se estes 3.600 milhões de euros tivessem provocado maior justiça social, tivessem permitido que a região tivesse um sistema de saúde absolutamente exemplo e muito funcional e nada endividado, se tivesse permitido que tivéssemos um sistema educativo de altíssima qualidade e a atingir resultados muito positivos, bom, este esforço teria valido a pena. A pergunta que se faz é se esses resultados, do ponto de vista social, do ponto de vista do desenvolvimento económico, não foram alcançados, para onde é que foi este dinheiro? Para onde é que foi este dinheiro? Este dinheiro significou um enorme desperdício! Milhões de euros que foram desperdiçados...

Deputado Carlos Freitas: Muito bem!

O Orador: ... no âmbito da governação e que não permitiram um desenvolvimento económico da região, um desenvolvimento económico e social que todos ambicionamos. Sr. Secretário, também lhe quero dizer o seguinte: a coragem que aqui teve de trazer estes números ao cêntimo, ao cêntimo, pela primeira vez, significa que identifica um ponto de partida. Nós somos responsáveis, pois, pelo ponto de chegada. E é por isso que significa uma enorme responsabilidade identificar o ponto de partida, os tais 3.600 milhões de euros de dívida, porque vai ser comparado com os resultados que nós vamos apresentar em

2024. E só quem tem confiança que poderá apresentar resultados melhores, é que tem a coragem de identificar o ponto de partida! Porque se não tivéssemos essa convicção...

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e dos Membros do Governo:
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: ... se não tivéssemos essa convicção, se não tivéssemos a certeza que estamos a adotar as políticas certas, eu tenho a certeza que ficaríamos nos números dúbios! Nos números dúbios! Porque depois não queríamos comparar! Mas quem identifica o ponto de partida, quer comparar e tem a certeza que apresenta melhor do que foi apresentado por parte dos Governos do Partido Socialista! E é com esta convicção que vossa excelência parte para o desempenho do seu cargo e faz muito bem, mostra a coragem política e a determinação que é necessário nesta fase da vida coletiva dos Açores!

Deputado Pedro Pinto: Muito bem!

O Orador: Quero também dizer aqui que é muito importante, Sr. Secretário, que este debate se faça. E se faça desta forma. É muito, muito importante! Foram aqui também... o senhor foi questionado em relação ao futuro. Em relação ao futuro. Eu tenho a certeza que dará as respostas que são necessárias, mas a verdade é a seguinte: é que isto não pode continuar. E como a bancada do PSD teve a oportunidade de dizer, nós temos que avançar, e é esse o propósito do Sr. Secretário, temos que avançar para orçamentos que não provoquem dívida! Isto tem que terminar! Este ciclo da dívida tem que terminar! É este o propósito e é importante dizer o seguinte: é que também, mais uma vez, Sr. Secretário, também, mais uma vez, para um Governo que até nem tem maioria absoluta, era muito fácil

obter grandes resultados com muito mais dívida! Mas dizer aqui que vamos inverter este ciclo de endividamento, significa que vamos ter a coragem de implementar políticas responsáveis!

Deputado Jaime Vieira: Muito bem!

O Orador: Políticas responsáveis e não despesistas! E isso também é muito importante! É muito importante! Porque o Partido Socialista, o que lhe interessou ao longo destes anos foi aumentar a dívida para ganhar eleições, não se... preocupando-se apenas com o curto prazo e não com o longo prazo!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e dos Membros do Governo:
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado António Lima para participar no debate. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado António Lima: Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo. Eu ouvi com muita atenção a intervenção do Sr. Secretário das Finanças e a cada frase que o Sr. Secretário produzia, eu começava a notar cada vez mais que conhecia os dados que estava a debitar. Porque, de facto, eles são públicos. Para além de serem públicos, são do conhecimento do parlamento e são... e até existe um relatório da Comissão da Economia sobre esses valores. O relatório relativamente à conta de 2020 já existe, já está aprovado, faltará apenas o seu... o debate sobre a conta e a sua aprovação, como, aliás, é obrigatório por lei, neste parlamento. Eu esperava deste debate outra coisa. Agora, um debate sobre a conta de 2020 é que, de facto, não estava à espera. Porque ele terá lugar aqui neste parlamento! Obrigatoriamente!

Deputado Paulo Estêvão: Não percebeu nada! O senhor não ouviu!

O Orador: Não há ano, que não pode haver, em que não se debata a conta da região, neste caso, a que falta, a que está na calha e que será debatida em breve, provavelmente já para o mês que vem, ou em julho, é a conta da região. Cá estaremos para fazer esse debate sobre a conta de 2020.

Deputado Pedro Pinto: São os dados que estão consolidados e auditados!

O Orador: Mas, de facto, é curioso que o Governo, perante uma situação como a que vivemos, decida não debater a situação atual, quer debater finanças, sim senhor, é legítimo, não debata as finanças atuais, mas queira debater as finanças, com urgência, de 2020. Qual é a urgência? Qual é a urgência? Nós... há muitas vezes, em política e não só, usa-se muitas a fuga para frente. Não discutir os problemas atuais e discutir problemas futuros, para não ter que resolver os problemas pelos quais nós estamos deparados.

Deputado Paulo Estêvão: O senhor não quer debater os problemas do futuro, quer os problemas do passado!

O Orador: O Governo inaugurou uma nova fuga, que é a fuga para trás! Não vamos debater o presente, não vamos debater os problemas emergentes com os quais a região se depara, vamos debater 2020 e as contas de 2020. Eu, o Governo saberá, mas não me parece que seja esse o debate que os açorianos precisam, não me parece que seja essa a resposta que os açorianos e açorianas precisam para as suas vidas. Porque os açorianos e açorianas sentem no dia-a-dia os problemas que a situação atual produziu! Os problemas no aumento do custo de vida. E sentem que o Governo não responde a esses problemas. Pior, o Governo nem sequer faz uma coisa: é que não diz aos açorianos e açorianas quanto é que vão empobrecer durante este ano, ...

Deputado Gustavo Alves: Porque estamos numa conjuntura difícil!

O Orador: ... porque é disso que se trata! Com o aumento da inflação que está-se a registar, é isso que irá acontecer! É que cada salário valerá menos no fim do

ano do que vale hoje, comprará menos do supermercado do que se compra hoje! E o que é que o Governo lhes diz? “Vamos debater as contas de 2020 porque isso é que é urgente”! Bem, é, de facto... o Sr. Secretário ainda está a tempo de anunciar alguma coisa, por isso, eu fico a aguardar, mas tenho algumas questões porque vamos debater, sim senhor, finanças, execução financeira, e eu gostaria de perguntar, para já, Sr. Secretário, falando desse buraco negro de informação que é o PRR, gostaria de perguntar, e estive a consultar o cronograma que está publicado no Portal do Governo sobre o PRR e tenho algumas dúvidas. Por exemplo, relativamente ao projeto do Hospital Digital, qual é o grau de execução financeira desse projeto? Relativamente a aumentar a condição habitacional, outro dos indicadores, outro dos programas do PRR, com 60 milhões de euros, qual é o grau de execução? Recapitalizar o sistema empresarial, um programa que tem 125 milhões e, curiosamente, todos... no cronograma estão todos os cêntimos desses 125 milhões de euros, estão em 2021. Gostaria de perguntar quanto é que foi executado desse programa, dos 125 milhões de euros para recapitalizar o sistema empresarial, previstos para 2021, estamos em 2022, para quem tiver dúvidas, o que é que foi executado? E, para já, fico-me por aqui. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata:** Sr. Presidente, senhores Deputados, Sr. Presidente, senhores membros do Governo. O Sr. Deputado Carlos Silva entende que o Governo trouxe-nos aqui hoje a este debate uma mão cheia de nada. O Governo, aquilo que nos trouxe aqui a este debate foi como disse, e bem, o Sr. Deputado António Lima, os números do relatório do Tribunal de Contas sobre a evolução da dívida pública regional até 2020, que não é propriamente uma mão cheia de nada, é uma mão cheia de contas para pagar!

Deputado António Lima: Mas é assim todos os anos!

O Orador: E... pois, o problema é esse! E sem querer entrar muito em debates

técnicos sobre finanças públicas e finanças públicas regionais, é sempre bom sermos pragmáticos. Para a região, para a nação, para as empresas, para os indivíduos... tudo se rege por uma conta de deve e haver. Tudo se rege por aquilo que gastamos, por aquilo que temos e por aquilo que vamos ter que pagar. E se é verdade que as responsabilidades não são dívida, as responsabilidades constituem, certamente, algo que vamos ter que pagar, agora ou no futuro. Sacrificando o investimento ou aumentando a despesa. Certamente que não nos safamos de pagar essas responsabilidades. Temos pela frente uma tarefa hercúlea! E eu não vou olhar para trás! Já aqui o tenho dito várias vezes ao longo deste plenário e das outras sessões plenárias, vamos olhar para a frente. Vamos dar esperança aos açorianos, vamos dar esperança àqueles que acreditam nesta terra. E também é verdade, Sr. Secretário, não tivesse sido a imposição da Iniciativa Liberal, e a dívida pública regional ainda tinha aumentado mais um bocadinho o último orçamento. E se a receita fiscal aumentou, apesar de os impostos terem diminuído e de ter ficado mais dinheiro disponível no bolso dos açorianos, também foi porque a Iniciativa Liberal aqui nesta casa o fez. Mas temos pela frente, dizia eu, uma tarefa hercúlea! Uma tarefa... eu diria como um caminhante que vai subir aqui a majestosa montanha do Pico, mas com a mochila carregada de pedras de calçada. Que é isto que aqui está, é uma mochila carregada de pedras de calçada. E é preciso começar a pôr essas pedras de calçada fora da mochila, vamos deixando pelo caminho! E não é fácil olhar para a trajetória do último ano e meio do Governo e perceber onde é que o Governo se aliviou dessas pedras de calçada. Porque grande parte dessas pedras de calçada que nós temos às nossas costas, e até posso ir ao relatório do Tribunal de Contas de 2020, para lembrar, por exemplo, que as despesas com o pessoal e com a aquisição de bens e serviços tem vindo a expandir-se desde 2013, condicionando o investimento. Ora, se aumentou a despesa com o pessoal e com a aquisição de bens e serviços, e independentemente da pandemia, independentemente da guerra da Ucrânia,

independentemente do aumento das matérias-primas e de outras coisas que ainda vão vir por aí adiante, o que é certo é que essa pedra de calçada está um bocadinho maior do que a pedra de calçada que herdamos em 2020. Não podemos esquecer que grande parte dessa dívida que hoje temos e que se vem acumulando ao longo dos últimos anos, tem precisamente origem na despesa corrente e não na despesa de capital. E esse é que é o problema! Como também é problema o tipo de investimento que esta região foi escolhendo fazer, que é investimento que, muitas vezes, não trouxe retorno. É investimento em bem-estar, é um facto, mas que depois não potencia o crescimento económico necessário para que o PIB regional faça face a essas pedras da calçada que temos que acartar pela montanha do Pico acima. E o que deste debate espero que saia são soluções para diante, porque senão, não estamos aqui a debater contas públicas, não estamos aqui a fazer uma prestação de contas, mas sim um ajuste de contas. E o ajuste de contas já os açorianos fizeram nas urnas em 2020 e hão de fazer na próxima oportunidade que tivermos de o fazer, porque é a eles, é aos açorianos que estão lá em casa, que têm filhos para educar, que têm filhos para fazer, que têm a economia para fazer desenvolver, que têm empresas para pagar contas no fim do mês, é a esses açorianos que nós devemos contas e são esses açorianos que vão decidir se este Governo está a fazer bem feito ou não está a fazer bem feito. E muitas dessas pedras da calçada que eu falei nem têm só a ver com as despesas com pessoal e a aquisição de bens e serviços, tem a ver com deslumbramentos! Nós falamos de navios do outro mundo, quando nos falta dinheiro para pagar os pensos rápidos nas unidades de saúde! E outros deslumbramentos que por aí vão aparecendo. Sr. Secretário das Finanças, eu agradeço o seu empenho em nos ler dali daquela bancada parte do relatório da evolução da dívida do Tribunal de Contas, mas o que espero mesmo é que vossa excelência demonstre nesta casa que esta maioria do Governo, sustentada pelo PSD, pelo CDS e pelo PPM, tem soluções de futuro para o povo açoriano, tem soluções para reduzir a despesa corrente, tens soluções

para escolher o melhor investimento para fazer crescer a economia desta região, ao ponto de podermos um dia pensar que vamos ter uma região melhor, uma região mais rica, uma região onde é bom viver, onde as pessoas podem ter esperança de sair para estudar e regressar à sua terra e poderem aqui desenvolver a sua atividade económica, a sua atividade profissional com tranquilidade e sem estarem permanentemente a pensar que, para subir a montanha do Pico, têm que levar carregado às costas uma mochila cheia de pedras de calçada.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Secretário regional das Finanças. Faça favor, Sr. Secretário regional.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, senhor vice-Presidente, Sras. e Srs. membros do Governo. O que estamos aqui a falar é, e o ponto de situação que aqui estamos a analisar, é aquilo que, ao fim e ao cabo, nos vai cair, ou está caindo em cima, relativamente às responsabilidades financeiras que impendem sobre... mais do que sobre o Governo, que impendem sobre as açorianas e os açorianos. E é isso que nós temos que ter consciência. Sabemos bem que ao longo dos anos, todos os Governos fazem um esforço de aproximação às melhores metas, aos melhores indicadores que existem e que para os quais, nomeadamente no âmbito da União Europeia, nós fazemos um esforço de aproximação à média do PIB *per capita* e é isso também que nós queremos... é nessa medida que nós queremos ser avaliados. E é nessa medida também que nós poderemos avaliar aquilo que se passou. Eu deixo uma nota só em relação ao passado, mas para aprendermos a fazer diferente para o futuro, porque o passado interessa quando nós temos que aprender a não fazer o mesmo, esperando resultados diferentes. Eu deixo-vos uma nota. De 97 a 2020, foram executados pelos sucessivos Governos dos Açores 22 mil milhões 751 milhões de euros. 22 mil milhões e 700! É uma enormidade! 20 mil... 20... repito, 22 mil milhões de euros a preços constantes, a preços correntes. Estes 22 mil milhões de euros, quase

23, de 97 a 2000, permitiram uma aproximação do PIB *per capita* da região de 62,9 para 67,3, isto é, 4,4 pontos percentuais! E para evoluirmos, nos aproximarmos à média da União Europeia em 4,4 pontos percentuais, gastamos quase 23 mil milhões de euros.

Deputado Carlos Silva: Qual é a meta deste Governo?

Deputada Andreia Cardoso: A União Europeia ficou paradinha à nossa espera!

O Orador: Isto significa que por cada ponto percentual de aproximação as Governos Socialistas despenderam 5,1 mil milhões de euros! E é isto que nós não podemos permitir que se continue a passar no futuro. Temos de ser mais eficazes no dispêndio de verbas públicas porque estes 22 mil milhões de euros, quase 23 mil milhões de euros, são dinheiro... foi dinheiro dos açorianos! Que deveria ter contribuído através dos órgãos do Governo próprio para melhorarmos as nossas condições e nos aproximarmos muito mais aos indicadores da União Europeia. E a gastar mais de 5 mil milhões de euros para conseguirmos aproximar 1 ponto percentual da média da União Europeia, nunca mais lá vamos chegar. Temos, portanto, que fazer diferente e que fazer melhor. Gostaria também de dar duas ou três notas em resposta às questões que foram colocadas pelo Sr. Deputado, nomeadamente o Sr. Deputado Pedro Neves, do PAN, em relação à Fitch. É a primeira vez que a Fitch faz notação à dívida da Madeira e fê-la ao mesmo nível da República. Porquê? Porque a dívida da Madeira, por opção do Governo da Madeira, foi contrária à opção do Governo dos Açores, legítima, está avalisada pelo Estado. E, portanto, a notação é a mesma do que aquela que existe para o Estado português. E, portanto, tecnicamente, penso que todos percebem esta referência. Em relação à Moody's, a Moody's que faz também notação já há algum tempo aos Açores e à Madeira, os Açores continuam 2 pontos acima da dívida da Madeira. Em relação ao défice de... com os números que nós temos já de 2021, é importante que se perceba que o défice de...

Deputado Carlos Silva: Isso não está certo! Não corresponde à verdade! Há um

relatório da Fitch que esclarece isso!

O Orador: ... é importante que se perceba o seguinte: nos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística, através do procedimento de défices excessivos, em contabilidade nacional verifica-se que o saldo da administração regional atingiu em 2021 o montante de -360 milhões de euros. -1,3 do que em 2020. Mas este saldo contempla diversas operações financeiras extraordinárias que o 13º Governo também herdou. Por exemplo, os 72,6 milhões de ajudas consideradas ilegais à SATA, os 120 milhões concedidos de aval à SATA e à Sinaga e à Solução de Passivos Financeiros da Sinaga, de 19,6 milhões, tudo isto teve um impacto negativo nas contas de 2021, mas tudo isto são meras heranças de 2020! E, portanto, estas, como muitas outras... quando é herança, a gente... uma herança, normalmente, pensamos que herdamos algo, mas nós herdamos foi dívidas! Dívidas e mais dívidas, responsabilidades e mais responsabilidades!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Em relação à situação socioeconómica da região, é bom... vamos ter oportunidade, naturalmente, de discutir ainda neste plenário matérias que têm a ver com a situação socioeconómica da região. De facto, estamos num momento em que há aqui um sério risco de uma espiral inflacionista, já existe problema no fornecimento de matérias-primas, tem a ver com as cadeiras logísticas descontinuadas, tem a ver... que já vem do tempo da pandemia, tem a ver, naturalmente, com a guerra da Ucrânia, tem a ver, se calhar, com algum excesso de liquidez que pudesse haver nos mercados monetários e, naturalmente, a tendência que temos vindo a assistir, e temos dados já até ao mês de abril, há uma *décalage* da taxa de inflação que se passa do plano nacional para os Açores de cerca de 2 ou 3 meses, que é relativamente homogéneo ao longo dos anos. E face

a isso, naturalmente que este Governo está preocupado, mas está também preparado para tomar as medidas necessárias para ajudar as empresas e as famílias, especialmente porque a inflação é o mais injusto dos impostos. Porquê? Porque atinge em especial os mais desfavorecidos. E nesse aspeto, o 13º Governo tem uma consciência muito aguda sobre estas dificuldades dos mais desfavorecidos.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

O Orador: Não será por acaso que fez o maior aumento de sempre do chamado cheque pequenino!

Deputado João Bruto da Costa: Bem lembrado!

O Orador: Não será por acaso que fez o maior reforço das verbas para as Instituições Particulares de Solidariedade Social. Não será por acaso que deu a mão às empresas no momento da pandemia, com apoios imediatos à liquidez, que ajudaram a salvar muitos postos de trabalho. Não será por acaso que tem feito do combate à precariedade um tema de grande foco do 13º Governo Regional! Mas, para além disso, outras matérias estruturais que temos vindo a trabalhar, quer seja na educação, quer seja na qualificação profissional, quer seja na reestruturação do setor público empresarial regional, de maneira a que possamos ter políticas alinhadas que tenham em conta a nossa realidade financeira, naturalmente, e temos de parar também a espiral de dívida que veio a ser constituída nos últimos anos, ...

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

O Orador: ... até porque, Sras. e Srs. Deputados, mais dívida e mais gasto, como vimos, não representaram um descolar dos indicadores maus que nós tínhamos.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

O Orador: Nem dos indicadores socioeconómicos, nem sequer dos indicadores de aproximação ao PIB *per capita* da União Europeia! Não representaram! Gastamos dinheiro demais e mal gasto demais para aquilo que foram os

resultados! E, portanto, o que nós temos que fazer é, tendo em atenção, desde logo, a nossa realidade, a realidade que nos circunda no plano nacional e europeu, tendo em atenção que vimos... o 13º Governo entrou em funções com uma pandemia, a seguir tivemos uma guerra no seio da Europa e temos ainda uma crise sísmo-vulcânica numa das nossas ilhas. A situação não é fácil. Se em tempos de vacas gordas o Governo Socialista não conseguiu resolver, a não ser endividando a região, e não fez mais nada, a nós, num ano e meio, não nos podem pedir mais do que rigor, transparência, verdade...

Deputada Andreia Cardoso: Nem uma coisa, nem outra!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: ... rigor, transparência, verdade e utilizar os meios que temos à nossa disposição para fazer diferente, na medida em que, fazendo igual, obteríamos, certamente, os mesmos maus resultados.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

O Orador: Uma mudança de paradigma que tem a ver com o relacionamento do setor público empresarial, tem a ver até, inclusivamente, com o relacionamento com as empresas! Posso dar nota que no 4º trimestre de 2020 o prazo médio de pagamentos a fornecedores era de 156 dias! No 1º trimestre de 2022, é de 122 dias!

Deputado Berto Messias: As empresas não acham isso, Sr. Secretário! No papel cabe tudo!

O Orador: Diminuímos sucessivamente até 34 dias o prazo médio de pagamento a fornecedores.

Deputado Carlos Silva: Está igual ao PIB de 2019!

O Orador: É assim também que podemos cumprir com a sociedade e com a

economia. E vamos prosseguir neste caminho de mudança paradigmática, quer seja nas políticas de educação, nas políticas de qualificação, nas políticas de emprego, na abordagem ao setor primário e ao setor secundário e terciário. Mas também deixem-me dizer-vos, em relação ao PRR e ao PO, porque é importante também aqui clarificarmos. Sr. Deputado António Lima, os 125 milhões da execução da recapitalização de 2021, foram executados, foram no âmbito do processo que está com banco de fomento português e que agora já começa...

Deputado António Lima: É penalizador para as empresas!

O Orador: Sr. Deputado António Lima, naturalmente deve perceber que isto tem um procedimento! O procedimento da execução... não, não está! Não está, não! Não está, não!

Deputado Berto Messias: Claro, claro! As empresas é que não executam nada!

O Orador: O procedimento de execução foi feito, o banco de fomento já abriu concurso para entidades da área financeira, para poderem depois começar a recapitalizar, ainda hoje há anúncios do PRR que estão aqui, mas é importante que as pessoas percebam que, dos milhões todos que se tem falado do PRR e do PO, e até do REACT-EU – o REACT-EU foi para resolver questões pretéritas, que esperamos estar a terminar com a pandemia –, o PRR temos que ter consciência que foi construído pelo Governo da República...

Deputado Carlos Silva: Mais uma desculpa!

O Orador: ... para compensar no setor público as cativações que o Mário Centeno fez, especialmente na educação e especialmente na saúde!

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

O Orador: O PRR foi desenhado pela República para compensar no setor público as cativações de Mário Centeno ao longo de muitos anos, que permitiram ao Governo negociar com a extrema-esquerda e manter-se no poder!

Deputado Carlos Silva: Isso é um paradigma muito mau!

O Orador: Foi por isso que foi desenhado o PRR! E nós estamos aqui

condicionados também por essa via. Em relação ao PO, a verdade é que se tem dito, e é verdade, que neste próximo quadro plurianual teremos os mesmos montantes que tivemos no anterior, mas se atualizarmos para preços constantes de 2021, nós teremos menos 130 milhões de euros no PO 2030 do que tivemos no PO 2020.

Deputado Carlos Silva: Não é verdade!

O Orador: Mais! A Comissão Europeia, a olhar para os indicadores socioeconómicos dos Açores, nem fomos nós, disse: “os senhores vão levar essa verba, mas vão levar menos 100 para o FEDER, para investimento, para betão, e vão levar mais 100 para aplicar nas pessoas e na sociedade, na educação e na qualificação”.

Deputado Carlos Silva: São 100 milhões para as empresas!

O Orador: E o que é que este Governo já definiu? Definiu um novo paradigma.

Deputado Carlos Silva: Qual paradigma?

O Orador: Cerca de 50% do próximo plano e orçamento, do próximo programa operacional, serão dedicados às áreas sociais.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

O Orador: E também no âmbito dos sistemas de incentivos já demos nota de um novo paradigma, é que além do investimento em betão, quem quiser aceder aos novos sistemas de incentivos vai ter que fazer qualificação e contratação!

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: É sempre essa a medida que nós temos! As pessoas, as empresas, as famílias, são a nossa meta e são a nossa medida.

Deputado Carlos Silva: Isso não bate certo com a realidade!

O Orador: E é para eles que vamos trabalhar, tendo em conta a herança que recebemos e especialmente as ambições que temos!

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Secretário regional. Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Vasco Cordeiro: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. membros do Governo. Um ano e meio depois de ter entrado em funções, este Governo faz um debate de urgência sobre a situação das finanças públicas da região. Quase um ano depois de ter enviado ao Tribunal de Contas todos os dados que hoje veio aqui “anunciar”, o Governo quer-se arvorar no paladino da transparência. Um ano e meio depois, depois de ter atirado pela borda fora cerca de 200 milhões de euros, correspondentes à soma da verba envolvida nas agendas mobilizadoras e naquilo que prescindiu do furacão Lourenço, o Governo quer falar da situação das finanças públicas regionais. Um ano depois de ter prescindido de receitas fiscais na nossa região, o Governo quer vir falar da situação das finanças públicas regionais de 2020. Um ano depois de ter entrado em...

Deputado Rui Martins: Chama-se transparência!

O Orador: ... um ano e meio depois de ter entrado em funções, o Governo que agrava o défice em 360 milhões de euros, ...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Não é verdade!

Deputado Paulo Estevão: Falso!

Deputado João Bruto da Costa: É falso!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: ... o Governo vem invocar uma suposta herança! Um ano e meio depois de ter entrado em funções o Governo, que só nesse período aumenta a dívida da região em cerca de 400 milhões de euros, o Governo quer vir falar da suposta herança que recebeu! Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. membros do Governo. O Eng. Bastos e Silva não merecia isto! O Eng. Bastos e Silva não merecia isso! Porque em relação ao Governo do PS, não nos surpreende essa atitude! Este é um debate de ajuste de contas, não com o Governo do Partido Socialista, este é um debate de ajuste de contas entre o Sr. Secretário Duarte Freitas e o Sr. Secretário Bastos e Silva!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Este Governo arvora-se em paladino da transparência, mas a realidade demonstra bem o contrário! A realidade demonstra bem o contrário! Porque o Governo que sobe àquela tribuna para se arvorar em paladino da transparência é o Governo que ainda não enviou, como deveria ter feito até 31 de março deste ano, as contas ...

Deputado António Vasco Viveiros: Quais contas?

Deputado Paulo Estêvão: Quais contas?

O Orador: ... os orçamentos de algumas das empresas do setor público empresarial. Orçamento e plano! Orçamento e plano! Orçamento e plano! Orçamento e plano de algumas das empresas do setor público empresarial, como devia ter feito até 31 de março e não o fez! Arvora-se em paladino da transparência o Governo que se comprometeu perante esta assembleia a partilhar o plano de reestruturação da SATA e que, até hoje, fez nada! Ninguém o conhece, como ficou demonstrado. Este é o Governo que se arvora em paladino da transparência, mas

é o Governo das meias-verdades e de cada vez maior opacidade e falta de transparência. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. membros do Governo. Todos os dados que o Governo hoje demonstrou daquela tribuna, não só são já do conhecimento público, como foram os dados que o próprio Governo Regional transmitiu ao Tribunal de Contas em meados do ano passado! Em meados do ano passado!

Deputado Paulo Estêvão: Não é verdade!

O Orador: É, sim senhor! Em meados do ano passado! E é um Governo das meias-verdades porquê? É um Governo das meias-verdades porque, por exemplo, invoca aquilo que é a diferença de endividamento entre 2021 e 2020. “Não, nós fizemos melhor do que em 2020!”, mas não diz a outra parte! É que, em 2021, os senhores fazem este tipo de endividamento de 280 milhões de euros, recebendo os fundos comunitários de toda a despesa feita por causa do Covid em 2020, que teve que ser feita em 2020, não tendo recebido um único cêntimo o Governo anterior de fundos comunitários dessa dívida. Sim! Em 2020 houve dívida e houve endividamento! Mas aquilo que foi feito em 2020 não teve um cêntimo de fundos comunitários por causa do Covid! Em 2021 os senhores recebem todos os fundos comunitários por causa do Covid e, ainda assim, a dívida aumenta 280 milhões de euros!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: É um Governo de meias-verdades quando coloca a grande questão sobre a herança que recebeu, mas um ano e meio depois, um Governo que, segundo o boletim de execução orçamental de março, tem um aumento das despesas com pessoal superior a 5%, tem um aumento das despesas de aquisição de bens e serviços correntes que ultrapassa os 90%, -, e saliento que nas despesas

com pessoal não estão incluídas as despesas com os setores da educação e da saúde, é só funcionamento da administração regional -, é o Governo que chega aqui e vem invocar a herança. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Este debate de urgência solicitado pelo Governo pode pretender servir de desculpa para alguma coisa, mas serve, sobretudo, a demonstração clara e inequívoca que este Governo, um ano e meio depois, ao perceber o caminho errado que está a seguir nas finanças públicas, procura desesperadamente uma desculpa, procura desesperadamente atribuir as culpas que são só suas ao anterior Governo Regional!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Eu tenho 3 questões que gostaria de colocar ao Sr. Secretário regional das Finanças. A primeira é a seguinte: no passado dia 9 foi notícia que o Governo da República, por ter já cumprido 38 metas que tinha acordado com a Comissão Europeia no âmbito do PRR, recebeu cerca de 1.16 mil milhões de euros. A minha pergunta é quanto é que a região já recebeu de execução do PRR, quanto é que a região já recebeu de antecipação de verbas do PRR e quantas metas é que já cumpriu do PRR. A segunda pergunta tem a ver com a afirmação de que teremos orçamentos que não provoquem dívida. Eu gostava de perguntar ao Sr. Secretário se exclui a possibilidade de contrair dívida ao abrigo da lei de finanças regionais para utilizar fundos comunitários. A terceira pergunta tem a ver com uma referência que é feita no relatório do Tribunal de Contas quanto a um aval concedido a uma empresa do setor turístico, a Angrasol, para a utilização de uma componente não reembolsável dos fundos comunitários. Um aval atribuído pela Ilhas de Valor a uma empresa do setor turístico, Angrasol, que não cumpriu esse aval e que a região tem, através da Ilhas de Valor, uma contragarantia que é uma hipoteca sobre esse imóvel. E a pergunta que o Tribunal de Contas faz e que eu

gostaria de fazer aqui é se a Ilhas de Valor já executou ou já iniciou o procedimento de executar essa hipoteca. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, senhor vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo. Foi fácil chegar até aqui. De dívida em dívida, foi, em linguagem prática, foi só usar o cartão de crédito! Difícil mesmo será sair daqui. Sair desta situação, desta camisa de forças em que atualmente a região se encontra e difícil será, precisamente, arranjar quem esteja disponível para pagar todos os encargos que foram sendo assumidos ao longo dos anos. E digo que difícil será arranjar quem esteja disponível para pagar a dívida porque, e temos que ter consciência disso, cada vez há mais jovens filhos de pessoas da nossa idade que saem dos Açores para concluir os seus estudos no continente e em outras paragens e que não voltam. E que não voltam porque percebem que nos Açores tem-se governado ao jeito das capelinhas, muitas vezes, ao jeito de não se perder uma Câmara ou uma Junta de Freguesia ou o Deputado de uma ilha ou outro Deputado, porque é preciso a maioria e porque é preciso acautelar não sei o quê, e o que é certo é que depois ficam as consequências dessas mesmas governações, que são as dívidas, depois chega-se a uma altura que não dá para empurrar mais para a frente. E difícil agora é pôr em prática, como o Sr. Secretário das Finanças já enumerou algumas medidas como o caso da questão dos programas ocupacionais e outros, mas mesmo as passagens de 60 euros, ou seja, implementar um conjunto de medidas que custam dinheiro, que nem sempre

são populares algumas, mas que são necessárias para, e desde logo, credibilizar aquilo que é o futuro da região. Esperamos que do Governo, mas da assembleia, mas também de todos os agentes sociais e das famílias, haja a boa vontade, o sacrifício de tentarmos segurar o nosso maior património, que é, precisamente, a nossa juventude. Porque sem eles, não vamos ter quem avalise as nossas dívidas, e sem eles, ou ficando sem parte deles, a parte que ficará ao encargo de cada um será sempre maior. E quanto maior for essa parte, maior é o problema de manter as pessoas aqui, cria-se o chamado efeito bola de neve. Por isso, eu acho que é importante alguns de nós abdicarmos de alguns discursos políticos, de algumas reivindicações, de algumas estratégias, em nome da estratégia maior, que é manter a sustentabilidade dos Açores. Quando muitas vezes se fala da sustentabilidade do destino Açores enquanto turismo, eu penso sempre: “ah, já se estão preocupando com a segunda fase, que é a fase da sustentabilidade enquanto destino turístico”. Eu acho que ainda temos que nos preocupar primeiro com a primeira fase, que é a sustentabilidade do destino para... não para aqueles que nos visitam, mas para aqueles que cá residem. E não é aumentando a dívida nem com políticas algumas vezes inconsequentes que aconteceram no passado e que podem acontecer no futuro, que vamos conseguir dar uma imagem de credibilidade e de confiança a quem ainda tem a audácia de querer viver nos Açores. Por isso, eu acho que é avisado, termos todos a consciência da dimensão do problema que temos, que vai para lá dos discursos, de estarmos aqui a arremessar dívidas da Direita para a Esquerda e da Esquerda para a Direita. Aquilo que nos move e o cerne da questão é mais do que esse jogo de ping-pong, de estarmos a arremessar-nos uns contra os outros. Façamos todos nós o nosso exame de consciência e tentemos perceber, cada um de nós, o que é que podemos ainda fazer para ajudar ao futuro desta terra. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Martins. Faça favor.

(*) **Deputado Rui Martins:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, senhores Deputados, Sr. Presidente, senhor vice-Presidente e membros do Governo. Nesta minha intervenção eu gostaria de interpelar, no fundo, aqui o Sr. Deputado António Lima porque, na verdade, eu considero que ele não... ou seja, diz que... considero que não percebeu ou não quis perceber, talvez, qual é que era, efetivamente, o objetivo deste debate. Porque a realidade... mas eu... porque eu julgo que foi claro. Eu julgo que foi claro. Ou seja, porque, na verdade, é importante saber qual é que é o ponto de partida deste Governo. E todos sabemos, mas ainda não o discutimos. E o facto de depois podermos vir a discutir na execução, a realidade é que é importante sabermos qual é que é o ponto de partida e é importante que o senhor também possa... porque o que parece é que o senhor não quer contribuir para que se faça um debate que permita melhores resultados! Que permita e que justifique uma mudança de políticas. Ou seja, em que haja, no fundo, menos dívida e mais convergência, que é essa a perspetiva. Porque... mas também, efetivamente, para o Bloco de Esquerda, nós sabemos que a dívida não é para pagar, o facto de ser uma mão cheia de dívidas e essa mão cheia continuar a engrossar com mais faturas a chegarem, para o Bloco de Esquerda não é um problema. Porque a realidade é esta, Sr. Deputado: o futuro projeta-se e perspetiva-se tendo em conta as responsabilidades que nós assumimos. E é a partir daí que nós podemos projetar e perspetivar o futuro. E, por isso, quando também o Bloco de Esquerda vem e faz algumas propostas de aumentar isto ou aumentar aquilo ou aumentar aqueloutro, nunca vi a preocupação do Bloco de Esquerda em ver onde é que se pode parar o investimento.

Deputado António Lima: Os juros da banca!

O Orador: A única perspetiva que eu vejo do Bloco de Esquerda é, efetivamente, aumentar a dívida. Depois aqui o Sr. Deputado Nuno Barata, da Iniciativa Liberal, vai-me desculpar, mas, efetivamente, diz que foi por imposição da Iniciativa Liberal que aqui o... que o Governo Regional acaba por reduzir ou... no

orçamento passado, reduzir o endividamento. Sim, sim. Não, não! Mas diz que foi por imposição da Iniciativa Liberal que houve uma diminuição do endividamento do anterior orçamento, o orçamento em vigor. Mas foi isso que eu disse e foi isso que o Sr. Deputado disse. Pronto. Agora, o que... mas o Sr. Deputado, e vai-me desculpar por eu lhe dizer isso, mas parece um bocadinho assim como uma enguia, porque aqui dentro... escorregadio, escorregadio! Escorregadio! Sim. Porquê? Porque aqui dentro diz que tem que se cortar, lá fora diz que a SATA... não se pode pôr lá mais dinheiro, aqui dentro nunca disse, e lá está, disse que não era para se cortar na SATA.

Deputado Carlos Silva: Grande amigo!

O Orador: Ou seja, é aqui assim... ou seja, e o que eu lhe digo, Sr. Deputado, é que... e depois diz o problema é a contratação de pessoal. Diz que também... depois foi a 2013 e diz que, desde 2013, o problema está na contratação de pessoal, que acaba, no fundo, por condicionar o crescimento económico. Mas o que eu lhe pergunto é: nós não precisamos de contratar profissionais de saúde? Não precisamos de contratar recursos humanos para a educação? Ou seja, e depois também falou na questão dos barcos do outro mundo, quando não há dinheiro para comprar pensos rápidos. O que eu não percebo é: então, mas vamos comprar os pensos rápidos e deixá-los no Faial porque não os conseguir fazer chegar ao Corvo? Eu aqui, o que lhe... o senhor não é Governo, e isso é verdade, o Sr. Deputado não é Governo, mas, efetivamente, se não quer o aumento da dívida, da minha parte, o que eu julgo que seria um contributo efetivo, era que assumisse perante os açorianos e nesta casa onde é que acha que se deve cortar e onde é que acha que não se deve investir, e que fosse claro e que dissesse e que, efetivamente, então assumisse se houve ou não houve condicionamento e onde é que foi esse condicionamento. Depois, há pouco, em aparte, ali o Sr. Deputado José Contente, e eu não resisto, disse em aparte que responsabilidades... então agora responsabilidades são dívida? Ó Sr. Deputado... não, eu quero trazê-lo do milénio

passado para agora! Eu gosto de o ter aqui e o que ele... e não sou eu que o digo, Sr. Deputado! Quem o diz é o Tribunal... o Tribunal de Contas diz assim: “no final de 2020, as entidades públicas reclassificadas tinham contas correntes por amortizar num total de 3,1 milhões de euros, responsabilidades que passaram a constituir dívida, dívida fundada”. É o Tribunal de Contas que o diz, não sou eu! As responsabilidades são dívida! E depois o Sr. Deputado Vasco Cordeiro veio dizer que este Governo se pautava e primava pela opacidade e eu também lhe vou aqui dar um exemplo do Tribunal de Contas, que é um misto de opacidade e contabilidade criativa que, lá está, permitia que os Governos anteriores anunciassem uma execução e uns resultados que depois, agora, vem-se a ver, não são exatamente aquilo que propalavam. E diz assim: “em relação à dívida não financeira do setor público administrativo, a conta limita-se a divulgar a dívida comercial e omite a dívida que diz respeito a obrigações que integram o passivo exigível”. Ou seja, e, por exemplo, só esta dívida, são omitidos 115 milhões de euros. Só com a dívida não financeira que é omitida! Então, quer mais opacidade do que ser o Tribunal de Contas a dizer que o Governo anterior omitiu? Parece-me claro! Depois, ainda aqui na omissão e na opacidade: “omissão dos dados relativos a 6 avales prestados, cuja posição evidenciava responsabilidades”, dívida, Sr. Deputado José Contento, “no montante de 4,1 milhões de euros”! Ou seja, isto é opacidade também do anterior Governo. E depois falou ainda que este Governo não apresentou o plano de reestruturação da SATA. O que eu lhe pergunto, Sr. Deputado, é: o plano de reestruturação da TAP quando é que foi apresentado? O plano de reestruturação. Nós, até agora, o que nós... não, foi publicamente apresentado! O plano de reestruturação da TAP foi apresentado quando o processo foi concluído! Até esse processo, o que fomos ouvindo foi que poderia haver despedimentos, que poderia não haver despedimentos, que se calhar iam vender aeronaves, que não iam vender aeronaves, e isso foi exatamente a informação que o senhor recebeu também com a reunião que o Sr. Presidente do

Governo teve, juntamente com os líderes parlamentares e o Presidente da SATA. Ora, até concluírem as negociações, até se fazerem todos os avanços e recuos que têm que se fazer e que o senhor conhece muito bem nestes processos, não haverá um plano de reestruturação. O plano de reestruturação será quando ele for apresentado, esse será o plano de reestruturação. E depois falou ainda na questão do PRR, que... na questão do PRR, não, na questão dos fundos e a questão do Covid, que fizeram investimentos que aumentaram a dívida, sem recorrer a fundos comunitários e depois este Governo recebeu os fundos comunitários e, mesmo assim, aumenta a dívida. E... mas eu tenho que lhe dizer também o seguinte, Sr. Deputado: é que o PRR, e foi o Sr. Presidente do grupo parlamentar do Partido Socialista, à altura Presidente do Governo, agora Presidente do grupo parlamentar, que foi enganado com a questão do PRR!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: Em que lhe assumiram que havia uma fatia de 5% do PRR para a Região Autónoma dos Açores e, afinal, o senhor foi enganado e, afinal, é um plano 4 mais 1! Em que 1%, na verdade, não depende do Governo Regional nem da vontade que o Governo Regional possa ter em que esse dinheiro seja canalizado para as empresas ou o que quer que seja! Esse é um facto!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Mas eu termino já e termino já dizendo... o que eu quero dizer é que, no fundo, este Governo... o Governo tem que ser pessoa de bem, tem que cumprir com as responsabilidades que assumiu e que assume, temos que ter um Sistema Regional de Saúde robusto, temos que ter políticas educativas e de recursos humanos que permitam corrigir os desastrosos indicadores que continuamos a registar, temos que ter políticas fiscais que permitam o empreendedorismo aos açorianos, que

permitam que a nossa economia cresça e que desonerem os cidadãos açorianos, estou consigo também, Sr. Deputado Nuno Barata, e políticas sociais que permitam que cuidemos de quem cuidou de nós, ajudam as famílias, que permitem que os jovens prossigam estudos, e eu estou convicto de que este Governo está no bom caminho e que está a fazer diferente porque ousa ter resultados diferentes! Muito obrigado.

Deputado Pedro Pinto: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Vamos fazer um intervalo, regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 42 minutos.

Presidente da Assembleia: Aos nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 05 minutos.

Sras. e Drs. Deputados, Sr. Secretário Regional, vamos, então, dar continuidade ao nosso debate por iniciativa do Governo. Estava inscrito, antes do intervalo, o Sr. Deputado Paulo Estevão a quem dou a palavra. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estevão: Prescindo Sr. Presidente.

Presidente da Assembleia: O Sr. Deputado Paulo Estevão prescinde. Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) Deputado António Vasco Viveiros: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr.

Secretário Regional. O Sr. Deputado Nuno Barata disse o que eu tinha dito na minha intervenção que a maior parte – e bem, com razão – que a maior parte da informação já constava do Parecer da Conta de 2020. E é verdade. A maior parte da informação disponível, relativamente, àquilo que tem sido o debate esta manhã, consta da conta da região do parecer. Bom, a questão aqui, e isso faz a diferença toda, é que, pela primeira vez, o Governo reconhece aquilo que até agora nunca reconheceu e que tem a ver com os critérios, com aquilo que são os critérios para a contabilização do que são as responsabilidades da Região e isso é fundamental. Eu passei 4 anos aqui em que a resposta do Governo era sempre a mesma. O que interessava era dívida bruta, de acordo com os critérios do INE e do Eurostat, relativamente ao PIB. Outra coisa, é considerar aquilo que é dívida não financeira e ter um Governo que considere que isto é relevante, considere relevante a dívida fora do perímetro orçamental, que é fundamental, das empresas que estão fora do perímetro e que considere que as responsabilidades das parcerias público-privadas são importantes, porque são, no fundo, esse conjunto, é tudo aquilo que, duma maneira ou doutra, será pago pelo orçamento da Região no atual e no futuro. E, essa questão é fundamental e o Sr. Deputado Nuno Barata verá que, em próximas discussões de contas da Região, ter um Governo que se dispõem a discutir esse assunto e a entender como relevantes, faz a diferença toda naquilo que é a transparência e a verdade das contas públicas. A questão que queria dar continuidade e não vou entrar aqui em discussões diretas, mas, aquilo que foram os dados que eu utilizei e que fui acusado aqui de não baterem com aqueles do Sr. Secretário, ele falava na dívida bruta em 2020 e 2021, não falava do resto. Falava na dívida bruta, porquê? Porque em 2021 são os únicos dados que tem disponíveis, são os dados da dívida bruta que constam da notificação por deficit excessivo, não tem nada a ver com qualquer divergência com os dados do Sr. Secretário. Relativamente, ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o Sr. Deputado tem ideia de quanto é que foram as despesas de Covid em 2020 do seu Governo? Aquilo que

falou, que diz que as despesas de Covid foram despesas em 2020 e as verbas entraram em 2021, através dos fundos europeus. Bom, Sr. Deputado, as verbas de Covid do seu Governo, em 2020, está aqui no relatório do Tribunal de Contas, foram de 77 milhões de euros e só naquilo que foi a contabilização pelo INE das devoluções das ajudas ilegais à SATA que o INE considerou no ano de 2020, ...

Deputado Carlos Silva: E os senhores utilizaram como receita extraordinária.

O Orador: ... foram de 72 milhões de euros, ou seja, aquilo que disse – e bem – que as verbas dos fundos europeus chegaram no ano seguinte, também, tem que reconhecer, para que haja aqui transparência e a verdade completa, que, também, o seu Governo, em 2021, deficit de 2020, é afetado positivamente por aquilo que foi a contabilização pelo INE das devoluções das ajudas ilegais à SATA, e, em matérias que são, eu reconheço, muitas vezes, demasiado técnicas e com várias componentes, tem que haver um mínimo de honestidade intelectual para que se fale verdade aqui, e que não se faça, por exemplo, como o Sr. fez ontem, relativamente, à SATA, ao passivo da SATA, que juntou o passivo da SATA Air Açores e da SATA Internacional, não se pode fazer isso porque há dívidas da SATA Internacional à SATA Air Açores que estão no passivo, e, quando junta as duas, o Sr. disse aqui várias vezes que o passivo era 900 milhões de euros, é um erro, é falso. E não preciso que me peça desculpa, pergunte ao Sr. Deputado Carlos Silva se é verdade, se não, o que eu lhe estou a dizer.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Relativamente à insistência que faz quanto aquilo que é a notificação do deficit excessivo 2021, que está aqui no documento do INE, Sr. Deputado, já foi explicado pelo Sr. Secretário, se calhar, vá ter que repetir, novamente, que

daquele montante de 90 milhões de euros que tem a ver com a execução orçamental, é o deficit em termos de contabilidade pública, o resto teve a ver com dívida da SATA uma parte, dívida da SATA que era avalizada e que o INE considerou como dívida, ...

Deputado Carlos Silva: No passado também considerava. Isso é ludibriar!

O Orador: ... ou para efeitos de contabilização da dívida bruta em 2021 e convém que haja todo o rigor nessas avaliações e eu espero que o Governo também o tenha no futuro. E aquilo que se passou hoje aqui, foi importante para quem esteve 4 anos e que teve dificuldade que a análise...

Deputada Andreia Cardoso: Em quê? Foram contas discutidas ano a ano aqui! Todos os anos, em julho!

O Orador: ... teve toda a dificuldade Sra. Deputada, que fosse reconhecido aqui que as parcerias público-privadas contavam, que a dívida... mas, não reconheciam, Sra. Deputada, não reconheciam que a dívida, que as parcerias público-privadas eram responsabilidades que tinham que ser tidas em consideração. Uma coisa é o critério do INE, que é redutor para a Região, uma Região em que, em 2020...

Deputada Andreia Cardoso: É igual ao Tribunal de Contas, o relatório!

Deputado Carlos Silva: Uma coisa é dívida, outra coisa são responsabilidades!

O Orador: Não é, leu o relatório? Não é, tem lá tudo. O Tribunal de Contas, Sra. Deputada, as matérias e a informação que tinha, eram a partir do relatório do Tribunal de Contas, por isso é que defendi o que defendi, que chegava aos números que defendia. Agora, esta matéria, Sr. Deputado Nuno Barata, é importante para o futuro, é importante para todos nós, quer para quem está na oposição, quer para quem apoia o Governo. Discutir com transparência tudo aquilo que são responsabilidades que os açorianos vão ter que pagar no futuro. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. membros do Governo. Eu voltei a pedir a palavra neste debate para, em primeiro lugar, explicar ao Sr. Deputado Rui Martins que ele não deve ter estado atento ao debate de ontem, ...

Deputado Pedro Pinto: Muito atento!

O Orador: ... porque, na verdade, a referência que eu fiz à questão do corte no orçamento deste ano e que remeti para o Governo essa responsabilidade, quando falei da SATA foi para precisar uma questão que o Sr. Deputado António Lima tinha colocado, em meu ver, erradamente, à Câmara, que tinha dito que eu tinha imposto um corte na SATA. Eu não impus um corte na SATA, eu impus um corte no endividamento da Região. Mas, Sr. Deputado Rui Martins, a dívida da Azores Airlines – e vamos só pegar nas dívidas brutas, não vamos entrar aqui pela questão das responsabilidades, dos avales, de todas essas questões que, sendo verdade, sendo menos verdade, sendo responsabilidade, e, até mesmo, tendo em conta os *ratings* da FITCH e da MOODY'S, se calhar, essas responsabilidades, um dia, vão ser dívidas da Região, mas, isto eu dou de barato. O que é certo é que, se pegarmos nas dívidas brutas, a dívida da Azores Airlines representa 10% da dívida da Região Autónoma dos Açores, dos tais 2.400 milhões que se assume que é essa a dívida bruta da região. Se pegarmos na dívida, no passivo acumulado da Azores Airlines, ultrapassa os 10% da dívida da região. Ora, isto não é compatível com uma Região que se pretende que se veja livre das tais pedras da calçada que eu falei há bocadinho.

Deputado José Pacheco: Muito bem!

O Orador: E, portanto, em relação à Azores Airlines, eu quero que fique bem claro, perante esta Câmara e perante os açorianos que a Iniciativa Liberal é totalmente contra a injeção de mais dinheiro dos impostos dos açorianos, portugueses, dos holandeses, dos alemães, seja de quem for, ...

Deputado José Pacheco: Muito bem! Menos charters!

O Orador: ... na SATA Internacional, na Azores Airlines. Porque esta é uma sangria que vai continuar e esta sangria, se nós não a travarmos, põe em causa a SATA Air Azores que é, de facto, fundamental para a nossa mobilidade inter-ilhas, ninguém disso tem dúvidas.

Deputado José Pacheco: Muito bem!

O Orador: E, sobre a SATA Air Azores, eu, também, já disse a esta Câmara e em outros locais, que é, além de ser fundamental, é muito querida à minha pessoa. E, portanto, estamos claros sobre esse assunto. Nem mais um cêntimo para à Azores Airlines, vamos salvar aquela que é o nosso maior ativo, autonómico, até.

Deputado Pedro Pinto: E o que fazemos aos funcionários públicos!

O Orador: Eu carrego, de facto, uma cruz pesada, a cruz de fazer explicar a uma muralha dura...

Presidente da Assembleia: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: ... se as opções do futuro desta região passam pela redução do endividamento e pela redução da despesa corrente e sabe onde é que se corta Sr. Deputado? Eu vou-lhe explicar. Não se corta nos médicos nem nos professores, como o Sr. insinuou que eu tinha aqui dito. Eu não disse. Mas, corta-se, por exemplo, nas nomeações de familiares para os conselhos de administração dos hospitais e das empresas públicas.

Deputado José Ávila: Muito bem!

O Orador: Corta-se, por exemplo, nas nomeações para os gabinetes dos membros do Governo de gente sem currículo, para fazer face a clientelas partidárias.

Deputada Catarina Cabeceiras: A nomeação é liberdade!

O Orador: Corta-se, Sr. Deputado. Corta-se, também, na SATA Internacional, corta-se, também, num cargueiro, num cargueiro aqui anunciado com pompa e circunstância sem que haja, sequer, um estudo de mercado, um estudo de viabilidade...

Presidente da Assembleia: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: ... um cargueiro que vai funcionar com obrigações de serviço público e que não me foi respondido nesta Câmara se é para ser pago pela tarifa de carga Açores ou se é para ser pago fazendo face à sua operação, porquê? Porque a operação não está estudada, porque a operação não tem estudo de mercado, porque a operação não tem estudo económico. É aí que se corta Sr. Deputado.

Presidente da Assembleia: Sr. Deputado Nuno Barata tem de terminar, faz favor.

O Orador: O futuro desta Região não se compadece com estados de almas e crenças de que tudo vai correr bem. O futuro desta Região só se consegue e só se consegue cortando na dívida pública, só se consegue cortando no endividamento e fazendo melhor e mais bem feito. Cada euro de dívida é mais um euro que vai ser cobrado no futuro aos impostos dos açorianos e é mais um sonho que fica por concretizar numa família açoriana, num jovem açoriano.

Deputado José Pacheco: Muito bem!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. A Iniciativa Liberal esgotou o seu tempo para este debate. Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima:** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. A direita tem uma relação verdadeiramente contraditória com a dívida pública.

Deputado Paulo Estêvão: Dogmático!

O Orador: Diabolizam, por um lado, toda a dívida pública pintando-a como um maior problema que os estados e a Região enfrentam a cada momento. E todos

nos lembramos dos debates – que já fiz referência – sobre a Conta da Região em que, como fez o Sr. Deputado António Vasco Viveiros, novamente, se soa mal a dívida pública, as dívidas a fornecedores, a dívida a PPP's, incluindo tudo isso num bolo que não é contabilizado pelas entidades que fazem essa contabilização, mas, para querer, não o dizendo, não o dizendo, querer passar – não o dizendo abertamente, mas, sub-repticiamente – querendo passar a ideia que a Região estava falida. Era esse o debate, sempre, que existia a cada Conta da Região. Não, nunca disse que a região estava falida.

Deputado Paulo Estêvão: O senhor disse há um ano e meio!

O Orador: Nunca disse. Como não digo agora Sr. Deputado, porque a Região não está falida. Ao contrário dos Srs. que sempre o fizeram crer, que a Região estava falida. Mas, é curioso, que quando o Governo, o último Governo da República do PSD e do CDS, aumentou a dívida pública em 20 pontos percentuais, ...

Deputado António Vasco Viveiros: Sabe porquê? Porque a dívida estava escondida!

O Orador: ... dívida pública em 20 pontos percentuais, porquê? Porque na política que fizeram foi uma política, exatamente, contrária àquela que deveria ter sido seguida, foi austeridade, foi reduzir o PIB para aumentar a dívida e isso aumentou a dívida. Por isso, mas, eu vou a esse ponto porquê? Porque o Sr. Secretário das Finanças disse uma coisa que me intriga...

Deputado Pedro Pinto: Diga quem assinou o contrato de empréstimo!

O Orador: ... disse que para o ano não haveria aumento da dívida pública. Eu fiquei na dúvida sobre o que é que isso quer dizer exatamente, porque o Sr. Secretário poderá querer dizer que, para o ano, a partir de 2023, a dívida pública não subirá, ou seja, o rácio da dívida PIB não aumentará. Sr. Secretário, a não ser que tenha uma bola de cristal, o Sr. não consegue garantir isso, porque o Sr. não sabe, ainda por cima no momento de incerteza que nós vivemos, não sabe,

ninguém sabe, nem poderá saber, qual é que vai ser o crescimento do PIB em 2023, nem o Sr. nem ninguém. É que, nesta altura, o Sr. nem tem previsões para qual é a inflação deste ano, quanto mais, qual é o crescimento do PIB no próximo ano.

Deputado Joaquim Machado: Mas o Bloco não sabe isso?

O Orador: Isso é impossível de saber. Por isso, o Sr. não pode dizer que, a partir de 2023, não vai haver aumento da dívida pública. A segunda hipótese é que o Sr. quer dizer que a Região no orçamento vai estar proibida de recorrer a endividamento, ou seja, não pode recorrer a empréstimos. Bem, o que isto quer dizer é que a Região ficará paralisada porque não terá receitas para suportar as despesas que tem e não conseguirá fazer investimentos públicos, não conseguirá fazer investimentos recorrendo a fundos comunitários e isso significa que, a Região, para além de ficar penalizada, irá ter cortes no funcionamento da saúde, no funcionamento da educação, no funcionamento dos serviços públicos, e, isso, Sr. Secretário, seria – aliás, tenho visto o Rui Rio a gritar tantas vezes que estamos perante uma política de austeridade a nível nacional – isso seria, não uma política de austeridade, mas, uma política de mega austeridade na Região e não me parece, julgo eu, que será isso que o Governo quererá. Mas, logo veremos. Relativamente, indo a outra questão que foi aqui colocada, o Sr. Deputado Rui Martins falou dos apoios e como é que haveria dinheiro para aumentar, para criar medidas de atenuação dos custos da inflação. Sr. Deputado, o orçamento da Região e o recurso à dívida, por exemplo, não é todo igual, mas, eu recordo que, ainda neste plenário, por exemplo, se aprovou uma medida que o CDS aprovou em que se prevê que se tente reduzir uma taxa de juro, que se for reduzida, por exemplo, para metade, relativamente às dívidas à EDA poderá poupar a Região cerca de 5 milhões de euros. Acha pouco? Se calhar, olhe, é mais do que o que custou a Saudação até agora, que custa num ano. Por isso, se calhar, não é assim tão pouco.

Deputado Rui Martins: Os números são de 2022!

O Orador: Ainda uma última questão, Sr. Secretário, sobre o PRR. Focou-se, apenas, na questão da recapitalização das empresas, as outras que coloquei, nomeadamente, o hospital digital e os investimentos na habitação nós não sabemos, aliás, esse é o problema, é que nós não sabemos qual é a execução do PRR na Região, mas, relativamente, à recapitalização das empresas, aquilo que o Sr. disse é muito engraçado. Há um destinatário final que são as empresas e esse investimento é suposto chegar às empresas em 2021. O Governo decidiu não entregar esse dinheiro, esse capital às empresas, decidiu entregar ao Banco de Fomento e diz “-Bem, nós já entregamos ao Banco de Fomento, está executado-”. No entanto, não chegou 1 cêntimo às empresas. Ó Sr. Secretário, isso não é correto.

Deputada Andreia Cardoso: É mais ou menos como as Agendas Mobilizadoras!

O Orador: A execução, até agora, foi zero e era suposto ter sido executado totalmente em 2021. 100% da execução. Agora, quero ver como é que vai explicar isso à União Europeia e qual é a consequência. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Vasco Cordeiro: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. membros do Governo. O Tribunal de Contas e o INE confirmam que a dívida da Região, em 2020, são 2.4 mil milhões de euros. O Tribunal de Contas e o INE confirmam que a dívida da Região, a 31 de dezembro de 2020, são 2.4 mil milhões de euros. O Governo veio aqui falar em 3.400 ou 600 milhões de euros. Como parece importante que quem nos acompanha também perceba do que aqui falo, aliás, o Governo utiliza uma terminologia diferente, não diz que são 3.600 milhões de euros de dívida, diz que são responsabilidades.

Deputado João Bruto da Costa: Que é uma coisa que o senhor não tem tido muita!

O Orador: Mas parece-me importante que se perceba do que é que estamos a

falar e por que razão é que há essa diferença. E se me permitem, Sr. Secretário, se me permite, e para que se perceba, eu gostava de lhe fazer uma pergunta. Se eu comprar uma casa por 100 e pedir à V.^a Ex.^a que seja a minha fiança de 100, quanto é que nós os dois devemos ao banco? 100 ou 200? Devemos 100, devemos 100, devemos 100 e devo eu. O Sr. tem, também, uma responsabilidade, se eu não cumprir, obviamente, que o Sr. é que vai ter que pagar.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
(Duarte Freitas): Os avales não estão aqui nestes números!

Deputado João Bruto da Costa: O Sr. Deputado Vasco Cordeiro não se interessa com a verdade!

O Orador: Estão, sim Sr., estão, o Sr. está a somar as duas coisas. Grande parte... está a somar as duas coisas, e, portanto, em relação a isso é essa a diferença. É um assunto que, obviamente, necessita de ser bem explicado, mas essa é, também, a diferença.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
(Duarte Freitas): Os avales não estão aqui!

O Orador: Sr. Deputado Rui Martins, o Sr. Deputado tomou a palavra e queixou-se da questão do PRR. Ó Sr. Deputado, mas, quem assumiu, na íntegra, o PRR foi o atual Governo, foi o atual Governo, e, portanto, desse ponto de vista, se isso é assim, a crítica, em primeiro lugar, é dirigida ao atual Governo que não corrigiu aquilo que o Sr. entendia que estava errado. Em terceiro lugar, gostava, também, de dizer o seguinte, o Sr. Deputado Paulo Estevão invetivou os Governos anteriores pela questão da dívida. Sr. Deputado, a dívida, claro, existe, está confirmada pelo Tribunal de Contas e pelo INE, 2.4 mil milhões de euros. Mas, em que é que esse dinheiro foi utilizado? Por exemplo, no Corvo, em que é que esse dinheiro foi utilizado? Nas Flores, em São Jorge, no Pico, no Faial?

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro): Tudo tem o seu retorno!

O Orador: Pergunte, por exemplo, aos pescadores e aos comerciantes do Corvo, o porto que lá está. Pergunte, por exemplo, em São Jorge, aos alunos e aos professores da escola básica de Velas. Pergunte, por exemplo, por todas estas ilhas da Região aquilo que são investimentos que foram feitos, também, obviamente, recorrendo a essa componente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo, há um dado, porém, que o Governo foge desta matéria. E foge porque prefere, um ano e meio depois de ter tomado posse, de falar de uma situação das finanças públicas da Região e a 31 de dezembro de 2020 e não daquilo que, por exemplo, o Boletim de Execução Orçamental de março, nos revela com particular evidência.

Deputado Paulo Estêvão: A execução outra vez!

O Orador: E sabem o que é que nos revela com particular evidência? A Região tem, segundo esse elemento, o pior défice dos últimos 10 anos. O pior défice dos últimos 10 anos.

Deputado Gustavo Alves: O que é que estava à espera? O senhor começou a governar, a cama já estava quente!

Deputado João Bruto da Costa: Isso é uma crítica ao seu antecessor!

O Orador: Mas, isso não preocupa os Srs. O que preocupa os Srs. é a situação de 31 de dezembro de 2020. Sr. Deputado, muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e membros do Governo. O que nós tivemos oportunidade de ver nesta intervenção foi uma espécie de Luís XIV a descer do seu palácio e a dizer “-Eu gastei, nesta opulência toda, mas, os Srs. também têm a culpa porque, também, comeram aqui

algumas guloseimas-”.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Os açorianos são os culpados!

O Orador: E a comparação é esta. Na intervenção anterior, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro disse “-Não, mas, os Srs. estão a falar em 3.600 milhões de euros de dívida e de responsabilidades. Todos nós já sabíamos isso, isso já era conhecido. Fazer um debate sobre uma coisa que já se conhecia-”. Foi a primeira intervenção, foi ou não foi? Foi. A seguir, a segunda intervenção, alguém lhe disse alguma coisa e já não são os 3.600 milhões de euros. Na primeira intervenção “Os Srs. estão a dizer tudo que já sabíamos”. E, agora, a segunda versão, não são 3.600 milhões de euros, são 2.400 milhões de euros. Então, em que é que ficamos? É a primeira versão ou é a segunda versão que está correta? Já sabiam tudo, ou, depois do intervalo, esqueceram tudo novamente? A questão é essa, e, portanto, a questão é essa e é uma questão muito importante. Depois, vamos à execução, outra vez, o fantasma da execução. Depois de aquilo ter corrido tão mal, aquele debate de urgência sobre a execução, em que os Srs. assustavam toda a gente, execução péssima, esta vai ser uma execução horrível, o que é que aconteceu?

Deputada Andreia Cardoso: O que é que aconteceu? É isso que queríamos perceber!

O Orador: 86% de execução, 86% de execução.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias: Execução no papel, é só no papel, na prática não executam nada!

O Orador: E, agora, vem, outra vez, com a história da execução. Até o Sr. Deputado Carlos Silva sabe uma regra básica, as contas fazem-se no fim. Há outra

questão que é essencial, já agora, respondendo aqui, também, ao Bloco de Esquerda, que, também, merece uma referência. Diz o Bloco de Esquerda, o Bloco de Esquerda disse logo, “-História, eu não quero saber de história – eu fiquei ofendido, porque eu sou professor de história, ficaria no desemprego – mas, o Sr. quer queimar os livros de história, a história não lhe interessa nada, é uma espécie de tora queimada, é uma espécie de tora queimada. O Sr., até, aliás, tem a figura de tora queimada, é alto e um pouco sombrio. E, agora, também, quer queimar livros, quer queimar a história, quer queimar a história. E, V.^a Ex.^a diz “-Não me interessa nada disso. Eu tenho uma solução, uma solução para destruir a dívida-” e qual é a sua solução? É a mesma que a do Partido Socialista, é aumentar impostos. Foi o que o Sr. acabou de dizer, disse, também, o Sr. Deputado “-Estão a ver, estão a ver, temos esta dívida e os Srs. baixaram os impostos-”. Ainda não perceberam que baixamos os impostos e aumentamos as receitas, porque é esta a resposta que tem que ser dada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Sr., o que diz é “-Aumentem impostos, aumentamos a despesa pública e provocamos o anemismo”. É o que o Sr. disse, é o que o Sr. defende, aumento da despesa pública, aumento dos impostos, e, obviamente, irá destruir a economia dos Açores. Ainda bem que o Sr. não chegou e espero que nunca chegue da mão dos seus aliados de agora. Diz V.^a Ex.^a que nunca esteve preocupado, o Bloco de Esquerda nunca esteve preocupado com a dívida, ...

Deputado António Lima: Eu não disse isso!

O Orador: ... oiça, isso é, pura e simplesmente, falso. O Sr., nas legislaturas anteriores, atacou o Governo do Partido Socialista em relação ao aumento da dívida. Isso é, pura e simplesmente, falso.

Deputado António Lima: Isso é que é falso!

O Orador: O que eu quero dizer, porque quero ficar para uma última intervenção, o que eu quero dizer é que este é um debate corajoso que tem que se fazer. Este é o debate corajoso que tem que se fazer. É fazendo as contas todas e dizer, temos 3.600 milhões de euros, isto não pode continuar, vamos acabar com este despesismo, vamos controlar esta dívida, e, no final, em 2024, vamos mostrar que estamos com as políticas certas que vão reverter esta situação do aumento da dívida e que nos está a provocar problemas gravíssimos do ponto de vista do desenvolvimento económico. Com esta dívida não é possível e com o aumento da dívida não é possível continuar a crescer a economia.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

O Orador: Diz-me o Sr. Deputado Vasco Cordeiro “- Eu defendo o aumento da dívida, defendo o aumento da dívida para continuar a crescer economicamente-”. Ora, o aumento da dívida não provocou o crescimento económico, pelo contrário, é, neste momento, uma carga muito pesada que impede o desenvolvimento económico da Região.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. O Sr. Deputado Carlos Silva pede a palavra, para?

Deputado Carlos Silva: Uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente da Assembleia: Faz favor, tem a palavra para uma interpelação.

(*) **Deputado Carlos Silva:** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Sr. Presidente, peço uma interpelação porque irei entregar na mesa...

Deputado Gustavo Alves: O cartão de militante!

O Orador: ... uma publicação do Serviço Regional de Estatísticas, do dia 25 de março, sobre o procedimento de défices excessivos e que contradiz aquilo que o Deputado Paulo Estevão diz, mas não tem conhecimento, em que o valor da dívida, em 2020, é de 2.4 mil milhões de euros. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Deputado Gustavo Alves: Muito bem? Muito mal! Meta uma nota de 10 euros no meio para ajudar a pagar!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Assim que a mesa rececionar será distribuído o documento. Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves:** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. membros do Governo. O PAN, no orçamento regional, tentou avisar uma coisa e fez uma pergunta ao Governo, que eu vou fazer, também, a mesma pergunta agora. Nós prevemos, por um problema, neste caso, o eco da pandemia, agora temos outro problema grave que é, obviamente, a guerra na Ucrânia e o reajuste que pode existir nos mercados, sejam a nível mundial, europeu, nacional e regional. E, não concordo com o Sr. Deputado Paulo Estevão, quando diz que as contas são feitas no fim. O PAN gosta de fazer as contas ao princípio para fazer um plano e sabermos à partida, se estamos no caminho certo ou não. E é sobre isso que eu vou falar, sobre as contas que nós temos que fazer ao início. Isto, tendo em conta que... e, sim, a receita da tributação fiscal pode subir, a exportação, em janeiro e fevereiro, – e eu fiquei surpreso – aumentou, aumentou exponencialmente, ...

Deputado Paulo Estêvão: Não conhece as variáveis!

O Orador: ... foi muito bom, mas, não acredito que vá continuar e vai decrescer, obviamente, as exportações. Isto, porque, obviamente, com uma inflação que vai existir, e vai existir, o produto, neste caso, o consumo, vai decrescer

obrigatoriamente, as exportações vão decrescer...

Deputado Paulo Estêvão: As exportações vão aumentar!

O Orador: Não sei, não sei, Sr. Deputado Paulo Estevão, eu não assim tão otimista como o Sr. Deputado. Seja como for, e há sempre uma abertura, obviamente, e tem que haver um reajuste, um reajuste daquilo que é a necessidade dos açorianos, tendo em conta aquilo que nós estamos a viver agora e não vivíamos no Orçamento Regional. E faremos, obviamente, a mesma pergunta, o PAN fará, exatamente, a mesma pergunta: vai o Governo apresentar um Orçamento Retificativo relativamente às novas necessidades para que não haja um bloqueio relativamente ao investimento do Orçamento Regional, tendo em conta a inflação que nós não temos sequer uma previsão do que é que será para a Região Autónoma dos Açores, que pode, sim, ser diferente ao nível nacional, mas, se for aquilo que nós tivermos a nível nacional, os açorianos vão perder um poder de compra inimaginável daquilo que era o ano passado, quando nós discutimos o plano e o orçamento para 2022. Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão: Já viu que o valor do euro está igual ao dólar?

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, faça favor, Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. membros do Governo. Em primeiro lugar, uma clarificação, um esclarecimento. Este não é um debate de urgência, este é um debate por iniciativa do Governo, mas, para nós, muito relevante. Em segundo lugar, a questão das verbas, dos 3,6 mil milhões de euros de responsabilidades financeiras futuras. Foram apresentadas ao cêntimo, parcela a parcela. E, é verdade, que nós temos, em relação aos avales, não estão contabilizados, repito, em relação aos avales, estes, não estão contabilizados, é bom que expliquem isto ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro, assim como, a questão do debate de urgência ou debate à pedido do

Governo – mas, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, os avales não estão incluídos nas verbas que foram explicitadas, ponto um.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

O Orador: Ponto dois, quando falamos de responsabilidades financeiras futuras, falamos sobre aquilo que impende sobre os açorianos ao longo dos próximos anos. Naturalmente, há matérias que estão referidas, quer nos reportes ao INE, quer na Conta, mas, por exemplo, as dívidas fora do perímetro de consolidação, com o cuidado de excluir a EDA, com o cuidado de excluir a EDA, porque, excluímos com cuidado os avales, e, nas dívidas fora do perímetro, excluímos com cuidado a EDA, para sermos razoáveis. E, portanto, é por isso que, as responsabilidades financeiras futuras da Região ascendem a 3.6 mil milhões de euros e é isto que os açorianos vão ter que pagar, por via da governação do Partido Socialista.

Deputado Carlos Silva: O senhor dizia eram 3.3 há 10 anos. Qual é a credibilidade que merece? A Sra. Secretária dizia era igual ao PIB de 10 anos!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Os Srs. disso não se podem livrar. Só que, a infelicidade maior é que, mesmo que os Srs. se possam livrar disso politicamente, os açorianos não se podem livrar financeiramente, porque vão ter que pagar esta dívida, vão ter que pagar esta dívida, e, portanto, isto tem que ficar aqui, também, claro. Em relação à correção do défice, 2021, 20, e, até, de 2022, em relação ao défice de 2022, Sr. Deputado Carlos Silva, cá estaremos para responder pelo défice de 2022.

Deputado Carlos Silva: E 2021, não?

Deputada Andreia Cardoso: E 2021, não?

O Orador: Mas, em relação a 2021, é preciso, também, ter em atenção o seguinte: é que, muitas vezes, nem sequer é aquilo que se reporta, é que, depois, tem que

haver correções, como houve em relação a 2020-2021, porque os 72,6 milhões que os Srs. puseram ilegalmente na SATA não foi contabilizado no défice de 2020, mas, devia ter sido e caía, sim, no défice de 2021. Isto representa, retirando este efeito, que o défice de 2021 seria de 146 milhões de euros, menores que 2020.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Só que foi afetado, negativamente, pela vossa incompetência e irresponsabilidade, nas ajudas ilegais que deram à SATA. Em relação ao PRR, dar nota que as metas do tipo “A”, aquelas que são mais inflexíveis, foram todas cumpridas. Em relação à recapitalização, o que está previsto é que seja até 2025.

Deputado Carlos Silva: Não respondeu a nenhuma pergunta colocada!

O Orador: E, em relação ao conjunto de execução, foi apresentado, recentemente, um relatório na estrutura da governança identificada com o Conselho Económico e Social dos Açores, foi apresentado um relatório. Mas, devo dizer, é bom que todos nós tenhamos consciência, esta é uma maneira nova de execução de fundos comunitários, completamente nova, que tem marcos, tem metas, tem metas tipo “A”, tem metas tipo “B”, não é, meramente, uma execução financeira...

Deputado Carlos Silva: Não respondem aos requerimentos!

O Orador: ... e é isso que está previsto, não para nós Açores, para todo o PRR Portugal e para todos os instrumentos semelhantes para o resto da União Europeia. E nós temos, a Administração Regional, mas, também, nós, enquanto políticos temos que nos preparar para um outro tipo de abordagem em relação a esta matéria. Em relação ao Angrasol, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro não está, mas posso-lhe dar nota. O Angrasol foi um aval que foi dado à empresa detentora do hotel Angrasol em 2010 pelas Ilhas de Valor. Foram as Ilhas de Valor que fizeram

o aval à Angra Sol. Questiona-se porque é que terá sido as Ilhas de Valor, porque é que foi àquele hotel e não foi a outro, mas, pronto não é isso que agora nos traz aqui, mas deixa-nos a pensar, de qualquer maneira, porque é que foi as Ilhas de Valor e porque é que foi àquele hotel e não foi a outro. Para além do mais, para além do mais, este aval foi feito com a garantia uma carta de conforto que nem sequer foi publicada.

Deputado Joaquim Machado: Transparência, heim?

O Orador: Tudo isto é muito pouco transparente. E qual foi a consequência, já em 2021? É que a empresa não cumpriu os pagamentos que tinha de fazer e a Região como não quer se dona nem tem vocação para ser dona do hotel, teve que se chegar à frente com 500 mil euros obrigando, agora, que a empresa pague 10 mil euros por mês. Esta é mais uma herança de falta de transparência e de trapalhadas que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, então Secretário da Economia, com o Sr. Vice-Presidente, Sérgio Ávila.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Em relação ao orçamento retificativo, foi-me colocada a questão, Sr. Deputado Pedro Neves, ...

Deputado António Lima: Ele já esgotou o tempo!

O Orador: ... com toda a frontalidade lhe digo que, neste momento, e para já, não temos isso em vista. Em relação ao endividamento zero que foi aqui referido, ...

Deputado António Lima: O que é isso, Sr. Secretário?

O Orador: ... nem deveria ser surpresa, porque, o endividamento zero está nas opções de médio prazo, está no programa do Governo e é naturalmente algo que o Governo vai cumprir. E vai cumprir, porquê? E vai cumprir, porquê?

Deputado António Lima: Mas o que é isso?

O Orador: Porque o que tivemos até aqui, o que tivemos até aqui, Sr. Deputado António Lima e Sr. Deputado do Partido Socialista, foi um ciclo vicioso.

Deputado António Lima: É que eu não sei o que é isso!

O Orador: E qual foi o ciclo vicioso? Foi o ciclo vicioso que gastou 22 mil milhões de euros para se aproximar 4 pontos percentuais da média da União Europeia, isto é, mais de 5 mil milhões de euros por cada ponto percentual de aproximação.

Deputado António Lima: Não foi isso que perguntei! Como é que chega lá?

O Orador: Esse ciclo vicioso foi um ciclo de mais impostos, mais dívida e menos desenvolvimento e o que nós queremos é transformar isto num ciclo virtuoso com menos impostos, como já temos, menos dívida e mais desenvolvimento. E é lá que vamos chegar.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Tem a palavra a Sra. Deputada Sandra Dias Farias.

(*) Deputada Sandra Dias Farias: Muito obrigada, Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo. O Sr. Secretário quando fala em endividamento zero, está a mentir Sr. Secretário. O orçamento aprovado por vós em 2021 ou em 2022 prevê um endividamento de cerca de 150 milhões, portanto, não é possível falar em endividamento zero. A atuação, a atuação deste Governo, desde o seu primeiro dia, tem-se pautado, tem-se pautado pela feroz... não, não estou abandonada nem nunca estarei. A atuação deste Governo, desde o seu primeiro dia, tem-se pautado pela feroz, e, muitas vezes, desesperada luta pela sobrevivência. Tem-se pautado pela constante resposta, não às necessidades dos açorianos, mas sim...

(Risos dos Deputados João Bruto da Costa)

Deputado Gustavo Alves: A Região é vossa! A Região é do Partido Socialista!

A Oradora: Eu não me estou a rir Sr. Deputado...

Presidente da Assembleia: Sra. Deputada, permite-me, faz favor. Sras. e Srs. Deputados – Sra. Deputada, permita-me, faz favor...

A Oradora: Com certeza, Sr. Presidente.

Presidente da Assembleia: Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de ouvir a intervenção da Sra. Deputada Sandra Dias Farias e peço-lhes, encarecidamente, que reúnam as condições para que isso aconteça.

A Oradora: Muito grata, Sr. Presidente, e peço desculpa do tempo.

Presidente da Assembleia: Faz favor.

A Oradora: Vou repetir. A atuação deste Governo, desde o seu primeiro dia, tem-se pautado pela feroz, e, muitas vezes, desesperada luta pela sua sobrevivência. Tem-se pautado pela constante resposta, não às necessidades dos açorianos, mas sim às pressões exercidas internamente, quer pelos partidos que compõem a coligação, mas, também, pelos partidos que, não fazendo parte do Governo, são suporte imprescindível para a sua manutenção. Este percurso caracteriza-se por duas notas. Falta de transparência. Olhamos para o PRR, segundo o Boletim Orçamental de dezembro de 2021, temos registado uma receita de 167 milhões de euros. Mas, note-se, deste total, 106,5 milhões foram registados apenas em dezembro, ou seja, em apenas um mês registou-se quase o dobro do registado nos restantes 11 meses do ano. Sobre a sua execução, pouco ou nada sabemos. O Conselho Económico e Social, já hoje referido pelo Sr. Secretário, alertou, por diversas vezes, para a falta de informação e mesmo ainda à 28 de abril, aquando da apresentação do primeiro relatório de execução, o Presidente da Comissão de Acompanhamento afirma que a informação não é clara e cito *“Pensamos que deve*

ser incluída em próximos relatórios, informação sobre a execução dos Fundos Comunitários e as verbas que chegam, efetivamente, ao setor privado que não sabemos quais são”, observou o responsável. Aos pedidos de informação por parte deste grupo Parlamentar, continuamos sem resposta. O compromisso de criação de um portal onde seria possível monitorizar a execução dos fundos continua por concretizar. As agendas mobilizadoras, outro exemplo da atuação nebulosa deste Governo. O processo começou tarde, foi mal conduzido com decisões tomadas, apenas, por alguns e para alguns. Um processo que voltou à estaca zero, garantia do Sr. Presidente do Governo, mas que deixou os empresários e a economia açoriana perderem a oportunidade, num momento crucial, da sua recuperação. 117 milhões de euros foram desperdiçados pela atuação pouco transparente deste Governo. Contradições, vamos a elas, Sr. Secretário. Há uma notícia, de julho de 2016, que o Sr. Secretário, enquanto candidato a Presidente do Governo Regional, dizia o seguinte: ...

Deputado Flávio Soares: E depois não querem falar do passado!

A Oradora: “-Quero equilibrar a distribuição dos fundos comunitários assegurando aos nossos empresários mais financiamento e menos burocracia-”. O que é que propõem no PO2030, um corte de 100 milhões de euros à competitividade empresarial, quando comparado com o anterior, e um aumento, ...

Deputado Gustavo Alves: Isso é falso! Querem enganar os açorianos!

A Oradora: ... triplicar os custos administrativos e burocráticos de gestão do próprio programa. É, exatamente, o contrário do que foi prometido. Competir mais, continuamos sem sistemas e incentivos de apoio aos nossos empresários, e, relativamente ao último programa, não só temos atraso nos pagamentos, como temos candidaturas ainda sem resposta. Nos anteriores Governos nunca ficaram os empresários sem resposta, nunca lhes foi voltada as costas. Este Governo, mesmo com um novo Secretário, continua a não respostas às necessidades das

nossas famílias e das nossa empresas. Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado José Pacheco: Sr. Presidente, uma interpelação. Uma interpelação.

Presidente da Assembleia: Sr. Deputado José Pacheco pede a palavra para?

Deputado José Pacheco: Interpelação, Sr. Presidente.

Presidente da Assembleia: Faz favor, com a interpelação.

(*) **Deputado José Pacheco:** É para pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente da Assembleia: 15 minutos, é regimental, está concedido. Atendendo ao nosso horário vamos interromper os nossos trabalhos para almoço, regressamos às 15h. Vamos atualizar os tempos sobrantes. Sras. e Srs. Deputados, vamos atualizar os tempos sobrantes para o debate, se fizerem favor de escutar. Sr. Secretário, faz favor.

Secretário da Assembleia: Governo Regional, 25 segundos. O Partido Socialista, 2 minutos, 39 segundos. O PSD, 10:20. CDS 40 segundos. Bloco de Esquerda 1:37. PPM, 51 segundos. CHEGA, 8:19. Iniciativa Liberal, esgotou o seu tempo. O PAN, 5:36. E o Sr. Deputado Independente, tem 47 segundos.

Eram 12 horas e 51 minutos.

Presidente da Assembleia: Senhoras e Srs. Deputados, vamos dar continuidade ao debate por iniciativa do governo.

Eram 15 horas e 06 minutos

Antes da hora do almoço estava inscrito o senhor Deputado António Lima a quem dou a palavra. Faz favor, senhor Deputado.

(*) **Deputado António Lima:** Muito obrigado, senhor Presidente. Senhor Presidente, senhoras e Srs. Deputados, senhoras e senhores membros do governo. Nesta que será a minha última intervenção, gostaria de começar por dizer que o governo através do senhor secretário das finanças, bem que tentou não responder e não explicar como é que a partir de 2023 o aumento do indevidamente da região deixará de existir. Em primeiro lugar, eu a pergunta que fiz era o que é que isso queria dizer exatamente. E o senhor secretário não respondeu. Falou de outras coisas, mas não respondeu a isso. Não explicou. É que de facto é perto de incompreensível de como é que isso será possível. Nós partimos de 2021 de um défice preliminar de 360 milhões de euros, e o que o senhor está a dizer em que em 2023 deixará de haver ou recurso à dívida ou então a percentagem de dívida face ao PIB irá diminuir. Como referi naquela na intervenção anterior ninguém, nem o senhor nem ninguém, não é chamar de incompetente, mas não há nenhum ministro ou secretário das finanças em algum lado do mundo que consiga garantir que ou a dívida no ano seguinte irá reduzir face ao PIB porque isso não depende do governo, como é óbvio. Depende da economia, em grande parte. E as previsões do governo, nesse aspeto e noutros, deixam muito a desejar. Aliás a previsão que o governo ontem deixou quanto ao plano de reestruturação da SATA...

Presidente da Assembleia: Agradeço que termine, senhor Deputado.

O Orador: Termina já... de que ficaria aprovado ou seria aprovado nos próximos dias ou semanas já foi desmentida pela Comissão Europeia, porque diz que, diz a Comissão Europeia hoje e está na comunicação social, que não há data nem para a aprovação nem para o resultado aprovação do plano de reestruturação. Por isso as previsões do governo nesse aspeto, como noutros deixam muito a desejar e muitas dúvidas. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, senhor Deputado. O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para este debate. Tem agora a palavra o senhor Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro: Senhor Presidente, senhoras e Srs. Deputados, senhor Presidente, senhora e senhores membros do governo. Senhor secretário regional, eu agradeço os esclarecimentos que me facultou, mas há algumas questões que necessitam de ser clarificadas em relação a um dos aspetos. É que aquilo que o senhor secretário não referiu em relação ao aval dado a uma empresa é em primeiro lugar que esse aval foi dado porque, de acordo com a legislação que existia à altura, constituiu a forma mais eficaz de garantir o reembolso do investimento não reembolsável a que essa empresa tinha direito, no âmbito dos sistemas de incentivos. Em segundo lugar, é essencial dizer que esse aval foi prestado perante uma garantia real. Isso não é novidade. E aquilo que é novidade aqui foi segundo parece a afirmação do senhor secretário que, em resposta à pergunta que consta do relatório do Tribunal de Contas...

Deputado Gustavo Alves: Agora já conta o Tribunal de Contas!

Deputado Paulo Gomes: O Tribunal de Contas é só quando dá jeito!

O Orador: ... sobre se foi acionada a garantia real para a salvaguarda do erário público, aquilo que o senhor secretário diz é que não vai acionar a garantia real que tem, que defende o erário público e que prefere que seja a região a assumir esse custo.

Deputado João Bruto da Costa: Essa parte não!

O Orador: Eu gostava de salientar que aquilo que está em causa é um incumprimento apenas de duas prestações e que isso é um péssimo sinal do ponto de vista de gestão da coisa pública quanto àquilo que tem a ver com a defesa do erário público que foi garantido e acautelado com a constituição dessa garantia real, dessa hipoteca para no fundo desenvolvimento de um projeto...

Deputado Joaquim Machado: Devia explicar o que é que aconteceu às Ilhas de Valor!

O Orador: ... e garantia também quanto ao reembolso da parte reembolsável no valor de 5 milhões de euros, que em concreto esse investimento acarretava. A

dúvida é, por que razão é que não aciona o governo a garantia real. Mas é possível neste momento retirar algumas conclusões deste debate. E as conclusões que é possível retirar neste debate é que efetivamente o governo quis transformar...

Presidente da Assembleia: Agradeço que termine, senhor Deputado.

O Orador: Já termino, senhor Presidente... quis transformar este num grande anúncio, numa grande questão, num grande exemplo de transparência, mas afinal todos os dados que aqui trouxe já eram conhecidos e já são conhecidos. Não trouxe absolutamente nada de novo, nem sequer ao valor da dívida... nem sequer ao valor da dívida que, reafirmo não é o PS que o diz, é o Tribunal de Contas que o diz...

Deputado Joaquim Machado: Afinal tem dias que o Tribunal de Contas é bom!

O Orador: ... e o Instituto Nacional de Estatística que o diz, que a dívida da região são dois mil e quatrocentos milhões de euros. E, portanto, desse ponto de vista este debate é um ato falhado do governo. É um ato falhado porque quis arvorar-se em paladino da transparência e afinal não trouxe nada de novo a transparência já existia e sempre existiu.

Presidente da Assembleia: Senhor Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Já termino, senhor Presidente... quis no fundo tentar criar uma ideia de um acerto de contas com o passado dos anteriores governos, quando afinal com aquilo que o boletim de execução orçamental de 2022 demonstra é que este é um acerto de contas do senhor secretário das finanças Duarte Freitas com o senhor secretário das finanças Bastos e Silva. Desse ponto de vista...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Oh, Sr. Deputado!...

O Orador: ... desse ponto de vista cá estaremos, ...

Deputado Paulo Gomes: “Desse ponto de vista...” O disco está riscado!

O Orador: ... cá estaremos ainda para analisar em detalhe no debate que todos os anos acontece sobre a conta. Mas para já o que resulta deste debate é tão só isso. Mas se vossa excelência... já termino... quer fazer um acerto de contas, a ajuizar

pelo boletim de execução orçamental e pelos dados que se conhecem em relação à conta de 2021, procedimento de défices excessivos, inclusive...

Presidente da Assembleia: Tem que terminar, senhor Deputado.

O Orador: ... tem muitas razões para isso. Mas isso, senhor secretário, já é da responsabilidade do vosso governo. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente da Assembleia: O partido, o grupo parlamentar do Partido Socialista também esgotou o seu tempo para este debate. Tem agora a palavra senhor Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estevão:** Senhor Presidente, Srs. Deputados, senhor Presidente e membros do governo. Há aqui, quero referenciar três coisas. A primeira é esta. Antes das 11:40 porque o grande anúncio que aqui foi feito foi que dos três mil e seiscentos milhões de euros de dívida e de responsabilidades.

Deputado Vasco Cordeiro: Não é verdade!

O Orador: Isto antes das 11:40, antes do telefonemazinho da Assembleia da República. Isto foi contestado? Não foi contestado.

Deputada Andreia Cardoso: Foi sim senhor!

O Orador: Não foi contestado. Aliás, o senhor Deputado António Lima dizia o seguinte, senhor Presidente, senhoras e Srs. Deputados, esta parte como tem pouco tempo podia ter saltado. Senhor Presidente do governo... continua, eu ouvi com muita atenção a intervenção do senhor secretário das finanças e a cada frase que o senhor secretário produzia, eu começava a notar que cada vez mais conhecia os dados que estavam a debitar. Porque de facto eles são públicos. Para além de serem públicos também são do conhecimento do parlamento. Dizia o senhor Deputado António Lima antes das 11:40. Antes de receber o tal telefonemazinho da Assembleia da República. E o que é que dizia o senhor Deputado...

Presidente da Assembleia: Agradeço que termine, senhor Deputado.

O Orador: ... Vasco Cordeiro... termino já, senhor Presidente... vou ler de forma muito rápida. Também vou saltar aqui, isto é uma transcrição perfeita.

Deputado Carlos Silva: Não salte essa parte!

Deputada Ana Luís: O senhor salta a parte que não lhe interessa!

O Orador: Está aqui tudo. Está aqui tudo. Até os apartes. Todos os dados que o governo hoje demonstrou daquela tribuna não são já do conhecimento público, como foram os dados que o próprio governo regional transmitiu.

Deputado Vasco Cordeiro: Transmitiram ao Tribunal de Contas!

O Orador: Ora isto antes em algum momento na intervenção que realizou quando disse isto contestou que a dívida e a responsabilidades eram de três mil e seiscentos milhões de euros. Nunca, nunca o fez, nem o secretário do Bloco de Esquerda, nem o senhor Deputado Vasco Cordeiro. Agora depois das 11:40 é que o valor da dívida baixou assim de repente e voltaram outra vez para os dois milhões e quatrocentos mil. Termina, senhor Presidente, é mesmo para terminar, uma única frase senhor Presidente. Diz o senhor Deputado Vasco Cordeiro que aconteceram muitas coisas porque deu um fortíssimo apoio no âmbito da pandemia. Esse, esse grande, grande, grande apoio são setenta e sete milhões de euros. Muita propaganda, mas o que ficou foram setenta e sete milhões de euros.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, senhor Deputado. O PPM também esgotou o seu tempo para este debate. Tem a palavra o senhor Deputado Rui Martins.

Deputado Rui Martins: Muito obrigado, senhor Presidente. Senhor Presidente.

Presidente da Assembleia: Senhor Deputado Rui Martins, permita-me... senhora Deputada, para uma interpelação. Senhora Deputada, há diferença que fique para depois da intervenção do senhor Deputado? Já tinha dado a palavra ao senhor Deputado Rui Martins. Pode ficar imediatamente a seguir.

Deputado Rui Martins: Ontem, o senhor Deputado António Lima falou quando

eu queria pedir o intervalo.

Presidente da Assembleia: Faz favor, senhor Deputado Rui Martins, faça favor.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*): Há um abuso de interpelações.

Deputada Andreia Costa: Há um abuso? Tem que ver isso com o Sr. Presidente da Assembleia!

(*) **Deputado Rui Martins:** Muito obrigado, senhor Presidente. Senhor Presidente, Srs. Deputados, senhor Presidente e membros do governo. O senhor Deputado Nuno Barata há pouco... o senhor Deputado Nuno Barata teve uma boa escola e em questão de redução de impostos efetivamente estamos consigo e o senhor estava connosco, mas a primeira redução de impostos nesta região foi com o CDS em 97 e a segunda em 2015 e por isso tem que se orgulhar disso também, não lhe fica mal e teve uma boa escola. Relativamente à questão das obrigações de serviço público da SATA ou aliás, relativamente ao avião cargueiro, devo lembrá-lo que as obrigações de serviço público que a SATA Air Açores concorreu e ficará...

Presidente da Assembleia: Agradeço que termine.

O Orador: ... vinculado... e termino senhor Presidente... durante os próximos 5 anos preveem já e preveem o transporte de passageiros e carga. Se a SATA transporta só carga, só passageiros ou misto, não me compete. Quanto ao estudo de viabilidade, foi a própria SATA que lhe disse a si e a mim que tinha feito essa análise e viu essa oportunidade. Depois relativamente fez aqui o comentário mais populista da tarde que quer cortar nas nomeações familiares e que é aí que se pode ir poupar dinheiro. O que eu lhe pergunto é quanto às nomeações familiares estamos todos de acordo. Quanto a poupar dinheiro que eu lhe pergunto é se quer que essas funções deixem de ser exercidas, que é isso que está em causa. Depois rapidamente, para o Bloco de Esquerda, o Bloco de Esquerda disse que ia poupar dinheiro em cinco milhões nos juros com a proposta que fez. Ora, ontem quando

aprovou a proposta, quando nos apresentou a proposta disse ia-se pagar 2 milhões de euros em juros e agora vai poupar 5. Não percebo as suas contas. Depois, senhor Deputado Vasco Cordeiro e muito rapidamente e termino senhor Presidente peço-lhe aqui alguma latitude, mas termino já. O senhor Deputado Vasco Cordeiro disse que este governo podia ter alterado o PRR, mas o que eu lhe digo é havia possibilidade de negociar a alteração deste 4+1, de ser 4% para a região e de 1% pela república. Era a pergunta que lhe deixava, que pode responder para a comunicação social ou pode-me dizer depois ali nos Paços perdidos. Porque senão de outra forma o que isto quer dizer é que o Partido Socialista.

Presidente da Assembleia: Tem mesmo que terminar, senhor Deputado.

O Orador: ... e termino mesmo, senhor Presidente... isto quer dizer que o Partido Socialista concordou então com a retirada do poder da administração de 20% do PRR por parte da república à região e ao governo regional dos Açores. E digo só que este governo está efetivamente a fazer diferente, ...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: ... está a ter resultados diferentes, diminuámos a carga fiscal...

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, senhor Deputado.

O Orador: ... promoveu a mobilidade e com isso estamos sem dúvida a inovar na solidariedade também e isso é bom para os Açores e para os açorianos. Muito obrigado, senhor Presidente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: O CDS também esgotou o seu tempo para este debate e então agora, sim, tem a palavra à senhora Deputada Andreia Cardoso para uma interpelação. Faça favor, senhora Deputada.

(*) **Deputada Andreia Cardoso:** Senhor Presidente, senhora e Srs. Deputados, senhor Presidente da assembleia, era apenas para fazer distribuir ao senhor Deputado Paulo Estevão a síntese do relatório parecer sobre a conta da região de 2020, que nos seus destaques diz que a dívida total são dois mil quatrocentos e noventa milhões de euros e também a página 6 do relatório global que refere exatamente o mesmo valor

Deputada Ana Luís: Ouça isto!

A Oradora: ... que foi aquilo que o Partido Socialista disse em todas as suas intervenções desde o início até ao fim. Obrigada, senhor Presidente.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, senhora Deputada. Assim que a mesa rececionar esses documentos serão distribuídos. Eu penso que a até já foram entregues, o senhor Deputado Carlos Silva. Já entregou esses documentos, mas isto distribuímos... não são, não são os mesmos. Senhor Deputado Paulo Estevão, faz favor para uma interpelação.

(*) **Deputado Paulo Estevão:** Só à mesa também, senhor Presidente, Srs. Deputados, senhor Presidente e membros do governo. É só para facilitar o trabalho à mesa e dizer que eu já disponho dessa documentação, mas que...

Deputada Ana Luis: Mas não leu.

O Orador: ... já disponho dessa documentação agradeço na mesma os cuidados da senhora Deputada, mas também o que quer dizer é que estes elementos que aqui estão não são os elementos que foram transmitidos do governo regional que é o conjunto da dívida e das responsabilidades que são três mil e seiscentos milhões de euros.

Presidente da Assembleia: Está registada a sua interpelação. Para participar no debate tem a palavra o senhor Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros:** Senhor Presidente, senhoras e Srs. Deputados, senhor Presidente, senhores membros do governo. Eu começo por aquilo que foi a interpretação da senhora Deputada Andreia Cardoso e no mesmo

documento do Tribunal de Contas que citou em que diz que a dívida do setor público administrativo regional, perímetro orçamental são dois mil quatrocentos e noventa milhões de euros. Nas duas linhas abaixo tem... duas linhas a baixo tem dívida das entidades públicas regionais fora do perímetro orçamental mil e quinze euros e, portanto, têm que falar no conjunto. Mas o, mas o... e ainda as parcerias público-privadas e ainda as parcerias público-privadas.

Deputada Ana Luís: Mas então tem de ser rigoroso, Sr. Deputado!

O Orador: Senhor Deputado Vasco Cordeiro, senhor Deputado Vasco Cordeiro... o senhor Deputado Vasco Cordeiro e agora a senhora Deputado Andreia Cardoso encerram o seu tempo de debate com o mesmo argumento que enquanto estiveram no governo defendiam. Ou seja, só é relevante... só é relevante... só é relevante o critério do Eurostat. Só é relevante aquilo que é o critério do Eurostat. E o que nós sempre dissemos aqui e defendemos e continuamos a defender e o senhor secretário expôs aqui na sua intervenção é que é verdade que de acordo com o critério do Eurostat, daquilo que é o critério do Eurostat... do que está no critério do Eurostat, sim senhor, é este...

Deputado Andreia Cardoso: É publico e está no relatório! Não está escondido debaixo do tapete! Está tudo no relatório!

O Orador: ... do que está no critério do Eurostat, este valor o que nos interessa aqui são as responsabilidades globais e é isso que temos de falar durante quatro anos e que o governo fez sempre, nunca relevou... ó senhora Deputada depois também faço o seguinte, estou aqui, quando estiver a intervir não me calo. Não, não fazem, não fazem. Portanto a questão aqui é essa. Mas a minha dúvida é só essa. O PS neste momento ainda defende este argumento. Eu fico a aguardar. Daqui a um ano ou dois quando não se falar das contas, das últimas contas do PS seguramente que o PS irá alterar o seu critério... irá alterar o seu critério... irá alterar o seu critério e chegará à conclusão que é relevante que se saiba o que é que é a dívida fora de perímetro orçamental. É relevante que se saiba e que se

considere para efeitos daquilo que é a avaliação da situação financeira da região todas as responsabilidades. E aquilo que está a ser feito aquilo que é... aquilo que continua a ser o discurso do PS, o que é mais confiante porque ainda falamos nas contas de 2020. Quando as contas de 2020 não forem tema da responsabilidade do PS aí aguardaremos por aquilo que será a nova posição do PS. E isto chama-se incoerência, inconsistência naquilo... isso chama-se...

Presidente do Governo Regional: É o chamado “varrer para debaixo do tapete”.

Deputada Andreia Costa: É que vocês fazem!

O Orador: ... chama-se falta de seriedade ponto de vista intelectual relativamente a uma situação e é isso é mau. É mau porque se não fosse relevante o tribunal não tinha cá. Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão: Fogem da dívida como o diabo da cruz!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, senhor Deputado. Tem a palavra o senhor secretário regional das finanças. Alerta que tem muito pouco tempo.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Senhor Presidente, senhoras e Srs. Deputados, senhor Presidente, senhoras e senhores membros do governo. Esta discussão sobre as responsabilidades financeiras futuras, senhor Presidente, faz-me lembrar o chefe de família que com os filhos dizia, nós estamos com a situação controlada. Devemos aqui... devemos aqui cem euros, mas pronto é o que devemos. E os filhos, mas o meu cartão de crédito pai, quem é que vai pagar o que eu não tenho ninguém. E o outro filho e o meu cartão de crédito quem é que vai pagar que eu não ganho. Bom as responsabilidades financeiras que impedem sobre a região são globais...

Presidente da Assembleia: Agradeço que termine.

O Orador: ... são aquilo que está definido nos critérios do Eurostat, mas nós vamos ter que pagar as PPPs todos os anos e vamos ter que pagar os duzentos e cinquenta e um milhões de dívida financeira fora do perímetro da Santa Catarina, por exemplo da Sinaga. Quem é que vai ter que pagar? Todos e cada um dos açorianos e esta é a herança que os senhores deixam. Três vírgula seis mil milhões de euros sobre as responsabilidades dos açorianos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Depois de terem gasto vinte... de depois de terem gasto mais de vinte e dois mil milhões... depois de terem gasto mais de vinte e dois mil milhões para aproximar a quatro pontos percentuais à média do desenvolvimento da União Europeia, ainda nos deixam três ponto seis mil bilhões para gastar e nem vamos falar de avales porque não falámos, esses estão fora inclusivamente o aval que o senhor Deputado Vasco Cordeiro então secretário da economia mais o senhor vice-presidente Sérgio Ávila assinaram em nome do governo e da ilhas de Valor a uma determinada empresa e a questão não é agora como é que se aciona a garantia real, é porquê, senhor Deputado, porque é que assinou com aquela empresa e não assinou com as outras todas. O que é que está escondido. Ou senhor defende-se no facto de já ter prescrito o processo em termos judiciais.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Obrigado, senhor secretário regional. O governo também esgotou o seu tempo para este debate. O senhor Deputado Vasco Cordeiro

pede a palavra para?

Deputado Vasco Cordeiro: Defesa da honra.

Presidente da Assembleia: Faz favor de explicar.

Deputado Vasco Cordeiro: A afirmação final dos senhores secretário regional das finanças, de que eu não expliquei ou que aguardei depois de ter prescrito o procedimento judicial, indicia que eu, se percebo bem, terei praticado qualquer ato...

Presidente da Assembleia: Tem a palavra, senhor Deputado.

Deputado Vasco Cordeiro: Muito obrigado. Senhor Presidente, senhoras e Srs. Deputados, a minha defesa de honra é muito simples. Eu não percebi, mas quero perceber aquilo a que o senhor secretário se refere. Qual é o procedimento judicial que está prescrito.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
(*Duarte Freitas*): Eu já lhe explico!

O Orador: Qual é o procedimento judicial. Porque sabe senhor secretário, se quer entrar por esse caminho... se quer entrar por esse caminho, e o senhor Presidente do governo se quer que o governo entre por esse caminho, vamos a isso.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
(*Duarte Freitas*): Vamos lá!

O Orador: Vamos falar de procedimentos judiciais, os que estão prescritos, os que estão suspensos e os que vão ser revistos e os que vão ser renovados com julgamentos. Vamos falar disso tudo. Agora o senhor, o senhor secretário regional se quer debater esse assunto, tem já a minha disponibilidade.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
(*Duarte Freitas*): E vamos já falar isso!

O Orador: Já a minha disponibilidade! Mas não é com 25 segundos de tempo que o senhor termina uma intervenção a dizer que eu quis escapar a um procedimento especial que se prescreveu.

Deputado João Bruto da Costa: Não foi isso que foi dito!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Foi! Foi

O Orador: Senhor secretário regional, senhor Presidente do governo, esse caminho... esse caminho, não! Esse caminho não! O senhor sabe, o senhor sabe qual tem sido o meu comportamento nesse tipo de matérias. O senhor sabe, senhor Presidente do governo, qual tem sido o meu comportamento e o deste partido nesse tipo de matérias, mas se vamos entrar por aí, eu acho que é um mau caminho, ...

Deputado João Bruto da Costa: Tem sido um mau caminho!

O Orador: ... para esta casa, para o seu governo, para o governo da região autónoma dos Açores.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Estou cheio de medo de si!

O Orador: E, portanto... não, não é ameaça nenhuma. Não é ameaça nenhuma e o senhor Presidente do governo sabe perfeitamente do que é que eu estou a falar. E, portanto, é esse o caminho que quer seguir? Vamos a isso! Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputada Ana Luís: Há limites para a insinuação! Aqui estamos a discutir política e não caráter!

Deputado José Ávila: É muito cedo para estalar o verniz, Sr. Secretário!

Presidente da Assembleia: Obrigado, senhor Deputado. Para... senhor secretário regional para dar explicações tem 3 minutos. Faz favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Muito obrigado, senhor Presidente, senhoras e Srs. Deputados, senhor Presidente e membros do governo. Em primeiro lugar, senhor Deputado Vasco Cordeiro, não me atemorizo com as suas ameaças...

Deputado Vasco Cordeiro: Nem eu com as suas!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Nem, nós!

O Orador: ... e seu tom intimidatório. Primeiro ponto muito claro. Se nunca me intimidei até aqui na política, muito menos será consigo. Ponto prévio. Ponto prévio. Patifarias que já fizeram a mim dessa bancada, muitas.

Deputada Ana Luís: Patifarias? Isso é linguagem para um secretário regional?

O Orador: Nunca me intimidaram, nem me vão intimidar. Ponto dois. Ponto três. O que está... sim, sim, sim, sim, sim, sim. Sim, várias e muitas. Sim senhor. Essas patifarias comigo não funcionam. Não tenho... não me atemorizo com nada, o senhor não me mete medo com nada eu tenho a minha consciência tranquila...

Deputado Vasco Cordeiro: Como eu a minha!

Deputado José Ávila: O senhor é mais sério que toda a gente aqui dentro!

O Orador: ... e estou pronto, e estou pronto para enfrentar o senhor e qualquer elemento da sua bancada aqui ou em qualquer sítio. Não judicializamos os processos políticos. Agora o que não prescreve... o que não prescreve é a responsabilidade política...

Deputada Ana Luís: Não foi isso que o senhor disse!

Deputada Andreia Cardoso: Olha a volta!

O Orador: ... que o senhor tem de ter dado a mão a uma empresa em vez de ter dado às outras e ter feito publicidade de um entendimento e de ser atravessar em relação a um banco, com a empresa e não fazer em relação às outras. O senhor é que deve explicações aos açorianos porque a responsabilidade política não prescreve, ...

Deputado Vasco Cordeiro: Não foi isso que o senhor disse!

Deputada Ana Luís: O senhor não disse isso!

O Orador: ... não prescreve dos três mil e seiscentos milhões, não prescreve a dos cinco milhões que o senhor fez uma carta de conforto e em nome das ilhas de valor, quis assumir perante um empresário que não assumiu perante mais

ninguém. Essa responsabilidade política não prescreve...

Deputada Ana Luís: Não foi isso que o senhor disse!

O Orador: ... e eu estarei aqui este governo para apontar a sua responsabilidade sempre que for necessário sem temor, sem medo e enfrentando. Porque a mim ninguém me atemoriza, senhor Deputado.

Deputado Vasco Cordeiro: Já somos dois!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Pergunto se há más inscrições para participar no debate por iniciativa do governo regional para aqueles que ainda têm tempo. Pergunta às senhoras e aos senhores... aos grupos parlamentares e representações parlamentares que têm dispõe de tempo. Senhoras Deputadas e senhores membros do governo. Eu não consigo conduzir os trabalhos desta forma. Ou os senhores criam as condições para tal ou eu suspendo os trabalhos. Não é possível conduzir trabalhos desta forma. Uma berraria permanente. Senhor Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa:** Senhor Presidente penso... senhor Presidente, senhoras e Srs. Deputados, senhor Presidente do governo. Senhoras e senhores membros do governo. Penso que somos apenas nós, o PSD o único partido que ainda tem tempo disponível para este debate. Ainda tem... pronto. Então prescindindo.

Presidente da Assembleia: Pergunto se há mais inscrições para participação neste debate por iniciativa do governo. Não havendo, o governo já não tem tempo para o encerrar e considero encerrado o debate. Senhoras e Srs. Deputados, ao abrigo do artigo 81 do nosso regimento, o senhor Deputado independente solicitou a apresentação em plenário do projeto de resolução número 116/XII, criação de

condições para a implementação do tarifário tendencialmente único para transporte coletivo é o ponto 19 da nossa agenda. Senhor Deputado independente, o senhor Deputado Carlos Furtado tem 10 minutos para a sua apresentação. Faz favor, senhor Deputado.

(*) **Deputado Carlos Furtado:** Muito obrigado, senhor Presidente. Senhor Presidente, senhoras e Srs. Deputados. Senhor Presidente do governo, senhoras e senhores membros do governo. O projeto de resolução que hoje apresento aqui nesta casa tem como objetivo minimizar os constrangimentos das pessoas que vivem fora dos centros urbanos. Com efeito os problemas demografia nos Açores especialmente das freguesias das zonas mais afastadas dos centros urbanos não se resolve por si só de boas vontades. É preciso ação. Porque a demografia que hoje é um problema nessas zonas tende a agravar-se por vários elementos desde logo o tempo que as pessoas levam nas deslocações dos seus habituais locais de trabalho até aos seus locais de residência, mas também o valor despendido nessas deslocações. Atento a este problema entendi por bem apresentar aqui nesta casa uma iniciativa que tenha por objetivo minimizar esses constrangimentos. É certo que o tempo despendido nessas viagens não se resolve por decreto. Resolve-se com obras, resolve-se com melhores vias de ligação e essas vias de ligação custam dinheiro e nem sempre ao calendário adequado para as realizar. Mas a utilização de transportes públicos a preços mais acessíveis será seguramente um forte elemento para contribuir para que por exemplo viver nos Mosteiros tenham custo de deslocação que se aproxime de quem vive nos Arrifes ou na Covoada ou em Livramento. Com iniciativas de danças eu creio que viver nos mosteiros ou na Candelária ou na Ribeirinha será mais confortável se as pessoas perceberem que têm um transporte público a um preço acessível, com melhor qualidade, ambientalmente mais sustentável. Um transporte público mais confortável onde também as gares onde as pessoas têm acesso a estes transportes tenham melhores condições com internet e eventualmente com serviços de cafetaria e outros

elementos que hoje são determinantes para que as pessoas possam de forma objetiva deixar de utilizar menos viatura própria e utilizar os transportes públicos. É nessa consciência mas também na consciência de que as políticas europeias cada vez estão mais direcionadas nesse objetivo porque cada vez mais de programa em programa europeu as direções vão mais no dar qualidade de vida aos cidadãos, dar oportunidade de que toda a vida desenvolvida de volta das sociedades seja ambientalmente mais sustentável e essa seguramente será uma iniciativa que e aproveitando recursos europeus poderemos estar aqui a levar por diante uma iniciativa que seja mais de acordo com aquelas questões políticas atuais proporcionando aos residentes, mas também aos não residentes, outras condições de conforto, ambientalmente mais sustentáveis, mais eficazes e acima de tudo que também não sirvam só os açorianos, mas também quem nos visita. Essa proposta que aqui apresenta, o vosso projeto que aqui apresento, que obviamente irá baixar a comissão e ouvir os players do setor tem também uma um desafio e um desafio que é colocar perante os players do mercado um dedo experimental desse mesmo tipo de transporte para e a partir daí delinear as estratégias mais adequadas, mais assertivas com base precisamente nesses ensaios desses modelos de transporte. Devo dizer que se por um lado essa medida parece ter algum arrojo relativamente aquilo que é um ambiente de transportes que terrestres que atualmente temos na região também temos que atender o facto que quando há pouco mais de um ano se falou entre transportes aéreos, inter-ilhas a preços incomparavelmente mais acessíveis do que aqueles que são praticados hoje toda a achou que era impossível, que era utópico. O que é certo é que hoje nenhum açoriano e nenhum representante dos açorianos hoje questiona a bonomia que foi termos transportes aéreos de ligação entre os açorianos mais eficazes porque efetivamente tornaram-se mais eficazes, mas também principalmente mais acessíveis. Fez com que as ilhas embora geograficamente esteja a mesma distância, mas do ponto de vista de ligações e do ponto de vista de custos de

ligação a realidade hoje é incomparavelmente diferente. É essa no fundo também a comparação que quero estabelecer aqui com o projeto de resolução que aqui apresenta de haver uma proximidade do conceito daquilo que é hoje o transporte aéreo na região para que o transporte terrestre também siga o mesmo princípio. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Obrigado, senhor Deputado, está apresentada a iniciativa. Diz o nosso regimento que estão são reservados agora de 10 minutos para pedidos de esclarecimento pergunto à câmara, Srs. Deputados se alguém se quer inscrever para pedidos de esclarecimentos sobre a iniciativa apresentada. Não havendo, passamos ao ponto 20, ao abrigo do mesmo do mesmo artigo do nosso regimento. O CDS/PP também solicita a apresentação em plenário do projeto de resolução número 117/12 - condição pós-Covid 19. Tem a palavra o senhor Deputado Rui Martins para a sua apresentação. Dispõe de 10 minutos, senhor Deputado.

(*) **Deputado Rui Martins:** Obrigado, senhor Presidente. Senhor Presidente, Srs. Deputados, senhor Presidente e membros do governo. O impacto direto da Covid 19 não se limita aos casos agudos da doença e às mortes correlacionadas. inclui também efeitos a longo prazo da doença ou do seu tratamento, como a condição pós-Covid-19 ou Covid longa e a síndrome pós-cuidados intensivos. Segundo estimativas recentes da Organização Mundial de Saúde, no seu relatório European Health Report 2021, Regional Office for Europe, apresentado a 10 de março de 2022, entre 10 a 20% das pessoas com Covid-19 continuam com problemas de saúde durante semanas ou meses após a fase aguda da infeção. Embora possa haver várias razões para isso, há uma condição que agora é classificada como condição pós-Covid-19, na classificação internacional de doenças sendo também referida sobre outras designações como Covid longa, síndrome Covid-19, pós-aguda, sequelas da infeção pós aguda por SARS-CoV-2 e síndrome da Covid crónica. Em 6 de outubro de 2021, a OMS publicou uma nova definição de caso

clínico de condição pós-Covid-19 descrevendo que ocorrem indivíduos com histórico de infecção provável ou confirmada por SARS-CoV-2, geralmente três meses após o início da Covid-19 com sintomas que duram pelo menos dois meses e que não podem ser explicados por um diagnóstico alternativo. Os sintomas comuns com impacto no dia a dia incluem fadiga, falta de ar e disfunção cognitiva, mas também outros. Pode ser um novo início após a recuperação inicial de um episódio agudo de Covid-19 ou persistir desde o início da doença. Os sintomas também podem flutuar ou recair ao longo do tempo. A condição pós-Covid-19 é imprevisível e debilitante e pode levar a problemas de saúde mental como ansiedade, depressão e sintomatologia pós-traumática. Além disso parece estar associada a uma variedade de consequências prejudiciais da infecção inicial incluindo sequelas em múltiplos órgãos especialmente em glândulas suprarrenais, trato gastrointestinal, coração, rins, fígado e pulmões. Comprometimento do desenvolvimento da autoimunidade e ocorrência de coágulos sanguíneos causando acidentes vasculares cerebrais ou outros danos nos tecidos. Os efeitos cognitivos a longo prazo da infecção por SARS-CoV-2 podem ser graves. A condição pós-Covid-19 e os seus diferentes graus de gravidade podem ter um sério impacto na capacidade de uma pessoa retornar à vida familiar e comunitária após a fase aguda da doença. Incluindo o retorno ao trabalho e a participação em outras atividades. A reabilitação multidisciplinar personalizada e específica para esta condição é essencial para evitar danos e progredir na recuperação. A exata causa da condição pós-Covid-19 e o que o influencia o seu desenvolvimento e gravidade é ainda desconhecida. Não parece estar relacionado com a gravidade da infecção inicial por SARS-CoV-2 ou a duração dos sintomas associados, mas é mais comum em pacientes que foram internados por Covid-19. Fortes preditores para o desenvolvimento da condição pós-Covid-19 são idade avançada, ser do sexo feminino, ter um índice de massa corporal elevado, ter comorbidades especialmente envolvendo coração e pulmões e o número de sintomas Covid-19

aguda como rouquidão, perda de olfato e falta de ar. A condição pós-Covid-19 pode ser tão impactante nas pessoas como na sociedade que a Direção Geral de Saúde a 17 de março de 2022 publicou a norma 2/2022, demonstrando que a infeção por SARS-CoV-2 continua a originar um número crescente de pessoas que recuperaram da covid-19. No entanto e apesar do prognóstico ser ainda desconhecido, a magnitude de casos fez emergir dados científicos e clínicos que indicam que podem existir morbilidade após a fase aguda da infeção, traduzida por sintomas persistentes e ou complicações de longo prazo. A denominada de condição pós-Covid-19 ou covid longa. Por a condição pós-Covid-19 ser uma entidade em crescimento por uma fisiopatologia ainda por esclarecer com atingimento multiorgânico frequentemente associado a um conjunto de sintomas heterogéneos que podem persistir surgir ou recorrer após um quadro agudo da infeção, o principal objetivo da abordagem prevista na norma da DGS é o reconhecimento precoce de sintomas e sinais que possam indiciar complicações graves e ameaçadoras da vida e a recuperação sintomática e funcional da pessoa afetada. A DGS identifica que a condição pós-Covid-19 pode ter repercussões funcionais, potencialmente graves que interferem com a qualidade de vida e capacidade laboral das pessoas afetadas, com óbvio impacto socioeconómico e a persistência dos sintomas além das quatro semanas tem vindo a ser pouco estudada nos cuidados de saúde primários, local de acompanhamento da maioria das infeções por SARS-CoV-2 e aponta para que a nível hospitalar as instituições promovam o trabalho multidisciplinar e multi-especializado através de um circuito que permita uma adequada articulação com os cuidados de saúde primários no âmbito da gestão da condição pós-Covid-19 e numa ótica de continuidade de cuidados. Adianta ainda que os cuidados que os utentes com história de Covid-19 que procurem os cuidados de saúde com manifestações suspeitas da condição pós-Covid-19, devem ser avaliados em sede de investigação inicial em cuidados de saúde primários, até seis semanas após o diagnóstico de

Covid-19. Sendo que a um nível comunitário o acompanhamento dos cuidados de reabilitação das pessoas com condição pós-Covid-19 deve ser assegurado por profissionais com resposta diferenciada em reabilitação. As decisões e abordagens à condição pós-Covid-19 deverão ter em conta a sua complexidade enquanto entidade clínica e devem ser fundamentadas no conhecimento científico em constante evolução, na avaliação clínica da gravidade da doença e do seu impacto no dia a dia, permitindo definir estratégias e linhas orientadoras de abordagem, investigação e intervenção. Assim o grupo parlamentar do CDS-PP nos termos da linha D do número 1 do artigo 31 do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores e do artigo 145 do regimento propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove a seguinte resolução. A Assembleia Legislativa da região autónoma dos Açores recomenda que o governo regional após investigação inicial em cuidados de saúde primários, os utentes que reúnam critérios de referenciação a definir normativamente pela Direção Regional de Saúde devem ser encaminhados para consulta hospitalar ou para consultas hospitalares integradas e multidisciplinares, em sistema Via Verde COVID longo contemplando nomeadamente e com particular atenção às seguintes condições de saúde. Os utentes sintomas cognitivos persistentes com duração superior a um mês, com incapacidade total para o exercício da atividade profissional ou em caso de cronicidade dos mesmos com ou sem incapacidade profissional associada. Os utentes com ansiedade ou depressão graves ou suspeita de síndrome de perturbação pós-traumática, os utentes com sintomas sensitivos ou défice motor de novo associado à infeção SARS-CoV-2 os doentes com alterações do olfato e ou paladar persistentes com duração superior a doze semanas desde o início da fase aguda, suspeita de doença do interstício pulmonar, com suspeita de trombo embolismo pulmonar, utentes com fadiga persistente e com maior limitação funcional associada a fraqueza muscular ou descondicionamento. A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda ainda o governo regional

que os tempos máximos de espera a definir por norma da Direção Regional de Saúde não excedam as 8 semanas. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do CDS-PP: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, senhor Deputado. Está apresentada a iniciativa. Pergunto se há inscrições para pedidos de esclarecimento. Não havendo, retomamos a nossa agenda que estávamos ontem, quando encerramos os nossos trabalhos no ponto 8 e estavam inscritas várias senhoras, neste caso Srs. Deputados. Estava inscrito o senhor Deputado Carlos Furtado a quem dou a palavra.

Deputado Carlos Furtado: Senhor Presidente, eu prescindo.

Presidente da Assembleia: Estava... obrigado, senhor Deputado... inscrito o senhor Deputado Vasco Cordeiro a quem dou a palavra, faz favor.

Deputado Vasco Cordeiro: Senhor Presidente, senhoras e Srs. Deputados, senhor Presidente, senhoras e senhores membros do governo, senhor secretário regional do mar e das pescas, eu tenho uma pergunta concreta para lhe fazer. Tendo em conta o despacho que foi proferido e tendo em conta o trabalho que está a ser feito, o governo considera adequado, neste momento, haver qualquer tipo de suspensão provisória àquela que é a legislação que está em vigor no porto da Caloura ou acha mais adequado aguardar pela conclusão do processo do grupo de trabalho e de revisão das áreas marinhas protegidas. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Obrigado, senhor Deputado. Tem a palavra o senhor Deputado Paulo Estevão.

Deputado Paulo Estevão: Prescindo, senhor Presidente.

Presidente da Assembleia: Obrigado, senhor Deputado. A mesa neste momento

não tem mais inscrições. Senhor secretário regional do mar e pesca. Faça o favor. Tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Mar e Pescas** (*Manuel São João*): Obrigado, senhor Presidente. Senhor Presidente, senhoras e Srs. Deputados, senhor Presidente e membros do governo. Penso que as minhas anteriores intervenções tinha resultado que é nossa intenção ao nomear este grupo de trabalho, consideramos intermédio naquilo que é necessário fazer relativamente à definição das áreas marinhas protegidas cujo término está, a calendarização está, aponta para dezembro de 2023 portanto que como referi ontem não podemos no imediato perceber as suspensões sem que ter o mínimo de base de conhecimento científico sobre o assunto eu penso que ontem tinha decorrido das minhas declarações que a nossa intenção por isso fixamos um prazo de 90 dias, esperamos que ao fim de 90 dias termos já algum resultado deste trabalho e articulá-lo depois com o grupo que do enfim das reuniões participativas no âmbito das redes Marinha dos Açores. Muito obrigado.

Deputado Gustavo Alves: Muito bem!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, senhor Secretário Regional. Senhor Deputado Vasco Cordeiro, faça favor.

Deputado Vasco Cordeiro: Senhor Presidente, senhora e Srs. Deputados, senhor Presidente, senhoras e senhores membros do governo. Eu agradeço aos senhores secretário regional a clareza da sua declaração quanto àquilo que na minha leitura, na minha leitura é a total desadequação de avançar com uma proposta deste tipo no momento em que está constituído o grupo de trabalho por iniciativa do governo regional. Eu não resisto, porém em relação ao brinde que me fez ontem o senhor Deputado Paulo Estevão, a propósito do romano que lançava a confusão no meio dos piratas, de dizer um seguinte senhor Deputado, não me surpreende nem me incomoda o senhor... ou melhor não me surpreende nem me incomoda eu ver-me num lugar de um romano. O que a mim não me surpreende tão bem, mas confesso-

lhe que me incomoda é o senhor não ter peso de considerar-se a si e aos restantes parceiros da coligação como piratas. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, senhor Deputado. A mesa não tem mais inscrições. Senhor Deputado Paulo Estevão, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estevão:** Senhor Presidente, Srs. Deputados, senhor Presidente e membros do governo, vejo que o romano ainda não saiu do navio. Continua a tentar. Aliás, a pergunta para o senhor secretário novamente para tentar criar discórdia.

Deputada Andreia Cardoso: Não!

O Orador: Por isso... sim, sim, sim. sim... eu o que lhe quero dizer é que o que eu defendo aqui são os interesses da população dos Açores, não é piratas. A população dos Açores. É isso que a mim me interessa. O meu partido está muito à vontade em relação àquele que é àquele que é o nosso trabalho na defesa do ambiente.

Deputado José Ávila: E depois do último congresso!

O Orador: Nomes como Gonçalo Ribeiro Telles, marcaram a história deste país na defesa do ambiente que criaram a Reserva Ecológica Nacional, criaram a Reserva Agrícola Nacional e, portanto, temos um grande trabalho realizado nesta matéria agora. Agora como eu disse ontem é compatibilizar aqueles que são os interesses da população com a defesa do ambiente. Não há outra forma de defender o ambiente. Não há outra forma de defender o ambiente do que integrar, convencer que é importantíssimo preservar e trazer mais gente para a causa ambiental. Mas nunca, nunca contra o povo. Assim não vamos lá. Por isso é que eu considero que aquilo que o governo está a fazer que é estudar cientificamente o assunto, ouvir também os pescadores e os diversos agentes neste âmbito que é

importantíssimo, porque eu estou convencido, estou convencido que será possível encontrar uma solução que responda, que responda a toda esta problemática e que possa contentar todos. Eu penso que é possível. No âmbito da negociação no âmbito da defesa de interesses das populações e no âmbito da defesa do ambiente.

Deputado Pedro Pinto: Muito bem!

Deputado Berto Messias: Defender o ambiente não é com esta proposta Sr. Deputado!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, senhor Deputado. A mesa não tem mais inscrições. Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos colocar à votação este projeto de resolução. Vamos então votar o projeto de resolução número 108/12. Recomenda o governo regional a criação de um regime transitório para os pescadores do Porto da Caloura. As senhoras e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As senhoras e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar. As senhoras, a senhora e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar. Faz favor, senhor secretário.

Secretário da Assembleia: O projeto de resolução 108/12 foi rejeitado com 25 votos contra do PS, 2 do BE, 1 da Incentiva Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado independente. 21 a favor do PSD e 1 do Chega, 3 votos de abstenção do CDS e 2 do PPM.

Presidente da Assembleia: Senhor Deputado José Pacheco para uma declaração de voto, faço a favor.

(*) **Deputado José Pacheco:** Obrigado, senhor Presidente. Senhoras e Srs. Deputados, senhor Presidente governo, senhoras e senhores membros do governo, respondendo aqui ao senhor Deputado Berto Messias, a sua sorte é que eu tenho um senso de humor infinito. Infinito, sai mais um outdoor. Eu apenas para dizer que algumas questões não ficaram esclarecidas. Eu termino como comecei, termino como comecei, assumi um compromisso perante os açorianos, neste caso

os pescadores, cumpri. Avançámos muito mais do que havia quando se colocou esta proposta, não me preocupa a votação, preocupa-me sim, o efeito. Tenho um maior respeito pelo meio ambiente. Só não percebo como é que se criou uma legislação para proteção do meio ambiente que nunca foi fiscalizada. Nunca foi fiscalizada. 2008 até hoje. Isto sim é que todos devemos nos interrogar e não as questões que foram aqui colocadas e muito menos dizer que o Chega é contra o ambiente. Se há coisa que o Chega é a favor é da proteção do ambiente. E se há coisa que os pescadores dos Açores são é pela proteção do ambiente sabem porquê. Porque é o ganha-pão deles e isto que nunca saia das nossas cabeças. Nós não podemos acusar uma classe que tem sido tão maltratada ao longo de tantas décadas e por mais esse encargo nos braços deles que as coisas correm mal porque eles até são contra o ambiente. Isto não é justo. Ficam os açorianos a saber que da minha parte aqui estarei sempre para levar a pancada que tiver que levar, mas sempre que estiver que os defender justamente. É por isso e agora a parte do outdoor, que somos a voz deles. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, senhor Deputado. Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto. Senhora Deputada Joana Pombo Tavares, faça favor.

(*) **Deputada Joana Pombo Tavares:** Muito obrigada, senhor Presidente. Senhoras e Srs. Deputados, senhor Presidente do governo. O grupo parlamentar do Partido Socialista considera extremamente importante o debate que decorreu nesta casa durante o dia de ontem e hoje. Esclarecendo de uma forma clara o problema exposto pelo senhor Deputado José Pacheco e esclarecendo que contrariamente ao que foi exposto, neste projeto resolução, as embarcações quer lúdicas, quer profissionais podem sair de forma legal do Porto da Caloura, do porto de pesca em semelhança de outros portos que se encontram dentro da componente marinha das áreas protegidas de gestão de recursos e que tenham as mesmas interdições. Consideramos também importante considerar que esta a

centralidade deste parlamento tem soberania para podermos debater estes assuntos, não aconselhar ao governo para que o faça, mas com os dados que o governo nos dará poder trabalhar sobre este assunto. Ao sair do Porto da pesca da Caloura os pescadores podem então exercer, contrariamente ao foi dito, exercer a sua atividade a uma milha a sul deste Porto, limitação que esta área protegida tem estabelecida desde a sua entrada em vigor deste diploma em 2008 do Parque Natural de São Miguel. Consideramos então que deverá ser analisada esta situação de uma forma cuidada salientando a importância do trabalho efetuado até ao momento em prol da proteção, gestão e sustentabilidade dos recursos marinhos assim como do seu equilíbrio que é feito com a comunidade piscatória. Não compreendemos a decisão do grupo parlamentar do PSD que de uma forma avulsa concordou com a criação de um regime transitório elaborado sem rigor científico, sem dados e acima de tudo com que falhas na classificação da área da Caloura, iludindo os açorianos e principalmente os pescadores da comunidade piscatória da Caloura. Consideramos que tendo em conta a criação deste grupo de trabalho e da alteração da legislação que será até final de 2023, aguardaremos então para esses resultados e cá estaremos prontos, em parlamento, todos juntos para avaliar e trabalhar esperando que a mesma possa não reduzir as áreas marinhas protegidas tendo em conta até os próprios compromissos que o governo regional o fez. Alertamos ainda para todo o trabalho já efetuado ao longo desta última década, para a proteção dos recursos e da biodiversidade marinha nos Açores e que vão de encontro ao trabalho efetuado em todo o mundo na proteção dos oceanos, e na garantia das gerações futuras possam usufruir de um património marinho ainda mais rico do que nós temos hoje em dia. Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, senhora Deputada. Para uma declaração de voto, tem a palavra o senhor Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado:** Muito obrigado, senhor Presidente. Senhor Presidente, senhoras e Srs. Deputados, senhor Presidente do governo, senhoras e senhores membros do governo. Votei contra esse projeto de resolução aqui apresentado nesta casa porque e como qualquer membro desta casa ninguém é contra os pescadores nem contra os agricultores. Portanto não se pode fazer notícia com esses chavões. porque o que é certo é que acima de tudo temos que ter consciência de que esse projeto de resolução assentou, como já foi aqui amplamente documentado, assentou numa mentira, na mentira de que o acesso ao Porto da Caloura por via marítima não era possível, quando afinal é possível e assentou sobre uma certa suspensão que foi criada aqui que eu não acho que seja um bom procedimento porque as declarações que foram proferidas aqui levou, intuiu é que ficássemos a pensar que efetivamente aquilo que acontece ou que deve acontecer no estado de direito que é a separação de poderes, não se verifica. Quando se leva a crer que efetivamente a fiscalização daquela área não aconteceu, porque alguém foi mandado não fiscalizar põe em causa aquilo que é um estado direito. E até que se prove o contrário de forma factual eu acho que é um mau procedimento colocar em causa as instituições que regem a nossa sociedade. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, senhor Deputado. Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto. Não havendo, vamos então avançar para o próximo ponto da nossa agenda. O ponto 9 já foi discutido e votado. Avançamos para o ponto 10, projeto de resolução número 110/XII. Atualização do valor de remuneração complementar e utilização do regime jurídico de preços como forma de mitigar os efeitos da inflação na região autónoma dos Açores. É uma iniciativa apresentada pelo Bloco de Esquerda para a sua apresentação, tem a palavra senhor Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima:** Senhor Presidente, senhoras e Srs. Deputados, senhor Presidente do governo, senhoras e senhores membros do governo. As consequências económicas da invasão da Ucrânia pela Rússia, mas também as consequências que já derivam da crise da crise económica mundial causada pela pandemia da Covid 19 rapidamente fazem-se sentir cada vez mais nas nossas vidas. A subida da inflação que em alguns produtos já se vinha de facto a verificar anteriormente intensificou-se significativamente nos últimos meses especialmente na região em março e abril. A taxa de variação homologa do índice de preços do consumidor em abril atingiu nos Açores 4,06% aumentando 1.68 pontos percentuais relativamente à taxa de março enquanto a taxa nacional atingiu já os 7,2%. O governo da república na proposta do orçamento do estado para 2022 prevê para o país uma taxa de inflação de 4%. Desconhecem-se previsões atualizadas para os Açores, o que é para nós verdadeiramente incompreensível na situação em que vivemos. Sem atualizações salariais pelo menos em linha com a inflação isso significará uma enorme redução do poder de compra dos trabalhadores e das famílias em geral. Isso quer dizer que as famílias nos Açores, no país, mas nos Açores também ficarão mais pobres. A história recente diz-nos que nos Açores em geral a inflação anual, a taxa de inflação anual é mais elevada do que a média nacional. O que poderá significar que nos próximos meses assistiremos a um contínuo e acelerado crescimento da inflação. Sabemos que o governo da república pretende que seja os trabalhadores a pagar a crise, propondo um aumento salarial irrisório de 0,9% para os trabalhadores da administração pública o que envia também a mensagem para o setor privado de que os salários não devem ser atualizados. Nos Açores a autonomia deve servir para fazer diferente. A região possui mecanismos próprios que podem ser utilizados para atenuar os impactos da subida de preços e do aumento do custo de vida. O governo regional pode utilizar a remuneração complementar que auferem os funcionários públicos com os salários mais baixos para no imediato proteger o poder de compra

desses trabalhadores dando assim também um sinal forte ao setor privado, no sentido de que devem ser efetuados aumentos salariais ainda no decorrer do ano de 2022. Com determina a lei, é o governo que cabe, por resolução a atualização do valor da remuneração complementar tendo em conta a inflação prevista para o corrente do ano. A região, enquanto entidade patronal tem de dar o exemplo de que os trabalhadores não podem ficar mais pobres com a crise. O grupo parlamentar do Bloco de Esquerda propõe assim que a assembleia recomende ao governo a atualização do valor da remuneração complementar em percentagem que permita a compensação total da perda do poder de compra decorrente da inflação prevista para o corrente do ano, para pelo menos os trabalhadores beneficiários dos dois primeiros escalões da remuneração complementar. Os restantes trabalhadores que auferem a remuneração complementar terão assim também um aumento correspondente ao escalão que auferem. Ainda fundamental proteger os mais frágeis da nossa sociedade, atualizando os complementos regionais de pensão e abono de família em percentagem acima da inflação, tendo em conta os dados mais recentes da inflação já conhecidos esta medida consta da substituição integral que entregamos ontem. Por outro lado, a escassez de alguns produtos nos mercados, as dificuldades das cadeias de abastecimento exigem medidas precaucionarias que evitem aumentos de preços injustificados e por isso especulativos de bens essenciais e de primeira necessidade. O regime jurídico de preços em vigor na Região Autónoma dos Açores permite atuar sobre os preços, tendo sido e bem utilizado por exemplo durante a pandemia para impedir a especulação em diversos produtos de proteção individual. Vários produtos neste momento na região têm margens máximas de comercialização, incluindo produtos alimentares. Propomos por isso que a assembleia recomende ao governo que defina margens de máximas de venda, de bens alimentares e de primeira necessidade com vista a conter a escalada da inflação. Estas são medidas simples, mas absolutamente necessárias e urgentes. Recordo no final desta intervenção as

palavras do PSD na Assembleia da República referindo-se aos aumentos salariais da função pública previstos no orçamento de estado. E cito, há um regresso encapotado da austeridade para previsível perda de rendimentos salários da função pública. Ora tem aqui o PSD, a coligação e todos os grupos de representações parlamentares de serem coerentes com as críticas que fazem na Assembleia da República.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, senhor Deputado António Lima, está apresentada o diploma e estão abertas as inscrições. A mesa já tem uma inscrição. Tem a palavra o senhor secretário regional das finanças de planeamento e administração pública. Faz favor. senhor secretário.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Senhor Presidente, senhoras e Srs. Deputados, senhor Presidente, senhoras e senhores membros do governo, já hoje tive oportunidade de dar nota nesta sala, nesta casa que a inflação é talvez o mais injusto imposto que existe porque atinge desde logo e com maior impacto aqueles que têm menos capacidades menores rendimentos. E, portanto, é algo que preocupa o XIII governo, ainda antes discutirmos este ponto já o tinha aqui afirmado e que o governo já mostrou a sua preocupação social a vários momentos, como também já hoje referi, quer seja o apoio às IPSS, quer seja no complemento regional de pensão, quer seja no na remuneração complementar, demos boa nota desta preocupação social. Alguns dos aumentos que fizemos foram os maiores da história a este nível. E é evidente que face à situação que vivemos, esta preocupação torna-se ainda mais aguda. De facto, a taxa de inflação homologa para o mês de abril que ontem foi conhecida no Plano Nacional situou-se nos 7.2, e na região em 4,06, mas também a verdade é que se analisarmos, não só o histórico mais longo, mas também o histórico mais recente, há uma décalage de dois a três meses relativamente à taxa de inflação dos Açores do que se passa na República. E neste caso aquilo que temos na região neste momento é ligeiramente

inferior àquilo que havia no Plano Nacional em fevereiro. Mas há aqui uma clara tendência que não podemos iludir e sim, é verdade senhor Deputado António Lima, temos de ser coerentes com aquilo que referiu que o PSD no caso referiu no Plano Nacional. E esta coerência tem a ver com a matriz social que temos e que este governo tem de forma acentuada, como acabei de explicar. E aqueles que mais precisam, aqueles que vão ser mais atingidos por esta escalada inflacionista, que nós possamos ajudar tendo em conta nomeadamente a revogação na remuneração complementar e no complemento regional de pensão e do complemento do abono de família naturalmente este governo, o XIII governo está aqui em primeira mão para aqueles que mais precisam. E nos momentos que mais precisam. Se este momento já é difícil em função da situação pandémica, a situação da guerra, situação até sísmológica de algumas das nossas ilhas, agora com esta espiral inflacionista que tem a ver com disrupções nas cadeias de abastecimento, tem a ver com a falta de alguns alimentos, é evidente que nós temos que estar preocupados e saber dar uma resposta. E aqui estamos preocupados e prontos para dar essa resposta. E essa resposta naturalmente também tem a ver com a escalada de preços. E a verdade é que muitas vezes diz-se que o Bloco de Esquerda às vezes tem uma linguagem mais doce do que a sua matriz ideológica transcrita. Mas neste caso acho que ela corresponde porque vi que tinham tido o cuidado no ponto 2, tinham tido cuidado no ponto 2 da resolução de dizer a utilização do regime jurídico de preços Açores de modo que se definam quanto estritamente necessários, ...

Deputado António Lima: Quando não é necessário, não se faz.

O Orador: ... muito bem, margens máximas de comercialização de bens alimentares de primeira necessidade. Muito bem. E, portanto, vi este cuidado. Vi este cuidado que aliás é consentâneo com o decreto legislativo regional aprovado nesta casa há muitos anos atrás, em 1991, que se referia ao regime jurídico de preços. E um dos seus artigos fala claramente no regime de preços vigiados. Aliás,

nós nos Açores temos regimes de preços máximos, por exemplo os combustíveis, temos regimes de preços contratados por exemplo, o cimento e há aqui uma razão que é não só sectorial, não só social, mas essencialmente uma racionalidade territorial, de coesão territorial...

Deputado Joaquim Machado: Muito bem!

O Orador: ... e isto é matriz ideológica dos governos que o PSD integra já desde a década de 80/90...

Deputado João Bruto da Costa: Bem lembrado!

O Orador: ... e continua a ser matriz ideológica do XIII governo e continuará certamente a ser até porque quer o PPM quer o PP também tem provas dadas das preocupações sociais que têm. Dito isto, dito isto naturalmente está o governo disponível para fazer o acompanhamento próximo da evolução dos preços, preparar para intervir, caso necessário, nalguma limitação no âmbito dos preços...

Deputado Carlos Silva: Já é necessário, Sr. Secretário!

O Orador: ... e também para responder positivamente relativamente àquilo que são as necessidades das populações mais fragilizadas. Faço lembrar que o aumento que fizemos do complemento regional de pensão é superior para já, repito é superior para já àquilo que é a taxa de inflação nos Açores. Para já. Por isso mesmo estou dizendo tudo, é superior para já. E também por isso estamos disponíveis e abertos em função desta boa proposta do Bloco de Esquerda para acompanhar o regime de preços, para analisar as alterações que vamos ter que fazer eventualmente no complemento regional de pensão e no complemento regional do abono de família e também do complemento do... peço desculpa da remuneração complementar estamos naturalmente disponíveis. É evidente que a proposta do Bloco de Esquerda tem aqui uma situação que não pode ser ultrapassada por esta via porque ao aumentarmos o valor do da remuneração complementar vai influenciar todos os escalões e aliás o Bloco de Esquerda muito corretamente aqui o referiu porque nós não podemos aumentar só para uns

escalões sem aumentar para os outros sem alterar aquilo que é a base da norma habilitante para a remuneração complementar, mas, dito isto nós estamos naturalmente preocupados, atentos e com aquilo que é a nossa sensibilidade natural, social para dar as respostas que as açorianas e os açorianos especialmente aqueles mais atingidos por este imposto extraordinariamente injusto são os mais fragilizados socialmente que vão precisar nos próximos tempos.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Obrigado, senhor secretário regional. Alerto como é do vosso conhecimento que o proponente deu a entrada de uma proposta substituição integral. E dou a palavra ao senhor Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata:** Senhor Presidente, Srs. Deputados, senhor Presidente, senhores membros de governo. Eu quando vi este projeto de resolução de Bloco de Esquerda e cheguei ao ponto resolutivo número 2, pensei comigo, o senhor Deputado António Lima não quer que eu vote favoravelmente um projeto de resolução absolutamente necessário para fazer face à escalada inflacionária que nós estamos a viver. Porque na verdade, o projeto de resolução e a substituição integral que apresentou estavam incólumes até a este ponto. Eu percebo, o segundo ponto resolutivo. O segundo ponto resolutivo, senhor Deputado António Lima, é como o senhor bem pode entender, algo que um liberal não pode concordar, como é óbvio.

Deputado António Lima: Como é óbvio!

O Orador: E, portanto, pensei cá comigo, o homem podia ter deixado isso no preâmbulo, não podia era ter posto num ponto resolutivo, que vai-me obrigar a votar contra. No entanto a iniciativa do Bloco tem outras bonomias e eu percebo,

eu percebo o senhor secretário regional das finanças e planeamento que se reveja nessa matriz ideológica dos anos 80/90. No fim de contas esqueceu-se o Partido Socialista, esqueceu-se o CDS, entre 96 e 2000 de quebrar com este comunismo católico que vinha de doutor Monte Amaral. Um regime de estabelecer preços na economia privada. E este é que é o perigo. Este é que é o perigo desta resolução. E por isso é também com agrado que vejo aqui o estritamente necessário do senhor Deputado António Lima e a Duralex Sadlex lá termos ver cumprir o regime jurídico de 1991, absolutamente desadequado diga-se mas que é muito importante perceber que pode aqui trazer enormes constrangimentos à economia e até mecanismos contrários àqueles que nós queremos conter porque um mecanismo de inflação é algo que na região autónoma dos Açores nós não conseguimos controlar, porque não temos mecanismos económicos, financeiros ao nosso alcance que possamos combater a escalada inflacionista. Ora e também temos um outro problema que é recebemos em onda de choque a inflação quer no continente português quer na Europa na medida em que somos uma região com um balanço de transações deficitária. Nesse sentido, eu diria que essa resolução que o Bloco de Esquerda aqui nos traz poderia perfeitamente passar, mas para isso era preciso ter a certeza que o estritamente necessário era o mínimo estritamente necessário. Teria que estar aqui... como eu percebe, como eu percebe, como eu percebe que o Bloco de Esquerda aqui quis passar um cheque em branco ao governo, eu diria talvez para assegurar o voto favorável da bancada do PSD, eu ver-me-ia tentado...

Deputado António Lima: O Governo é que governa!

O Orador: ... eu ver-me-ia tentado a votar favoravelmente esse projeto de resolução do Bloco de Esquerda. Porque na verdade se não pudermos mitigar por forma de medidas de combate diretas à inflação esse esse mecanismo obviamente que o temos que o fazer de outra forma. Mas também cuidadosamente para não correremos o risco de, com as nossas medidas acelerarmos o processo de crescimento da inflação. A inflação que nós vivemos num passado ainda recente

negativa também não foi boa para a nossa economia, também não a conseguimos controlar, mas o que é certo é que uma inflação demasiado alta também não é bom para a nossa economia, nem é bom para as nossas famílias. Nesse sentido a Iniciativa Liberal vai acompanhar a iniciativa do Bloco de Esquerda, mas não sem antes lembrar o senhor Deputado António Lima que esse ponto resolutivo número 2 antes que duma direita mais radical me venham a apelidar de enguia é bom ficar a esclarecer. Enguia, aliás é uma palavra que não é do léxico Açoreano. É uma coisa muito mais portuguesa. Nós por cá, chamamos irós.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, senhor Deputado. Tem a palavra para participar neste debate, o senhor Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado:** Muito obrigado, senhor Presidente. Senhor Presidente, senhoras e Srs. Deputados, senhor Presidente, senhor membros do governo regional. Na análise desta resolução proposta pelo Bloco de Esquerda, são devidas numa introdução duas notas. A primeira é de que em circunstância alguma pode sobrar dúvidas sobre a sensibilidade e o projeto social que a matriz da social-democracia sempre traz consigo. E nesta medida, naturalmente que não podemos ser insensíveis à situação que o país vive na decorrência de várias circunstâncias que se conjugaram atirando para cima a taxa da inflação, como aqui já foi dito é o imposto mais injusto que existe, ...

Deputado João Bruto da Costa: É verdade.

O Orador: ... porque atingindo a todos por igual, naturalmente que inflige sacrifícios muito maiores àqueles que socialmente estão mais vulneráveis nomeadamente por via de rendimentos mais baixos. Em segundo lugar, como também nota prévia, dizer ao grupo parlamentar do Bloco de Esquerda que porventura não desmerecendo as intenções sérias e sociais que estão subjacentes a esta resolução, se alguma vez pensou que ela poderia incomodar o grupo parlamentar do PSD naturalmente que se enganou redondamente porque a nossa prática política comprova exatamente o ponto prévio anterior, isto é, da nossa

sensibilidade social, que não é apenas ideológica, é da própria prática.

Deputado João Bruto da Costa: É verdade.

O Orador: E entrando propriamente dito no assunto que versa esta resolução nomeadamente daquilo que é a remuneração complementar, o governo regional da coligação do PSD, do CDS e do PPM em 2 anos consecutivos em que está a exercer funções e nos quais portanto teve a responsabilidade de apresentar ao nosso parlamento o orçamento da região, nesses dois momentos fez a atualização da remuneração complementar em 2,5%, dando boa nota daquilo que são as suas preocupações neste caso vertente para com os trabalhadores da administração pública regional e por arrastamento também os da administração pública local que auferem a salários mais baixos.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

O Orador: Coisa que os anteriores executivos nem sempre fizeram, ainda que também seja justo e factual repetir aqui que a remuneração complementar foi criada por um governo regional do Partido Socialista. Também sobre isso não há qualquer problema. Não nos incomoda nada pelo contrário tudo o que é feito em benefícios açorianos merece sempre o apoio e a satisfação deste grupo parlamentar.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem.

O Orador: Dito isto, também convém dizer que a sensibilidade social da coligação consubstanciada na governação deste XIII governo também já este ano no passado plenário ou se a memória não me trai, o de fazer mais uma atualização de 0,9% da remuneração complementar por forma a acomodar o acréscimo salarial da função pública que retirava aos dois primeiros escalões da remuneração complementar a possibilidade de serem usufruídos nos seus valores mais altos.

Deputado João Bruto da Costa: É bem verdade!

O Orador: Portanto quanto às virtudes da remuneração complementar e à tradução prática daquilo que é a nossa matriz de sensibilidade social e de

intervenção social nada mais haverá para dizer.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: Relativamente ao complemento regional de pensão, já lá vou, gostava de dizer, no entanto que quanto àquilo que é o complemento também ou abono de família para crianças e jovens, também na senda do que em 2020 o governo regional do Partido Socialista havia feito, o governo da coligação do PSD, do CDS e do PPM em 2021 e em 2022 também fez uma atualização de 5%, que é dos valores mais generosos que esta atualização ter em termos percentuais teve ao longo do tempo.

Deputado João Bruto da Costa: É verdade.

O Orador: E finalmente quanto ao complemento de pensão vai-me permitir o Bloco de Esquerda dizer que tratando-se de uma recomendação tem um valor jurídico que tem. Naturalmente que tem um significado político. E é esse, quanto a isso cada um atribui aquilo que quiser obviamente dentro daquilo que são as nossas diferenças de pluralmente, pluralmente entendermos as coisas. Mas permita-me senhor Deputado António de Lima dizer que, quanto ao complemento regional de pensão, o Bloco de Esquerda espantou-me pela negativa e digo-lhe porquê. O Bloco de Esquerda propõe que o governo regional, recomenda o governo regional que faça atualização do complemento regional de pensão, chamado cheque pequenino, pelo valor da inflação.

Deputado António Lima: Para cima!

O Orador: Parece-me uma intenção generosa. Todavia na prática eu direi que é exatamente o contrário. É pouco generosa. É aliás, eu acho que até tomando essa recomendação, tomando essa recomendação...

Deputado António Lima: É agora!

O Orador: ... ouça senhor Deputado, tomando essa recomendação como boa, o governo regional iria fazer menos do que aquilo que já se comprometeu fazer no orçamento da região. Sabe porquê? Porque... porque... porque o orçamento da

região...

Deputado António Lima: Leia lá! Mas leia tudo!

O Orador: ... o orçamento da região diz nomeadamente isto e vou tentar até citar, para não qualquer lapso o orçamento da região diz que o acréscimo ao complemento regional de pensão deve-se 5% real superior à inflação do valor conjunto das pensões auferidas, artigo 54 do orçamento do orçamento.

Deputado António Lima: Pois, do valor conjunto. E o aumento que há a nível nacional, também!

O Orador: Portanto nós em novembro quando a inflação não era o que é hoje nem nós antevíamos que ela pudesse chegar aqui e bem desejávamos que ela não tivesse sido atirada para estes números ou e mais ainda para números superiores que ainda nos podem cair em cima, mas já nessa altura nos comprometemos em apoiar ou melhor a fazer subir o valor do complemento regional de pensão em 5% real superior à inflação do valor conjunto das pensões.

Deputado António Lima: No conjunto das pensões, aí é que está o problema!

O Orador: Artigo, artigo como já disse 46 do orçamento da região deste ano. Portanto, senhor Deputado ainda que...

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem.

O Orador: ... fazendo este reparo, naturalmente que isto não desmerece a iniciativa do Bloco de Esquerda. Estamos aqui como sempre estivemos disponíveis para avaliar e apoiar aquilo que de uma forma ponderada, e responsável também no plano orçamental, é proposto tendo por fim último melhorar as condições de vida dos nossos concidadãos.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem.

O Orador: E nessa medida, desta vez tenho que reconhecer que vou apoiar uma medida do Bloco de Esquerda, sem qualquer reboço porque ela ainda que sendo uma recomendação, porque ainda que sendo uma recomendação naturalmente que naquilo que ainda não foi concretizado pelo Governo Regional, naturalmente que

será tida em boa consideração.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, senhor Deputado. Tem a palavra o senhor Deputado Paulo Estevão. Certo. Faz favor.

Deputada Andreia Cardoso: E agora?

(*) **Deputado Paulo Estevão:** E agora... senhor Presidente, Srs. Deputados, senhor Presidente e membros do governo. Estamos a viver circunstâncias muito especiais. Circunstâncias internacionais muito especiais. E estas circunstâncias são circunstâncias de guerra e as suas consequências. As consequências são militares, geopolíticas, mas as consequências da guerra são também económicas e sociais. Tem um forte impacto social e económico. A verdade é que este é o grande paradoxo destas questões, a verdade é que é nas guerras, nos conflitos militares que está historicamente provado, peço desculpa, está historicamente provado que sucederam alguns dos maiores avanços sociais exatamente porque os estados ao mobilizarem os recursos para a guerra, têm que, para manter as populações... para manter as populações a apoiar esforço de guerra, têm que dar como contrapartida apoios sociais e têm que proceder a fortes mudanças do ponto de vista, quer da estrutura económica, quer dos apoios sociais. E por isso este é o paradoxo destas questões. É por isso também nestas circunstâncias em que é possível que exista aproximações do ponto de vista partidário e ideológico. São as famosas uniões sagradas em que vários partidos, de vários setores ideológicos, convergem no sentido de encontrar soluções, ponto de vista social e económico. O Bloco de Esquerda apresenta-nos aqui três recomendações. A atualização do valor da remuneração complementar em percentagem que permita a compensação

total da perda do poder de compra decorrente de inflação prevista para o corrente ano, tendo em conta os mais recentes dados de inflação já conhecidos pelo menos aos trabalhadores beneficiários dos dois primeiros escalões. Está correto, o PPM concorda e por isso vai votar favoravelmente. Mas também concordo com o ponto número 2, a utilização do regime jurídico dos preços na região autónoma de modo que se definam, quando estritamente necessário, margens máximas de comercialização de bens alimentares, de primeira necessidade, e fatores de produção com vista a conter a escalada do aumento dos custos de vida. Todos os estados vão fazer isto, todas as entidades com autonomia política ou administrativa vão fazer isto, porque isto é necessário. Nós não sabemos em que escala é que isto será necessário fazer. Como não sabemos se o conflito e lá alargar o seu âmbito, se irá demorar mais tempo, que consequências é que terá de ponto de vista dos combustíveis, que consequência será do ponto de vista dos produtos alimentares e da sua distribuição, mas sabemos que os efeitos e algumas previsões e alguns cenários são verdadeiramente catastróficos. Portanto o que eu considero é que nestas circunstâncias quem defende a liberdade do funcionamento da economia capitalista não vive neste mundo. Em circunstâncias destas, em circunstâncias destas, nenhum estado o consegue fazer e seria, seria, absolutamente devastador para as franjas mais deficitárias da nossa população e mais desprotegidas. Por isso é que, sem compreendendo as circunstâncias, em circunstâncias especiais é necessário adotar medidas especiais.

Deputado Jaime Vieira: É verdade! Muito bem!

O Orador: O terceiro ponto, que é a atualização do complemento regional de pensão e do complemento açoriano ao abono de família em percentagem superior à da inflação prevista para o corrente ano que já estava prevista no âmbito do atual orçamento. Eu também considero que também aqui é inegável que estando prevista, as circunstâncias agora também são bastante diferentes. O esforço vai ser certamente muito superior ao que estava a ser projetado por parte do governo

regional. Nós não sabíamos que esta situação iria evoluir desta forma tão dramática. Por isso também aqui, também aqui nós acompanhamos esta medida. Por isso é, e termino, o senhor Deputado António Lima, sem dogmatismos, mas com uma grande dose de pragmatismo, mas também da utopia para quem acredita, para quem acredita também que devemos lutar sempre, sempre por uma sociedade mais justa, eu digo-lhe que neste caso, neste caso estas são as medidas necessárias e que neste caso vossa excelência pode contar com o apoio do grupo parlamentar do PPM.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, senhor Deputado. Tem agora a palavra o senhor Deputado Carlos Silva. Faça favor, senhor Deputado.

(*) Deputado Carlos Silva: Muito obrigado, senhor Presidente. Senhoras e Srs. Deputados, senhor Presidente, senhoras e senhores membros do governo. A iniciativa do Bloco de Esquerda tem a virtude de trazer este plenário a necessidade de se aplicar medidas urgentes para colmatar aquele que é um desafio extraordinário que enfrentam as famílias, que enfrentam as empresas e é esse respeito quer o Bloco, quer o Partido Socialista, quer o PAN também apresentam também neste plenário medidas muito concretas de auxílio às empresas e às famílias. A iniciativa do Bloco atua sobretudo no âmbito da ação dos trabalhadores através da remuneração complementar especificamente identificando aqueles que são, que estão em situações mais fragilizadas e que merecem, como é óbvio, uma atenção particular do governo e desta assembleia. A esse respeito e apesar do senhor secretário regional ter dito que o governo tem estado disponível, a verdade é que estamos em maio e ainda desconhecemos

medidas que o governo tenha aplicado especificamente para combater o problema de inflação, o problema do aumento generalizado dos preços das matérias-primas, dos fatores de produção, com as consequências que daí derivam para o dia a dia das famílias e das empresas. E essa inação do governo deve merecer o reparo desta assembleia, porque como conforme já foi realçado por todos os partidos neste plenário, situações extraordinárias exigem medidas extraordinárias. E é isso que estamos aqui a discutir hoje. Relativamente ao ponto 2 da resolução, à semelhança do que já foi aqui transmitido, nós temos algumas dúvidas sobre o alargamento generalizado do regime da fixação das margens. No entanto o facto de aqui estar claramente identificado que deve ser o estritamente necessário deixa-nos mais tranquilos em relação à resolução e, portanto, a esse respeito, sendo necessário atuar especificamente sobre alguns produtos e no caso em concreto dos produtos alimentares, entendemos que é uma medida relevante e que deve impulsionar o governo a tomar medidas concretas. Por último, o ponto três da resolução identifica mais uma vez um público vulnerável, os idosos, as famílias, as crianças que também estão a sofrer com os custos da inflação, com o aumento generalizado do custo de vida e a nós cabe adotar medidas urgentes que permitam mitigar esses efeitos. E é através dessa iniciativa como outra como iremos ter tempo para debater que o Partido Socialista apresenta aqui atuante também sobre as famílias e sobre as empresas que devemos dar uma palavra muito clara de que estamos ao lado das famílias, dos trabalhadores, das empresas para fazer face àqueles que são custos resultantes de inflação, de energia e que provocam dificuldades acrescidas no dia a dia. Portanto, concluo a minha intervenção manifestando o voto favorável do Partido Socialista a essa iniciativa, dando um sinal claro que é preciso atuar rapidamente em auxílio das famílias, é preciso fazer mais e mais rápido e, portanto, é esse também o sinal que queremos deixar e o alerta que queremos deixar o governo regional. Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, senhor Deputado. Tem agora a palavra senhor Deputado Carlos Furtado. Faça favor, senhor Deputado.

(*) Deputado Carlos Furtado: Obrigado, senhor Presidente. Senhor Presidente, senhoras e Srs. Deputados, senhor Presidente de governo, senhoras e senhores membros do governo. Senhor Deputado António Lima, afinal de todos somos sociais, neste parlamento.

Deputado António Lima: Uns mais do que os outros!

O Orador: Até eu, também, mas senhor Deputado, se eu não tenho dúvidas nenhuma quanto à aprovação do ponto 1 e do ponto 3, porque não tenho, porque de resto é uma é mesmo uma questão de justiça, é preciso compensar a perda do poder de compra que representa a inflação aos níveis que hoje acontecem. Se também não tenho dúvidas no ponto 3 porque de resto é preciso avivar a memória dos mais esquecidos que fui eu que apresentei aqui há mais de um ano, a iniciativa que apontava para um aumento substancial do dito de forma carinhosa, do cheque pequenino, que é o complemento regional de pensão, porque na altura entendi que era algo elementar para fazer justiça com os nossos idosos, se também e avivando a memória dos mais esquecidos em sede de aprovação do programa do governo alertei para a necessidade de criarmos um mecanismo que permita que todas as crianças dos Açores independentemente de ser filhos de pais mais abonados ou menos abonados, porque todas essas crianças são filhos de cidadãos desta região também têm, no meu entender, têm direito a um abono de família. O que é certo é que tenho alguma dificuldade em acompanhar o ponto resolutivo número dois. E tenho porque a minha atividade como trabalhador começou antes do dito 1991. Ainda sou do tempo, ainda sou do tempo que havia uma tabela nacional que permitia, que limitava margens de comercialização, não aos bens alimentares, mas

a todos os bens. Havia uma tabela nacional em que limitava as margens de comercialização. Felizmente com o tempo isso acabou. Veja lá que ainda sou de tempo do primeiro governo de Cavaco Silva é que até limitava o tipo de produtos que podiam ser vendidos a prestações. Mas isso era assim, era. Lembro-vos por exemplo, um televisor podia ser vendido a prestações, mas tinha que ter uma entrega inicial do valor X. Mas se fosse um televisor com equipamento de vídeo acoplado não podia ser vendida por estações. Quer dizer, já tivemos regulamentação dessa natureza. O que é certo é que as poucas saudades que tenho deste tempo levam-me a querer que mesmo com a devida ressalva do estreitamente necessário eu não consigo ficar ao lado desse ponto resolutivo número 2. E não consigo porque a partir do momento que deixou de ser obrigatória o cumprimento das ditas margens de comercialização máximas, eu não vi nem na empresa onde trabalhava nem nas outras empresas que nos forneciam bem nem nos nossos concorrentes não vi aumentos de preço e não vi porque, e perdoem-me e defendem o setor, mas ele é muito caro porque faz parte do meu percurso de vida, os empresários também são sensíveis. Não são os seus parlamentares. E os empresários sensíveis não aumentaram os preços, não aumentaram preços. Senhor Deputado o senhor fala da sua realidade eu falo da minha. Senhor Deputado os empresários da altura não aumentaram margens de comercialização a partir do momento que elas se tornaram livres. Não, não aumentaram, não senhor. Se há aqui ou ali focos de exploração, eu acredito que existe senhor Deputado. Mas também eu acredito e sei que existe senhor Deputado outra realidade que é a partir do momento que se criar uma rigidez que se prende com as margens de comercialização vamos estar a entrar aqui num outro caminho, que é o caminho do, já não é mais caro, é não há. Já não... não há porque os fornecedores de bens, os distribuidores que tem mais dificuldades financeiras em comprar muitas vezes tem que aplicar margens de comercialização mais elevadas porque também leve algum tempo a receber dinheiro. E na altura que isso

acontecer senhor Deputado esses distribuidores vão deixar de ter perdido para vender. Já não é ter o preço. É não ter produto. Vamos estar aqui a canalizar o mercado para as empresas de maior dimensão que lidam com os seus clientes de forma mais insensível onde apenas conta o lucro ao dia, ao mês e à hora. E este tipo de empresários obviamente que fazem falta ao nosso tecido empresarial, mas também fazem falta aqueles outros que durante muitos anos e ainda hoje prestam um serviço que é, mais do que apenas e um serviço comercial. É um serviço comercial, mas é também um serviço social. E até que eu perceba que esses empresários...

Presidente da Assembleia: Senhor Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Já terminarei, senhor Presidente... deixaram de ser sensíveis aos problemas sociais, eu não estarei disponível para votar favoravelmente a sua iniciativa. Vou-me abster. Vou-me abster porque eu acho que é o mau princípio julgar antecipadamente os nossos empresários porque as ditas tabelas que o seu projeto de resolução indica já asseguram margens de comercialização máximas para determinados produtos. E ao que sabemos senhor Deputado não sabemos, o problema não está nas o problema dos combustíveis em que muitas vezes vemos entidade reguladora dizer que afinal não há cartelização, esse problema temos todos nos nossos bolsos todos os dias. Agora vamos falar de açúcar, de farinha, de arroz, de outras coisas que as pessoas gastem no dia-a-dia e que efetivamente têm receio de que empurre regras de margens máximas...

Presidente da Assembleia: Tem que terminar, senhor Deputado.

O Orador: ... vai trazer escassez de disponibilidade de produto às famílias. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, senhor Deputado. Esgotou o seu tempo para o debate deste diploma. Tem a palavra o senhor Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco:** Obrigado, senhor Presidente. Senhoras e Srs.

Deputados, senhor Presidente de governo, senhoras e senhores membros do governo, eu sou daquelas pessoas, muita gente gosta dos ditados populares, ensina-nos alguma coisa. E alguém que é mais ou menos assim que é na hora do aperto que se vê os amigos e também há aquele outro... é na hora do aperto que se vê os amigos.

Deputado Carlos Furtado: Dos outros!

Deputado Paulo Estêvão: Isso não é muito popular, por causa do COVID!

O Orador: Não é popular, pronto conheço eu... o melhor é não contrariar o senhor Deputado Paulo Estêvão que ele, pronto nessas coisas eu não discuto com ele, mas conhece aquele que mais depressa se apanha um mentiroso que apanha o coxo, não é. Ah muito bem, muito bem, este também se aplica. Pronto, mas é no sentido de dizer que na hora dos apertos é que se conhece os amigos no sentido não que vamos ser amigos do Bloco de Esquerda que isso é bastante difícil, mas no sentido que o Estado numa hora de aperto tem que ser amigo das populações, dos açorianos neste caso e obviamente aqui, com toda a lealdade também dizer que é, uma tinha dúvidas Srs. Deputados. Tinha dúvidas. Mas pronto as coisas têm que se refletir e têm que se ver com lealdade. E quando eu digo primeiro estão os açorianos. O senhor não se ria muito, que isso pode-lhe correr mal. Estou a brincar consigo. Quando se diz que quando se diz que primeiro os açorianos é isso que muitas vezes até digo aos meus colegas do continente. Nos Açores ainda conseguimos ter esta coisa. Unimos todos quando se está em causa os Açores. E aqui está em causa o momento de aperto. Está em causa qualquer dona de casa que vá ao supermercado, que viu o alho passado quatro para oito euros...

Deputada Alexandra Manes: Tem que ser sempre uma mulher que vai às compras? Não pode ser um homem? Os homens não vão ao supermercado?

O Orador: Eu falei da dona de casa, mas sou que compro o óleo. E vemos o disparar dos preços, não é, disparar dos preços, disparar... ó senhora não se ofenda com isso, quem faz as compras sou eu, senhora. Esses radicalismos feministas é

que não lhe ficam nada bem. Mas para explicar muita coisa, senhora Deputada, que a senhora gosta muito de ter assim umas conversas, para explicar que senhor Deputado António Lima e com toda lealdade, revejo-me aqui até curiosamente aqui neste ponto número 2 das margens eu tenho um colega dentro do meu partido que várias vezes já me alertou para isso, várias vezes já me disse, José, nós devíamos propor qualquer coisa neste sentido, que é o Francisco Lima pronto, tem-me dito isso repetidas vezes, não é propriamente comunismo quando nós estamos num momento de aperto e dizia o Paulo Estevão, a história já aconteceu, incomoda-nos, incomoda-nos, não devemos ter essa intervenção mas para momentos excecionais, medidas excecionais. Quanto aos nossos fins de citação... quantos aos nossos idosos e às nossas crianças meus amigos muito mais o que nos une, daquilo que nos separa. E os nossos idosos tudo o que seja para majorar o pelo que já recebem contem sempre que chega. E assim iremos aprovar também esta proposta. Muito obrigado.

(Neste momento, o Deputado Tiago Branco foi substituído, na Mesa, pela Deputada Maria Isabel Teixeira)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, senhor Deputado. Tem a palavra o senhor Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima:** Muito obrigado, senhor Presidente. Senhor Presidente, senhoras e Srs. Deputados, senhor Presidente do governo, senhoras e senhores membros do governo. Eu começo por referir que de facto, como fiz na minha apresentação, na apresentação deste diploma, o Bloco de Esquerda considera que o momento atual é um momento que exige medidas rápidas, consequentes, eventualmente até medidas novas, que muitas delas até por via da norma travão, que impede o parlamento de aumentar a despesa, não podem ser criadas pelo parlamento, mas unicamente pelo governo, podemos recomendar,

como é óbvio, mas é ao governo que cabe, no momento em que a situação económica altera muito rapidamente é o governo que tem os instrumentos para também rapidamente atuar. E nós aquilo que fazemos com esta proposta é não só recomendar ao governo para atuar, mas também dar um sinal, como dissemos aliás durante a apresentação pública desta iniciativa, que consideramos que o governo estava a ser lento a atuar ou aliás em muitas matérias para além dos combustíveis, não estava a atuar. E aquilo que consideramos é que era de facto necessário apresentar medidas imediatas, mas também fazer um alerta sério de que a situação atual exige de facto não só atenção, mas ação e essa ação estava e está a faltar. As propostas que apresentamos e que fizemos uma proposta de substituição para até para abranger outras pessoas e famílias nomeadamente beneficiários do complemento regional ao abono de família, idosos, pensionistas, beneficiados do complemento regional de pensão, consideramos que aquilo que já se percebe é que os aumentos que existiram por via do orçamento da região foram ou serão altamente insuficientes perante o cenário que nós estamos a enfrentar de aumento da inflação. Aliás como referi na intervenção inicial a inflação nos Açores nos últimos dez anos, se não me falha a memória, não tenho aqui os dados, mas consultei nos últimos dez anos apenas em dois anos não foi superior à inflação nacional anual. Ora isto pode claramente significar que nós estamos perante um risco sério de ter uma inflação superior na região aos 4% que já é uma previsão que muitos economistas consideram que é excessivamente otimista por parte do governo da república, nós podemos estar perante uma inflação anual superior a 4% na região. Esperemos que não aconteça como é óbvio, mas pode acontecer.

Deputado Paulo Estêvão: Quanto?

O Orador: E aquilo que nós também... 4% é a previsão que está no orçamento de estado e que há muitos economistas que referem há um debate público sobre esta matéria que esta poderá ser uma previsão otimista. Oxalá seja, essa a previsão

não seja uma prisão otimista ou se chamar o Governo da República tenha razão sobre isto, mas há quem há quem diga que é otimista. Nós temos que nos precaver. E aquilo que nós também apelamos ao governo é que faça estimativas sobre qual é a inflação para este ano.

Deputado Paulo Estêvão: Mas isso é difícil!

O Orador: Não sei se elas existem, não sei se o Serviço Regional de Estatística...

Deputado Paulo Estêvão: Depende da inflação do continente!

O Orador: O governo tem que fazer previsões para a inflação para o ano seguinte. O orçamento da região, quando é aprovado, e no plano tem um enquadramento macroeconómico que faz uma previsão da inflação do ano seguinte. E o governo se faz para o ano seguinte, pode fazer para o ano atual. Será sempre uma previsão, é falível, tudo bem, isso é perfeitamente normal e todos sabemos que pode... as circunstâncias podem se alterar. Agora de facto a situação na Ucrânia nada parece indicar que se vai resolver nos próximos meses...

Deputado Paulo Estêvão: Muito pelo contrário!

O Orador: ... e nada parece indicar que a situação ao nível dos cereais, das próprias cadeias de distribuição, nada parece indicar que se vai resolver nos próximos meses e nós, a região e o governo têm que atuar nesse sentido. E a previsão que o governo fez para a inflação deste ano foi de 1%. Nós estaremos certamente muitíssimo acima disso. Isso é, ou seja, a atualização que tem que existir, que nós consideramos que tem que existir, tem que compensar efetivamente o aumento de inflação, seja na remuneração complementar seja nos restantes apoios sociais que há pouco referi. E de facto, senhor Deputado Joaquim Machado, aquilo que diz o orçamento da região, relativamente ao complemento regional de pensão, é preciso ser lido com muito cuidado. Aliás, nunca gostei dessa redação. Já vem de trás e é uma redação muito dúbia que não se percebe bem o que é que quer dizer e não se percebe bem como é que era como é que é aplicável. Nunca percebi, talvez alguém me possa explicar um dia. O que

diz o orçamento da região o artigo relativamente ao complemento regional de pensão, é que no ano de 2022, o governo regional garante, não aumenta, garante aos beneficiários do Complemento Regional de Pensão, na sua redação atual o DLR na sua redação atual num aumento de 5% real superior à inflação do conjunto das suas pensões. Ora, se um pensionista, a interpretação que eu faço, se um pensionista tem um aumento por via do aumento normal que há das pensões anual que este ano é de 1%. Para além disso há um aumento previsto para o ano de 2022, extraordinário de dez euros para os pensionistas com pensões até mil cento e oito euros. Ora isto é claramente um aumento superior a 5% do conjunto real das suas pensões, pode ser em muitas pensões. E isto gera aqui uma interpretação que é no mínimo complicada e que suscita-nos muitas dúvidas. Não sei como é que o governo a interpreta, não sei como é que tem interpretado, mas a nós suscita-nos muitas dúvidas do que isto quer dizer. Mas nós não podemos alterar o orçamento. Nós podemos recomendar exatamente aquilo que fazemos que é que haja um aumento superior à inflação do complemento regional de pensão e do abono de família. Ora para esse aumento ser se concretizar é preciso que o governo efetivamente faça uma previsão do que é que será a inflação para este ano e isso para parece-nos fundamental. Não podemos esperar para o fim do ano para depois saber qual foi a inflação e então fazer o aumento, não é. Isto não fará como é óbvio qualquer sentido na minha humilde opinião. Relativamente à questão... ah, senhor Deputado Joaquim Machado, eu não resisto. Temos usado essa expressão algumas vezes, mas o senhor Deputado referiu que podia haver alguma esperança da nossa parte que o PSD votasse contra, não sei se foi isso que disse, mas foi mais ou menos.

Deputado João Bruto da Costa: O pensamento está lá!

O Orador: Foi isso a intenção. Mas eu não assumi que o PSD iria votar contra por ter tentado adivinhar. Eu baseei-me nas suas palavras senhor Deputado Joaquim Machado, aliás o senhor Deputado escreveu a 9 de maio, a alguns dias

no artigo de opinião que diz o seguinte: socialistas e bloquistas estão tomados por um verdadeiro estado superior. A ver quem apresenta mais medidas e ganha o concurso da demagogia.

Deputado Joaquim Machado: A agenda comprova isso!

O Orador: Ninguém discute a necessidade de medidas para fazer face a esta carestia. Mas receitas avulsas e sobretudo dinheiro atirado para cima dos problemas, nunca resolveram coisa nenhuma. Senhor Deputado quem disse que isto era demagogia, porque esta proposta já foi apresentada há algum tempo, foi o senhor.

Deputado Joaquim Machado: Não tem nada a ver!

O Orador: Por isso eu assumi perante as suas palavras e sendo o senhor Deputado dessa bancada que a posição do PSD era votar contra. Bem, mudou de opinião e ainda bem que mudou de opinião, mas não posso deixar de assinalar de onde é que veio a minha perceção daquela que era a posição do PSD. Relativamente aos preços, e às reservas que existem relativamente ao aumento à questão da limitação de margens máximas de comercialização. Eu percebo que os defensores do mercado livre, totalmente livre e diria eu do capitalismo selvagem fiquem incomodados com uma proposta desse tipo. Mas para além de o senhor secretário das finanças ter recordado que esta é uma legislação que vem de governos do PSD, o que também é não deixa de ser curioso, esta legislação é amplamente utilizada na região, a começar pelos combustíveis que, como sabem, têm o regime de preços, não é de margens máximas de comercialização, de preços máximos. Preços máximos que é algo ainda que aos liberais, não está aqui o senhor Deputado Nuno Barata, mas está ali atrás, aos liberais ainda deveria fazer mais impressão, mas é curioso. O que nós estamos a propor é perante uma situação excecional como é esta que vivemos que perante situações concretas em produtos concretos que são aqueles que são necessários à vida das pessoas a cada momento e que impor uma margem máxima num determinado produto que tenha uma

margem de comercialização muito elevada, e que o preço esteja a aumentar muitíssimo, não vai levar ninguém à falência, mas permite que alguém ponha comida na mesa, e isso é fundamental. Não é nenhum dogma mexer nos preços. Não deveria ser, mas parece que é os dogmáticos, não há só no Bloco de Esquerda. Aliás encontro muito mais dogmas nos defensores do mercado livre do que na esquerda neste país. Ainda são alguns exemplos de produtos que já têm margens máximas de comercialização na região. O arroz, 10%, nos grossistas, 15% nos retalhistas. Alimentos compostos para animais de 6% nos grossistas, 9% nos retalhistas. E por aí a fora e são bem mais de uma dezena de produtos que têm margens máximas de comercialização. Nunca vi ninguém se insurgir contra elas. Aliás, são utilizadas por governos. Foram utilizadas por governos do PSD, do Partido socialista e julgo eu, que continuarão a ser utilizadas quando for necessário e este é um caso que é necessário e não vejo nenhum, absolutamente nenhum problema. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, senhor Deputado. Tem a palavra o senhor Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins:** Muito obrigado, senhor Presidente. Senhor Presidente, Srs. Deputados, senhor Presidente e membros do governo. Admito que quando vi entrar esta proposta do Bloco de Esquerda achei que era fácil chumbar, dado o normalmente não... não é do Bloco é para chumbar, mas dado o cariz marcadamente dogmático que normalmente preenche estas propostas do Bloco de Esquerda. É tão é tão simplesmente isso ou seja basta começar a ler os primeiros considerandos e já temos e já temos o ataque desmesurado a tudo o que é o liberalismo selvagem...

Deputado António Lima: Mas qual ataque?

O Orador: ... e o capitalismo selvagem como ainda agora disse o senhor Deputado António Lima. E o senhor Deputado António Lima, mas depois fui lendo o documento e fomos lendo e apreciando o documento efetivamente não.

Não tinha as farpas do costume e não tinha os dogmas, pelo menos não, não tão marcados. Mas o senhor Deputado António Lima nas intervenções que vai fazendo está sempre a tentar desmoralizar quem o quer acompanhar.

Deputado António Lima: Não! Eu só respondi ao Sr. Deputado Carlos Furtado!

O Orador: E sim, sim. Mas pronto, mas olhando para o projeto de resolução que nos trouxeram e olhando para os pontos resolutivos efetivamente aqui no ponto no primeiro ponto e já há pouco o Deputado Joaquim Machado tinha abordado o assunto, relativamente aos aumentos que existiram tanto em 2021 como em 2022 que são cerca de 5% e que atendendo à taxa de inflação do próprio Bloco de Esquerda refere no preâmbulo, 2,38, fica neste momento encontra-se coberto pelo aumento que aconteceu. Mas obviamente também o aumento que o governo que foi proposto e que nós aprovámos aqui em sede de orçamento, o aumento pretendia que fosse um aumento efetivo e por isso também não, o facto de neste momento a inflação ainda não superar o aumento que foi feito, não quer dizer que então estava tudo bem e por isso compreendemos e consideramos que é pertinente que se possa então visitar e reavaliar, tendo em conta a inflação, e que se possa fazer esse ajuste. Sendo que, obviamente não é muito fácil, mas também na redação do Bloco de Esquerda e atento aqui ao preciosismo diz que pelo menos aos trabalhadores beneficiários dos dois primeiros escalões porque... Sim, mas não... aqui a questão é que eventualmente será um bocadinho difícil dado o enquadramento da própria remuneração complementar ir apenas a um encontro destes dois escalões, mas de qualquer das formas como diz que é pelo menos a este e salvaguarda e salvaguarda que o governo possa encontrar os instrumentos que possam ir ao encontro desta proposta de resolução. Ou seja, não há aqui propriamente nada que diga não isto não pode ser porque é ilegal. Não, não, não é por aí. Depois quanto ao segundo ponto resolutivo também e à expressão que já foi aqui mencionada e que é mexer ou seja poder atuar no regime jurídico das margens máximas quando estritamente necessário. Ora eu acho que é uma é uma

frase importante, obviamente se fosse um governo do Bloco de Esquerda, eu nunca poderia aprovar isto, não é, porque o estritamente necessário à luz daquilo que é normalmente a filosofia bloquista seria demasiado... demasiado abrangente, mas tendo em conta que o governo que temos é um governo de coligação que obviamente sei que não vai desvirtuar aquilo que é estritamente necessário julgo que é um sentimento mais...

Deputado António Lima: Olhe, o espírito do legislador!

O Orador: O espírito do legislador, exato, é o espírito legislador, exatamente. É pertinente, é pertinente essa observação, mas quem vai aplicar a este governo e eu sei que o estritamente necessário será o estritamente necessário daquilo que é o ponto de vista que não seja uma intromissão... uma intromissão naquilo que é o mercado e obviamente a comercialização de produtos e aquilo que são as margens e que são normais ou seja não haver aqui uma ingerência naquilo que é o normal funcionamento do mercado. E por isso também acompanhamos esta proposta. E depois relativamente aqui à atualização do complemento regional de pensão, o que nós consideramos é, eu e também acompanho a que é feita pelo Deputado Joaquim Machado e pelo PSD que efetivamente está a salvaguardado e já vem de trás não o Partido Socialista já tinha isso no orçamento que era passava guardar à semelhança daquilo que eu referi relativamente ao ponto um, é salvaguardar que o aumento e que o benefício seja efetivo, ou seja que seja real e da mesma maneira que a inflação subiu 2,38% e o aumento foi 2,5 ainda não está superado, mas quando se propôs o aumento era que ele, que ele fosse efetivo não era para dizer que agora assim como assim não há problema nenhum porque ainda não ultrapassou a margem. E por isso obviamente também consideramos que é pertinente, apesar de, apesar de aqui há um reforço ao reforço e para garantir e é uma garantia de que isso será efetivo, mas nós consideramos que do ponto de vista da lei orçamental já estava salvaguardado. Qualquer das formas e de maneira precaucionária estando aqui garantimos que isso está e que isso será efetivamente

aplicado e por isso para concluir que... mas também não posso resistir dizer ao Deputado e relativamente a este... não, é porque é relativamente a este ponto que o Deputado António Lima acaba por fazer a leitura da lei orçamental e diz assim e vou citar o que disse o Deputado António Lima citando a lei orçamental. Ora o diploma garante, garante, veja-se não aumenta, garante, não aumenta e depois continua. Garante um aumento. Não, mas é garante, não aumenta e depois continua a ler, retoma a leitura e então, é garante um aumento. Então, se garante um aumento, não aumenta, garante o aumento... garantir um aumento ou aumentar não é a mesma coisa. Pronto. Qualquer das formas consideramos que esta proposta do Bloco de Esquerda é pertinente e nesse sentido vamos... é pertinente, é oportuna e por isso nesse sentido vamos acompanhá-la. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Obrigado, senhor Deputado. Dou agora a palavra ao senhor Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado:** Muito obrigado, senhor Presidente. Senhoras e Srs. Deputados, senhor Presidente e membros do governo regional. No decurso desta legislatura, por regra os diplomas que merecem consenso, naturalmente quase sempre são mais demorados na sua apreciação. Eu creio que em parte também porque nos dá uma outra distensão este consenso que permite dizermos algumas coisas que noutros momentos não são possíveis ou não ocorrem. E tomo a palavra para agradecer a intervenção do senhor Deputado António Lima, em jeito de réplica à intervenção que havia proferido. E desde logo para dizer que

fiquei um bocadinho na dúvida quando fez uma revelação. Aliás não é a primeira vez e, portanto, acho que isso corresponde a algo que tem uma certa regularidade que é de ler os meus artigos. Fiquei na dúvida se devia sentir ofendido... ofendido ou lisonjeado. Optei pela segunda hipótese, portanto eu acho que da sua parte até é sensato ler algumas coisas que os outros partidos vão dizendo, também sobre o Bloco de Esquerda, e, portanto, nessa medida tenho a agradecer-lhe o facto de terem sido também um dos meus leitores. Modestamente fico-lhe agradecido. O outro ponto que decorre exatamente dessa leitura é de eu há alguns dias atrás ter dito que o PS e o Bloco de Esquerda com sofreguidão correm e concorrem entre si para ver quem apresenta mais propostas. Pois a agenda do nosso plenário do mês de maio comprova exatamente isso. Os senhores apresentaram uma iniciativa o PS correu imediatamente atrás do prejuízo ou melhor do Bloco de Esquerda... do Bloco de Esquerda para também apresentar uma iniciativa versão de mais ou menos as mesmas matérias. Em terceiro lugar o que gostava de dizer senhor Deputado António Lima que eu desconfiei e bem, que o senhor lá, o senhor digo o Bloco de Esquerda para ser mais justo, lá no fundo tivesse um bocadinho a expectativa de que o PSD se sentisse incomodado esta matéria.

Deputado António Lima: O senhor é que disse e escreveu!

O Orador: E o senhor acabou por dizê-lo exatamente na intervenção que seguiu à minha. E sobre isso convém sublinhar que o ponto 2 da sua proposta de resolução, do seu projeto de resolução implicitamente já lhe dava a resposta há muito tempo, desde 1991, que o que permite exatamente o senhor fazer a proposta do número 2 da resolução é exatamente uma legislação que vem desde 1991 e ela é da autoria do PSD. E não é por na altura haver um comunismo católico como aqui foi indevidamente dito. Quando muito uma doutrina social da igreja que podia estar envolvida naquilo que eram medidas. E, portanto, eu acho que também que nestas coisas da história muita gente opina, às vezes convém ter algum cuidado para sermos mais rigorosos. Porque no caso concreto deste diploma de

1991 que versa sobre a fixação e a gestão de preços, é preciso ver o contexto. É preciso ver o contexto. E apesar do contexto e das circunstâncias daquele tempo, a sua validade manteve-se porque muita gente, conheço o Deputado Nuno Barata que creio que é em 1996 era uma espécie de fiel da balança para onde é que pendiam as decisões deste parlamento, manteve, manteve o diploma até agora, naturalmente para ser utilizado quando as circunstâncias assim o exigirem, como é agora o caso.

Deputado Paulo Estêvão: Ainda não era liberal nessa altura.

O Orador: Por último dizer, senhor Deputado, gostava de dizer senhor Deputado António de Lima, que o senhor também confirmou a sensibilidade social do governo da coligação do PSD, do CDS e do PPM porque de facto aquilo que está no orçamento de 2021 e de 2022 não só relativamente à remuneração complementar, não só relativamente ao complemento do abono de família para crianças e jovens mas também no que diz respeito ao cheque pequenino, ao complemento regional de pensão é de que o governo garante, portanto aumenta, aumenta 5% real superior à inflação do valor conjunto das suas pensões, é o artigo 54 do nosso orçamento.

Deputado António Lima: Leia o resto!

O Orador: E, portanto, para todos os efeitos ainda que tenha muita dificuldade em reconhecer que este governo tem uma sensibilidade social e que tomou, toma e tomará medidas que vão ao encontro das reais necessidades dos nossos concidadãos mais desfavorecidos, isto já estava garantido no orçamento deste ano. Muito obrigado.

Deputado Gustavo Alves: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, senhor Deputado. Pergunto se há mais inscrições. Não havendo vamos passar à votação deste...

Presidente da Assembleia: Senhor Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima:** Senhor Presidente, senhoras e Srs. Deputados, senhor Presidente do governo, senhoras e senhores membros do governo. Faço uma última intervenção em primeiro lugar só dizendo, senhor Deputado Joaquim Machado, que eu valorizo o esforço que fez para tentar reescrever o seu artigo, ...

Deputado Joaquim Machado: Não fiz esforço nenhum!

O Orador: ... mas de facto pode dizer o que disser, mas escreveu que considerava as propostas do Bloco de Esquerda e do Partido Socialista demagógicas e isso está obviamente registado. Ainda bem que mudou de posição. Isso valorizo, como é óbvio, a sua alteração de posicionamento sobre essa matéria. Mas também digo que relativamente à redação do orçamento da região outra vez esqueceu-se de referir que o aumento é no cômputo das duas pensões, complemento e pensão. Ora essa minha interpretação e a interpretação do Bloco de Esquerda é que essa redação é dúbia e pode levar a uma interpretação de que no fim de contas pode não existir ao momento. E deixo essa dúvida no ar porque também não tenho certezas sobre ela absolutas. Mas não deixo de deixar um alerta no fim deste debate. Sei que vai se inscrever, mas não é para si. É para o governo. É que esta proposta não pretende deixar tudo como está. Aliás, é para ser consequente, cabe ao governo cumprir. O parlamento não tem poder executivo, não pode executá-la, não pode calcular a taxa de inflação, não pode atualizar neste momento nenhum dos complementos que estão ali em que estão.

Deputado João Bruto da Costa: Por isso é que é uma recomendação!

O Orador: O parlamento não pode impor margens máximas de comercialização, não pode aplicar a lei que está prevista, cabe ao governo ou seja cá estaremos para depois também verificar e avaliar qual é a implementação que será feita desta resolução. Não deixa de obviamente de congratularmos com a sua aprovação e

com a alteração de posição do PSD.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, senhor Deputado. Tem a palavra senhor Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado:** Senhor Presidente, senhoras e Srs. Deputados, senhor Presidente, senhores membros do governo regional. Estamos mesmo já, parece-me, a concluir a apreciação desta iniciativa do Bloco de Esquerda, mas esta última intervenção senhor Deputado António Lima naturalmente que não podia ficar sem uma resposta. E a resposta tem a ver com aquilo que alegadamente o senhor invoca, que o PSD mudou de posição, o que eu terei mudado de posição. Devo dizer senhor Deputado que o tempo que levo de vida graças a Deus permitiu-me aprender com todas as circunstâncias e mudar de opinião quando isso é necessário e desejável para melhor. E faço sem qualquer dificuldade. Acredito mesmo que faço sem qualquer dificuldade. Não foi, todavia, o caso. Não foi, todavia, o caso. Mas mesmo que tivesse sido, havia de concordar comigo que era por uma boa razão. Mas se porventura eu e o PSD que nunca nos manifestamos contra isto e contra esta resolução, uma coisa diferente são outras propostas do Bloco. Tomou-as a esmo, tomou-as a esmo a interpretação daquilo que escrevi. É sua naturalmente. Mas mesmo que tivéssemos mudado de opinião, pois eu também tenho de dizer ao senhor Deputado António Lima que o senhor também mudou de opinião sobre esta matéria, desde o dia 18 de abril em que apresentou a primeira versão da resolução, que não integrava nem os pensionistas, nem as crianças e jovens que beneficiam do complemento de abono de família.

Deputado António Lima: Não vá por aí!

O Orador: E portanto só esta semana é que o senhor considerou que esses também, pelas circunstâncias que sabemos que tem a ver com os fatores que levam a inflação, dou-lhe isso já de barato, mas só esta semana é que o senhor passou a integrá-los também nos beneficiários da recomendação que fazemos e repare só...

Deputado Carlos Freitas: Muito bem!

O Orador: ... repare só na forma verbal que eu estou a utilizar, que fazemos porque ela deixará de ser sua e passará a ser deste parlamento, que fazemos ao governo regional.

Deputado Carlos Freitas: Muito bem!

O Orador: Portanto, senhor Deputado, mudar de opinião, graças a Deus tenho mudado e tenho mudado para melhor. Não foi esta a circunstância, mas não teria problema nenhum em fazê-lo, exatamente porque estes são objetivos, eu diria até com nobreza ainda que o Bloco seja por ideologicamente de matriz republicana por nobreza, são objetivos por nobreza.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

O Orador: E, portanto, não teria problema nenhum em mudar de opinião. Não foi o caso, mas sobre mudança de opinião, eu creio que os factos comprovam que mesmo nessa circunstância não estaríamos sós.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, senhor Deputado. Pergunto se há más inscrições. Senhor Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima:** Senhor Presidente, senhoras e Srs. Deputados, senhor Presidente do governo, senhoras e senhores membros do governo, prometa à câmara que é a minha última intervenção sobre esta proposta. Mas senhor Deputado Joaquim Machado, mudar de posição é muitas vezes... não é um defeito, é uma virtude.

Deputado Joaquim Machado: Para melhor!

Deputado Paulo Estêvão: No seu caso será um defeito!

O Orador: E não posso deixar de reconhecer essa virtude em quem muda de

posição, quando reconhece que há argumentos válidos nas posições de cada um e isso é suficiente para mudar de posição. Agora o Bloco de Esquerda não mudou de posição sobre a sua proposta. O Bloco de Esquerda acrescentou, nesse caso pessoas que não estavam abrangidas pela proposta inicial. O mesmo não é dizer do PSD, que não tenha proposta ou seja que não se lembrou de ninguém. Não tem que se lembrar toda a gente ao mesmo tempo. Não é possível apresentar propostas para toda a gente ao mesmo tempo. Mas dizer que o Bloco de Esquerda mudou de posição, neste caso não é não é certo. Acrescentamos e não nos esquecemos de ninguém, acrescentamos, neste caso com uma proposta que, julgo eu, que será mais abrangente. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Obrigado, senhor Deputado. Senhor Deputado Joaquim Machado.

(*) Deputado Joaquim Machado: Senhor Presidente, senhoras e Srs. Deputados. Senhor Presidente, senhores membros do governo regional. Senhor Deputado António Lima, há de convir que não foi nem verdadeiro, nem justo nesta sua última intervenção. Porque o governo regional da coligação ainda com o voto contra do senhor e do Partido Socialista... e do Partido Socialista fez aprovar em novembro um orçamento que incluiu o aumento da remuneração complementar em 2.5%.

Deputado Paulo Estêvão: Muito bem.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Incluiu o aumento do complemento do abono de família para crianças e jovens em 5%. Que incluiu o aumento do complemento de pensão...

Deputado João Bruto da Costa: O maior de sempre.

O Orador: ... em 5% acima do valor real do conjunto das pensões auferidas. E

que já este ano de 2022 voltou a aumentar em 0,9% o complemento regional de pensão, repito, para acomodar o aumento da função pública. Portanto, senhor Deputado, não lhe ficou bem esta sua afirmação do que o PSD não teve proposta nenhuma para com estes destinatários destas medidas porque efetivamente não só teve atenção e já o fez a começar em novembro do passado.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem.

Deputado Paulo Estêvão: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado. Pergunto se há mais inscrições. Vamos então passar à votação deste projeto de resolução. Projeto de resolução 110/12 atualização do valor da remuneração complementar e utilização do regime jurídico de preços como forma de mitigar os efeitos da inflação na oficina autónoma dos Açores. As senhoras e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. O senhor Deputado que vota contra, faça a favor de se sentar. Senhor Deputado que se abstém, faça favor de se sentar. Faça favor, senhor secretário.

Secretário da Assembleia: Projeto de resolução número 110/12 foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 1 voto de abstenção do Deputado independente.

Presidente da Assembleia: Damos assim para encerrado deste ponto da nossa agenda e vamos fazer um intervalo. Regressamos a dez para as seis.

Eram 17 horas e 30 minutos.

Presidente da Assembleia: Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 56 minutos.

Vamos entrar no ponto 11 da nossa agenda, “Projeto de resolução n.º 105/XII, estratégia agrícola regional de Emergência para a produção e armazenamento de cereais”, é uma iniciativa apresentada pela representação parlamentar do PAN. Para a sua apresentação, dou a palavra ao Sr. Deputado Pedro Neves. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves:** Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, senhores membros do Governo. O conflito que se vive na Europa, provocado pela invasão da Ucrânia pela Rússia, desenhou uma conjuntura económica com contornos inesperados, numa fase em que a Europa e o mundo se preparavam para superar uma pandemia. A taxa de inflação nacional atingiu, em março, os 5,33%, sendo que nos Açores, os valores atingiram os 2,88. A informação que se pode ler no Instituto Nacional de Estatística demonstra que o combustível e a comida desempenham um papel fundamental nesta subida, sendo que a tendência inflacionista se encontra em expansão para outros produtos. Considerando que a história nos ensina que a demanda por alimentos e a sua carência está tantas vezes dependente de fatores inesperados, também sabemos que em Portugal é recorrente e particularmente deficitário no que toca à produção de cereais essenciais à base da alimentação humana, nomeadamente, o milho, o arroz, o trigo, sendo apenas produtor de cerca de 18% dos cereais que se consome. Ainda relativamente ao grau de autoaprovisionamento de cereais, em Portugal, é dos mais baixos do mundo, 18,6%, e está intimamente relacionado com a diminuição da terra arável dedicado à produção de cereais e com a forma de uso da terra e a relação com a conversão em pastagens. Esta situação torna-nos particularmente

vulneráveis a conjunturas inesperadas pela forte dependência externa e carência de uma soberania alimentar. Os Açores não são uma exceção a essa regra. É necessário pois, redefinir as escolhas alimentares coletivas a nível nacional e regional, para dar aos agricultores os meios para produzir e rever uma estratégia para a agricultura na Europa, e, em especial, no que respeita o arquipélago dos Açores, em prol da edificação de uma soberania alimentar regional, sobretudo se considerada a forte dependência externa apresentada pela b5 na quase totalidade dos seus setores de consumo e, em especial, dos produtos agrícolas, nomeadamente, dos produtos de agricultura e silvicultura, onde o défice da balança comercial alcança praticamente os 14 milhões de euros. Tal como as nossas lacunas de hoje são um reflexo das nossas escolhas do passado, a insistência em determinados modelos económicos baseados na exploração agropecuária, de propensão monolítica, fragilizou a posição do arquipélago perante as oscilações do mercado externo, tornando-o mais suscetível aos aumentos de custos dos fatores ao longo das cadeias de produção, levando ao desespero e à falência de produtores pela contração progressiva do consumo. Deste modo, e considerando o previsto no regulamento da União Europeia, n.º 228 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13/03/2013, que estabelece medidas específicas no domínio da agricultura a favor das regiões ultraperiféricas da União, especialmente o programa de opções específicas para fazer face ao afastamento e à insularidade, que visa, entre outros garantir o abastecimento das regiões ultraperiféricas com produtos agrícolas essenciais para o consumo humano, salvaguardando a produção local. Tendo em conta ainda a proposta do regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, que define regras ao apoio e aos planos estratégicos a estabelecer pelos estados-membros no âmbito da política agrícola comum, planos estratégicos da PAC e financiados pelo Fundo Europeu Agrícola de Garantia, e por não apresentar em mudar o rumo ou assumir o óbvio, é pois fundamental trilhar o caminho a montante. Partilhando das recentes

preocupações transmitidas pela própria Federação Agrícola dos Açores, e parceiros económicos, no que respeita às oscilações de preço dos cereais, será fácil entender a necessidade de uma política coesa e articulada entre a região, o território nacional e as possibilidades a nível europeu, tendo em conta as condicionantes arquipelágicas. Outrora, a falta de condições atmosféricas em Portugal e a dependência de cereais estrangeiros transformaram os Açores num grande produtor, tal como confirmaram as fontes históricas até meados do século XVI, sendo o trigo o principal cereal exportado até ao século XVIII, com uma rápida expansão pelos terrenos aráveis.

Deputado Pedro Pinto: Quantas toneladas?

O Orador: A situação geoestratégica do arquipélago, no caminho das rotas comerciais entre continentes, juntamente com o seu traçado morfológico diversificado, constituiu um fator que conduziu às ilhas à qualidade de grande produtor e fornecedor deste cereal. Considerando que as necessidades e contextos históricos são muito diferenciados, tal como as capacidades tecnológicas, mas a região pode efetivamente criar condições para fazer um esforço produtivo, especialmente no que diz respeito a este cereal, o trigo. Sr. Presidentes, Srs. e Sras. Deputadas, o PAN assim hoje pretende a consolidação e o aumento das áreas de produção e eficiência produtiva, passando por acrescentar valor na fileira dos cereais, com incidência para cultivo do trigo, selecionando e usando os ideais e adaptáveis às características atmosféricas e geográficas açorianas; a criação de um plano estratégico com uma orgânica interprofissional de produtores açorianos com marca registada; que proceda a uma análise global de capacidade de armazenamento de cereais na região para potenciar o seu aprovisionamento; a criação de mecanismos para a redução de custos dos fatores de produção de cereais, reduzindo o desequilíbrio orçamental provocado pela multiplicação de cadeias de comercialização; a dinamização de um comércio de proximidade e eficiente à escala regional; e simplificação de pedidos de apoios a práticas

agrícolas benéficas ao clima e ambiente; assim como a criação de medidas atrativas para a formação profissional e apoio técnico aos jovens agricultores; e que, por fim, institua uma verdadeira fileira dos cereais nos Açores, em especial o trigo. Muito obrigado.

Deputado Gustavo Alves: Muito bem!

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado Bruno Belo, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Queria começar por dizer que o programa do Governo, deste Governo, naquilo que à agricultura diz respeito, define também como estratégia agrícola uma visão de futuro assente numa agricultura mais sustentável, mais diversificada e adaptada às novas condições edafoclimáticas, que contribua para uma progressiva autonomia alimentar. Mas, esta resolução, naturalmente, está dentro daquele que é o âmbito da estratégia e do programa do Governo para esta legislatura, mas é importante que se faça aqui uma análise realista daquilo que é a b5 no que à produção de cereais diz respeito. E, a tendência na região não é a de produção de trigo, mas a região apresenta condições favoráveis à produção de milho forrageiro e também tem alguma produção de milho em grão. E importa também salientar que essas produções têm tido como objetivo a preservação da qualidade dos solos. Mas, Sras. e Srs. Deputados, vamos a números! Segundo os dados do INE, os Açores produzem... tem uma área agrícola de produção de milho em grão de 40 hectares, com uma produção de 107 toneladas desses 40 hectares – isto diz-nos que a nossa produção de milho em grão é substancialmente inferior àquela que é a produção nacional. Em contrapartida, temos 13.740 hectares de produção de milho forrageiro, com 610.884 toneladas, e que nos dá uma produtividade acima daquela que é a produtividade nacional, 44.046 toneladas. Ora, o aumento de áreas de produção

de cereais significa substituir áreas de produção de pastagem permanente de produção de milho forrageiro por áreas de cereais. E é aqui que nós devemos fazer uma avaliação realista desse problema! E este impacto far-se-á sentir, desde logo, pela diminuição da produção de alimento para os animais, que se quer cada vez mais autossuficiente, diminuindo aquelas que são as importações de fatores de produção, mas também se fará sentir naquele que é o impacto económico no valor acrescentado bruto da região no setor agrícola, e no peso que este setor agrícola tem para a região. Ora, o plano estratégico nacional, com um horizonte temporal de 5 anos, prevê que em 2023 se consiga atingir 20% de autoaprovisionamento. Este estudo, claramente, e este plano estratégico, claramente indica que é necessário e fundamental que nós possamos tomar decisões fundamentadas em conhecimento técnico. E este projeto de resolução tem, nos seus pontos resolutivos, a formação e a avaliação técnica. Mais do que uma decisão de que é isto ou aquilo que se deve produzir, é uma avaliação técnica para, obviamente, haver uma avaliação cuidada, que meça os impactos económicos, os impactos sociais e os impactos diretos naquele que é o valor da economia da nossa região. Mas, Sras. e Srs. Deputados, naquilo que diz respeito ao trigo, em Portugal, o consumo por pessoa, de cereais, é de 117 quilos, e de trigo, 98,6. Ora, nos Açores... seriam aproximadamente 24.000 toneladas o consumo de trigo nos Açores, pelos 240.000 habitantes. Com uma produção média por hectare de 2,5 toneladas a 3,5 toneladas, obviamente variando da qualidade dos solos e da qualidade do nosso clima, seriam necessários entre 7.000 e 9.500 hectares para essa produção. Façamos um exemplo claro – São Miguel tem 750 Km², precisaríamos de cerca de 8.000 hectares para produzir os cereais necessários, a preços de hoje, e não a preços de há um ano atrás, essa produção de cereais teria um valor de 7 milhões de euros. Ora, Sras. e Srs. Deputados, esta mesma área, esta mesma superfície agrícola, naqueles que são hoje os setores produtivos tradicionais, designadamente, a produção animal, naturalmente, tem um valor

acrescentado bruto superior. E é essa análise também que é preciso ser feita! Mas, finalmente, é importante que se estude, é importante que se façam algumas avaliações e é importante que se possa aferir se do ponto de vista económico e do ponto de vista social, naturalmente, englobando aquela que é a sustentabilidade ambiental, se fará ou não sentido fazer uma conversão da produção animal para a produção de cereais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves:** Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, senhores membros do Governo. O Sr. Deputado Bruno Belo deixa-me todo trocado! O PAN obviamente que pretende que haja uma soberania alimentar nos Açores! Sabe que neste momento é impossível, o PAN é realista, olha para a sustentabilidade ambiental, económica e social, só que as palavras do Sr. Deputado Bruno Belo é apenas económico! Fez uma comparação assim à estica, de joelho, em que a comparação entre cereais e a produção efetiva daquilo que nós temos pelo mesmo valor do hectare – não é isso que nós pretendemos! Nós pretendemos, obviamente, a soberania alimentar, mas sabemos que não é possível neste momento! Mas estar parados é que não vamos ganhar absolutamente nada! O que precisamos é uma sustentabilidade social! Porquê? A panificação! Se nós só conseguirmos produzir cereais para a nossa panificação, já é uma vitória para os Açores, e é aquilo que o PAN pretende, tendo em conta aquilo que nós estamos dependentes do mercado externo, e a farinha aumentou, e, neste caso, a panificação, em termos do pão, num ano, aumentou 8,4%! E isto é que é essencial!

E não há um único Deputado, ou Sra. Deputada ou Sr. Deputado, ou membro do Governo que esteja aqui, que não coma uma vez pão por dia, ou duas vezes. Ou pelo menos uma vez de dois em dois dias! Isto é que é a realidade! A panificação é extremamente importante para qualquer região, para qualquer país. Verifica-se, às vezes, o aumento da própria inflação e a primeira coisa que se vê é o pão! E o pão é importantíssimo. Não quero estar aqui a fazer substituição, não quero nunca sequer pensar no trigo forrageiro, não é esse o projeto de resolução! O que é que o PAN pretende? Muito simples! Que haja um plano estratégico. Com quem? Agricultores, com investigadores, com técnicos, com a Federação Agrícola- Nós precisamos dessa informação! Para quê? Qual é o solo que é arável para o trigo? Qual é a semente específica para o nosso clima edafoclimático, que se dê melhor na região, porque já há bastantes anos que nós já não produzimos trigo. Ainda produzimos, mas pelo menos o trigo... de forma extensível, mas com uma boa quantidade, não aquilo que nós temos, que são poucos hectares que nós temos. É isso que nós pretendemos – saber qual é a melhor semente para o nosso clima... e depois, não é só o nosso clima, é de todas as ilhas! Porque nós sabemos que há ilhas que estão mais limitadas para a produção de cereal, sabemos disso! Nem todas as ilhas, provavelmente, vão dar para ter, obviamente, o trigo. E isso é o que nós pretendemos! O que pretendemos é, pelo menos, que haja uma independência de panificação, daquilo que nós precisamos para a panificação açoriana. É só isso, absolutamente mais nada! Não é trocar absolutamente nada, não é fazer a reconversão... a reconversão, isso é algo completamente diferente, que isso devia ser com as hortícolas e frutícolas, e não, obviamente, com os cereais! O cereal, em termos de valor económico – sim, o valor económico é mais baixo, mas o valor social, esse não tem preço. Muito obrigado.

Deputado Pedro Pinto: Os agricultores vão se transformar em santas casas da misericórdia!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais

inscrições? Sr. Deputado Gustavo Alves, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Gustavo Alves:** Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. membros do Governo. Está aqui em discussão um diploma intitulado “Estratégia agrícola regional de emergência para a produção e armazenamento de cereais”, diploma trazido pela representação parlamentar do PAN, que tem uma exposição de motivos bastante fundamentada e muito esclarecedora sobre a situação cerealífera regional, nacional, europeia e mundial. A representação do PAN analisou profundamente o contexto económico e histórico dos Açores. Há décadas, e mesmo séculos, a vivência açoriana era de produção de subsistência, os terrenos aráveis eram maioritariamente utilizados para produção de cereais e a pecuária era realizada a um nível doméstico, de baixa intensidade. As populações tinham dificuldades de várias montas e a terra era a sua base de subsistência. Atualmente, passámos de uma situação de culturas de subsistência para uma quase monopolização do setor primário, com a pecuária, setor bastante característico da nossa região. Com isso, os terrenos aráveis, outrora dourados do trigo, deram lugar à criação de bovinos e da produção leiteira, o que levou à quase extinção de produção de cereais, a região ficou e está demasiado dependente de importações de outros países. Portanto, as preocupações do Sr. Deputado Pedro Neves, explanadas neste diploma, são claríssimas: a região necessita de uma soberania alimentar regional – expressão do Sr. Deputado – que nos parece o essencial do tema. Nesse sentido, é avisado preparar o futuro, voltar à diversificação de produção agrícola dos cereais, e acrescento também os produtos hortícolas e frutícolas. Finalizo, valorizando mais uma vez esta proposta, que procura reduzir a dependência externa dos cereais, consolidar e aumentar as áreas de produção, criar valor acrescentado na fileira dos cereais e viabilizar a atividade agrícola. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Secretário regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, faça favor. Tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Penso que em boa hora o PAN trouxe este assunto da autossuficiência alimentar e de uma progressiva autonomia na nossa independência relativamente à alimentação humana e à alimentação animal. Este tema da produção local, quer de alimentos para consumo humano, quer de alimentos para rações de consumo animal, é um tema que nos preocupou logo de início, porque olhando a história da humanidade e olhando a história de ilhas que estão dependentes do exterior, nós verificamos que, crise em crise, existe uma inflação de matérias-primas – é a crise pandémica, obviamente, que estamos a viver, é a crise do conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia, mas outras crises de âmbito animal que também têm existido, como a doença das vacas loucas ou outro tipo de doença animal, tem-nos mostrado que somos vulneráveis à nossa criação de riqueza por via da necessidade de uma produção mais local e uma independência externa. É verdade que nos últimos tempos, por exemplo, os fertilizantes aumentaram cerca de 300%, o gasóleo, 55%, e as rações, 30%. Vivemos atualmente uma guerra com duas batalhas, uma batalha que é a batalha do sofrimento humano, que está muito envolvida, muito presente, e uma batalha pelas matérias-primas. A volatilidade do preço mundial do mercado dos grãos, mas também a disponibilidade e novas zonas geográficas de matérias-primas, e o preço dos fretes, faz-nos pensar e refletir. Desde o início, ainda independentemente do conhecimento que ninguém conseguia prever esta guerra,

mas também no auge da pandemia, que identificamos de facto a necessidade de uma produção mais local. E, para isso, há uma estratégia mais ambiciosa para além dos cereais! Há uma estratégia ambiciosa de, por exemplo, produção de proteaginosas, de produção de oleaginosas, no âmbito, é aquilo que tem que ser a proteína vegetal também que temos que produzir na nossa região. E, por isso mesmo, nós temos um programa no âmbito do melhor momento das pastagens, temos um programa no âmbito da experimentação, do intercâmbio e da vulgarização, de variedades, como seja o triticale, como seja a erva do Sudão, como seja o sorgo, como seja o girassol. Ou seja, nós precisamos dessas novas variedades para termos disponibilidade em proteína vegetal, para termos disponibilidade em farinha, quer para a alimentação humana, quer animal. E a história dos Açores, não é preciso de facto grandes componentes científicos, basta olhar à história dos Açores para se verificar quais são os territórios, e, dentro dos territórios, as zonas com um microclima que podem-nos ajudar a essas mesmas produções mais locais. Ora, é nesse sentido que estamos a identificar, ilha a ilha, essas mesmas zonas, e estamos, ilha a ilha, através dos nossos serviços de experimentação, de facto, a fazer um aconselhamento e aquilo que é uma experimentação da introdução de novas espécies que podem aportar esta energia alimentar, quer humana, quer animal. É neste exato entendimento que a proposta do PAN veio trazer a esta Assembleia aquilo que é o suporte político e o entendimento político, esperando que ela seja aprovada, nós vemos com bons olhos, vem de facto engrandecer aquilo que é esta preocupação política pelos alimentos, quer seja para os animais, quer seja para os humanos. Trazendo a este hemiciclo esta preocupação, penso que ficamos todos com maior responsabilidade no encontro das soluções. Soluções que passam e, efetivamente, como disse o Sr. Deputado e muito bem, aquele que é o entendimento entre os produtores, entre a investigação e entre a administração regional. É este tripé que pode contribuir para o encontro destas novas soluções. Os Açores, em 2021, produziram cerca de 10

hectares de milho grão, cerca de 3.000 hectares de milho de silagem, cerca de 280 hectares de sorgo e cerca de 409 hectares de luzerna. Nós temos que aumentar a produção de milho grão para as farinhas, temos que aumentar a produção de luzerna para a fixação do azoto e combate às alterações climáticas e temos que aumentar a produção de milho de silagem, porque precisamos dessa energia para a alimentação animal. E, portanto, toda a estratégia, e muito bem como o Sr. Deputado identifica para a produção de cereais, tem que ser mais ambiciosa, alargando a outras fontes de energia que nós precisamos de ter nos Açores, até porque este abastecimento local irá permitir também que os Açores se afirmem no âmbito da naturalidade, no âmbito do conteúdo nutricional dos nossos produtos, e assim possamos ter uma riqueza que possa abastecer o mercado local, mas também a expedição de determinados produtos. Se nós tivermos uma alimentação animal mais dependente daquilo que nós produzimos, e este vai ser um critério de exigência no âmbito da apresentação de investimentos para os próximos fundos comunitários, ou seja, a exploração tem que produzir uma parte significativa da alimentação animal para ser mais independente do exterior – isto significa que estes produtos ganham credibilidade e confiança naquilo que é a sua apresentação e naquilo que é o seu conteúdo. E é nesse sentido que está em marcha essa estratégia, não perdendo o norte àquilo que nós queremos. Naturalmente, em agricultura, as coisas não são como um interruptor, levam o seu tempo, não se apagam e se acendem, levam o seu tempo – há o tempo da experimentação, há o tempo da investigação e há o tempo das conclusões, e há o tempo do aconselhamento e o tempo da implementação desta mesma estratégia. Já começou! Muito bem, Sr. Deputado, trouxe uma reflexão e um pensamento crítico àquilo que são as nossas fragilidades, é neste sentido que, juntando este pensamento crítico e essa sua iniciativa, nós adicionamos aqui uma estratégia mais ambiciosa que junta, de facto, todo um outro tipo de pendência alimentar que é preciso ter. Muito obrigado.

Deputado Gustavo Alves: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Secretário regional. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Sr. Deputado Pedro Neves, eu, de alguma forma, concordo consigo – é preciso diversificar a produção agrícola na região, porque a nossa soberania alimentar, podendo nunca ser uma realidade absoluta, mas a região deve caminhar neste sentido. Devo dizer, no entanto, que a consciência que tinha já foi mais ou menos aqui reforçado pelo testemunho do Sr. Deputado Bruno Belo, com os números que identificou aqui, que de alguma forma mostraram aquilo que eu já desconfiava que era. E embora eu concorde que a região deva também caminhar no sentido da produção de cereais, eu acho que, acima de tudo, temos que ter alguma objetividade no imediato mais real. Ou seja, eu defendo que... e atendendo à nossa parca autonomia alimentar, que não existe, que a região tem que caminhar, para já, numa solução que é perceber de forma objetiva e pragmática qual é a produção que devemos dinamizar, no sentido de conseguir objetivos de produção em tonelagem de alimento por hectare. Eu acho que este é um elemento fundamental porque, atendendo que os nossos solos são limitados, são limitados na sua dimensão, mas também pelo seu relevo natural, que nalgumas zonas não é possível a mecanização das atividades, temos que, conforme dizia, apostar mais na tonelagem e na diversificação, nomeadamente, nos legumes, nas frutas, nas horticulturas, nos vegetais, porque aí vamos conseguir a diversificação, mas eu acho que vamos conseguir números muito mais objetivos em termos de produção

tonelagem/hectare, que nos vão fazer diminuir aquilo que vamos importar. Obviamente que a solução ideal seria que produzíssemos tudo, incluindo os cereais, nessa base, – e corrija-me se eu estiver errado – mas eu acho que os cereais, nomeadamente o trigo, têm uma produção de razão tonelagem por hectare muito baixa, o que por si só compromete de forma muito grande o facto de estarmos a alocar áreas para produção de trigo, quando poderíamos, utilizando essas mesmas áreas, rentabilizar mais os nossos solos. No entanto, o projeto de resolução que aqui traz, não tem mal nenhum em ser aprovado, acho que ficaria enriquecido, conforme disse em comissão, que o trabalho fosse mais desenvolvido em comissão, porque lá está, aquilo que estou aqui a dizer poderia ficar mais fundamentado, ou não, depois de vermos algumas atividades em comissão, mas pode contar com a minha aprovação dessa sua iniciativa, na certeza, porém, que aquilo que defende, que é a nossa soberania alimentar, também é algo que me inquieta bastante, e já manifestei isso publicamente e mais do que uma vez, e seguramente estaremos ao lado um do outro para, a partir daí, tentarmos sempre que possível fazer um trabalho que vá neste sentido. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra a Sra. Deputada Patrícia Miranda. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Patrícia Miranda:** Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo. Bom, eu não fiz a mesma análise que o Sr. Deputado Bruno Belo fez. É certo que levanta questões que são importantes, mas acho que em lado nenhum, neste projeto de resolução, eu entendi que seria para substituir a nossa produção de hoje em dia em produção de cereais, até porque... e o senhor, como conhecedor da agricultura, sabe perfeitamente que isso seria impossível – as nossas ilhas são montanhosas, as nossas pastagens situam-se essencialmente a 400 metros de altitude. Por isso é que, à partida, não percebo como é que o senhor fez esta leitura deste projeto. Bom, mas vamo-nos então cingir na realidade! De facto, é urgente

a criação de uma estratégia para combater a dependência externa, neste caso, em matérias-primas, quer na alimentação humana, quer na alimentação animal. Compreendemos que este projeto de resolução, apresentado aqui, e bem, pelo Sr. Deputado Pedro Neves, principalmente com a criação do plano estratégico para a fileira dos cereais nos Açores, é uma oportunidade, uma mais-valia para a região, traz riqueza e valor, é uma mais-valia para a nossa agricultura. E, nesta matéria, é da inteira responsabilidade do nosso Governo regional promover as devidas diligências para desenvolver e criar estratégias que permitam impulsionar o nosso setor. Sras. e Srs. Deputados, há que perceber como adaptar a produção cerealífera ao nosso clima, ao nosso tipo de solo, à nossa altitude e ao nosso relevo, onde possam trabalhar alfaias agrícolas especializadas. E, como recentemente o Sr. Secretário anunciou um estudo para definir novas culturas, de modo a reduzir a dependência alimentar do exterior, pois bem, têm aqui a oportunidade, com este projeto de resolução, de passar das intenções para a prática. E, falando nesse estudo, gostávamos de saber em que moldes vai ser estruturado, quais as suas diretrizes, quando estará concluído e se terá em conta questões, como por exemplo, onde se vai produzir, quando se vai produzir, o que se vai produzir, qual a quantidade que se vai produzir, quem vai colher, quem vai armazenar, quem vai transformar, como vai ser comercializado, o que se vai fazer aos excedentes, a que custo vai ser produzido, qual o custo-benefício de uma reconversão, terá quotas e prazos, quem vai apoiar financeiramente, vai entrar no POSEI, e em que moldes? Sras. e Srs. Deputados, são tudo questões que devem ser respondidas antes de estas medidas serem colocadas em prática. Aliás, cabe ao nosso Governo regional responder a estas questões. Outra questão! Sabemos que a produção cerealífera é das práticas agrícolas mais exigentes para os solos, principalmente na necessidade em azoto, e quando este Governo tomou posse, o Sr. Secretário, nas suas primeiras declarações, mostrou logo preocupação com os nossos solos, e passo a citar: “É urgente definir-se uma política regional objetiva para o uso do solo enquanto meio

produtivos dos agro alimentos, baseado no princípio do desenvolvimento sustentável. Temos de conhecer o nosso solo com maior exatidão, e, para isso, devem implementar-se, a nível regional, a investigação científica e o saber técnico”, fim de citação. Essas foram as suas palavras, passaram quase dois anos! E assim, Sr. Secretário, pergunto-lhe pelos resultados desta investigação! Estão os nossos solos preparados para novas produções? Quais as correções que serão necessárias fazer para uma produção cerealífera sustentável? Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes. Faça favor.

(*) Deputada Alexandra Manes: Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Desde o início da guerra na Ucrânia, a 24 de fevereiro, que o risco de uma imensa crise alimentar provoca inquietação. Inúmeros indicadores confirmam a gravidade da situação. Em todos os mercados onde são negociados os produtos cerealíferos, os índices de volatilidade dos preços estão ao nível mais alto. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, o índice dos preços dos produtos alimentares atingiu o mais alto nível desde a sua criação, em 1990, devido à inflação relativa aos cereais e aos óleos vegetais. No dia 14 de março, o Secretário Geral da Organização das Nações Unidas, António Guterres, alertou para a ameaça de um furacão de fomes e de um colapso do sistema alimentar mundial, citando, designadamente, o caso de países onde as populações já sofrem de uma fome endémica, como o Sudão ou o Iémen. Segundo Guterres, a crise ucraniana pode precipitar na pobreza, na privação e na fome até 1,7 milhões de pessoas, mais de um quinto da humanidade. No dia 21 de março, os ministros da

agricultura europeus acordaram uma derrogação temporária de uma das disposições da política agrícola comum, que impõe a retirada de produção de 4% das terras agrícolas, assumida no quadro de um reforço da soberania alimentar da União Europeia. Esta medida poderá permitir, em teoria, aumentar a produção de cereais na Europa. Na verdade, a crise que nos assola vem mostrar a quem estivesse distraído a importância da produção de alimentos seguros e da sua qualidade, e mostra também a perigosidade de abdicar de uma soberania alimentar. Demos por adquiridas as nossas refeições, sem nos preocuparmos de onde vinham, quem as produzia e a que preço. Esta proposta da representação parlamentar do PAN, no seu ponto 1, refere, e bem, que deverá ser feita uma análise prévia para se apurar a qualidade dos solos e da sua capacidade para o aumento de áreas de produção de cereais. Isto parece bem ao grupo parlamentar do Bloco de Esquerda, que também nos Açores estejamos atentos às potencialidades dos nossos terrenos. E porque falamos de cultivo e de produção alimentar, no mês passado foi notícia o facto de o Sr. Secretário da Agricultura e do Desenvolvimento Rural ...

Deputado Paulo Estêvão: Lá vem maldade!

O Orador: ... defender o aumento dos perímetros de ordenamento agrário, de forma a garantir a sustentabilidade alimentar dos Açores, referindo exatamente que existem cerca de 50.000 hectares nos 17 perímetros do ordenamento agrário, e que o objetivo é passar para 20 perímetros e para um total de 60.000 hectares, destinando estas áreas exclusivamente à sustentabilidade alimentar. Sr. Secretário, espero que tenha sorte e que não apareça nenhum projeto que só consiga identificar aquele espaço, exatamente aquele espaço, como o único adequado, por exemplo, para a instalação de um hotel, senão, lá se vai o quite de uma resolução, mais uma exceção e a soberania alimentar vai-se. Muito obrigada.

Deputado Paulo Estêvão: Que exagero. A senhora é tão exagerada!

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sra. Deputada. Continuam abertas as

inscrições. Sr. Secretário Regional, faça favor.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Foram colocadas boas questões, questões objetivas da qual interesse responder também perante a Câmara, de o que é que está a ser feito e daquilo que se pretende fazer em termos objetivos. Naturalmente que estamos a fazer o que não foi feito até aqui. E o que não foi feito até aqui, é essencial, desde logo, nas questões que me foram colocadas sobre a conservação do solo e naquilo que deve ser um elemento de credibilidade e confiança perante os novos consumidores e a sensibilidade desses mesmos consumidores, que levam em linha de conta os solos, o bem-estar animal e o conteúdo nutricional dos alimentos. Ora, para isso, nós celebramos um novo protocolo com a Universidade dos Açores no valor de 200.000 euros, para análise e para aconselhamento dos mesmos solos. Ou seja, nós estamos a fazer mais análises de solos e nós estamos a aconselhar mais e estamos a fazer outra coisa fundamental com a Universidade dos Açores, que é a atualização da carta da aptidão dos solos dos Açores. A carta da aptidão dos solos dos Açores já não é atualizada há imensos anos, nós precisamos de atualizar, porque entretanto houve processos produtivos que intensificaram a utilização do uso do solo, como também há solos esquecidos! E, portanto, essa atualização da carta da aptidão do uso do solo é fundamental para se criar uma estratégia produtiva! Ora, essa estratégia produtiva tem que estar de acordo com essa capacidade produtiva do solo. Bom, isto é algo que não se atualiza de um dia para o outro, nem de um mês para o outro, nem de um ano para o outro! Isso significa que tem que haver N análises, isso significa que tem que haver N aconselhamentos para a identificação geográfica e a caracterização desses mesmos solos – por isso é que há solos de baixa, média e alta altitude. E esta aptidão está adequada a determinadas culturas. Todo um processo paralelo, todo um processo estratégico, todo um processo de articulação! Tudo isto tem que ser

feito e não foi feito até aqui. E, portanto, essa necessidade de estudo, ligando a investigação, ligando a produção e ligando a administração regional, é fundamental para que tenhamos futuro no futuro, no âmbito da produção de agro alimentos e no âmbito da necessidade de termos cadeias curtas de produção, de abastecimento. Dizer-vos também que, a este momento, não há qualquer quebra no abastecimento de matérias-primas, há sim custos mais elevados na aquisição destas mesmas matérias-primas que estão em outras geografias, desde logo, na América do Sul, desde logo, na América do Norte, e, portanto, são novos pontos de abastecimento geográficos que têm um custo do frete, e os fretes estão procurados e estão a um preço elevado. Por isso encarecem as matérias-primas daquilo que era, tradicionalmente, o nosso abastecimento alimentar na Europa. Mas crise – crise! – no âmbito do abastecimento, não existe, o que existe é um aumento dos preços das matérias-primas! Dizer-vos também outra situação que também é fundamental! Outra situação fundamental tem a ver com a ajuda do POSEI aos produtores de culturas arvenses. Como sabem, nós terminámos com aquilo que eram os cortes dos apoios aos produtores, ou seja, o prémio que era anunciado para se produzir um hectare de milho, era um prémio que o agricultor recebia com cortes de 30 a 40%, no âmbito da ajuda à sementeira e colheita do milho – nós terminámos com isso e o prémio que é anunciado é aquilo que o agricultor recebe! Por exemplo... vou-vos dar um exemplo da diferença entre o que era pago antes e o que era pago agora, porque o que é pago agora, com aquilo que é anunciado, também cria um elemento de confiança, e o elemento de confiança dos produtores cria motivação para se produzir! E isso é essencial em política, isso é essencial para quem produz, essa segurança provisional, porque chegam ao fim do mês e as pessoas também têm os seus compromissos financeiros, com as empresas de fatores de produção, com a banca, enfim... e compromissos sociais e económicos! E, portanto, aquilo que é anunciado tem que ser efetivamente aquilo que é pago.

Deputado Bruno Belo: Muito bem!

O Orador: Por exemplo, do ano que há rateios e do ano que não há rateios! Em 2019, candidataram-se...

Deputado Bruno Belo: Ouçam!

O Orador: ... às culturas arvenses dos Açores, 3.245 produtores. Receberam, no esforço regional, 889.883,35 euros. Em 2020, o ano em que passou a não haver rateios, a não haver cortes nas ajudas, candidataram-se 3.194 produtores – menos produtores – mas o esforço regional, sem rateios, foi 1 milhão e 390.000! Ou seja, nós pagámos mais 500.000 euros de apoios aos produtores, porque era aquilo que estavam habituados a não receberem – anunciava-se um prémio e recebia-se cortes de 30 a 40%!

Deputado Bruno Belo: Exatamente!

O Orador: Nós anunciamos um prémio e os produtores recebem aquele prémio!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: A administração regional tem que ser um elemento de bem, tem que ser uma pessoa de bem! Aquilo que anuncia tem que ser aquilo que paga!

Deputado Bruno Belo: Muito bem!

O Orador: Ora, este elemento de confiança está a gerar uma nova motivação! Há produtores e há associações que estão a procurar a administração regional numa estratégia de baixo para cima e de dentro para fora, para produzirem milho em grão, para produzirem mais milho de silagem, porque sabem efetivamente que o prémio vai existir, que o prémio vai ser pago na totalidade!

Deputado Carlos Freitas: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Isto muda completamente a filosofia de atuação, isto muda

completamente a estrutura e a credibilidade! E isto não pode ser esquecido, isto não pode deixar de ser dito aqui neste hemiciclo também para que todos tenhamos consciência daquilo que está a ser feito e do esforço regional de todos para esta independência exterior. Por outro lado, o ano transato, nós iniciámos um programa, e o Sr. Deputado Pedro Neves, sei que este tema é-lhe muito caro e aprecia muito, e muito bem, porque nós também estamos nesta linha também de intenções e de objetividade! O ano passado foi realizado um programa intitulado o “Fórum Bio 21”, que é um programa que está relacionado com a naturalidade dos Açores, e que também o Sr. Deputado fez uma proposta nessa casa, que foi aprovada, e, portanto, utilizamos também essas verbas para essa divulgação. Nós realizámos pelas 9 ilhas dos Açores, foi um programa que abrangeu as 9 ilhas dos Açores, teve mais de 50 formações, não só para produtores mas também para consumidores, e teve ações de formação, de sensibilização também, envolveu mais de 1.000 participantes. Este ano, vamos iniciar para o próximo fim-de-semana com a Feira Agrícola e Comercial do Faial, um novo programa, que será o Fórum Bio 22, o novo programa de naturalidade. Este novo programa de naturalidade tem como título “Autossuficiência alimentar”, ou seja, a tendência que nós temos que seguir para a autossuficiência alimentar. E isto significa que, neste programa, nós estamos a incentivar de facto à produção e consumo de produtos mais naturais, desde logo, produtos biológicos.

Deputado Pedro Pinto: Muito bem!

O Orador: E, do ano passado para este ano, nós já tivemos sucesso! Posso dizer que a área de 2019, que foi o ano em que as medidas agroambientais ficaram fechadas para os Açores, ou seja, em 2018, os produtores ficaram impedidos de se candidatar a novas parcelas no âmbito da agricultura biológica e, novos produtores, também à agricultura biológica e às medidas de manutenção da atividade em zonas desfavorecidas. Aliás, essas medidas da atividade em zonas desfavorecidas, de apoio a zonas desfavorecidas, sofreu um corte de 30 euros por

escalão! Ora, em 2020, nós repusemos novamente o escalão, repusemos os 30 euros retirados e abrimos as medidas agroambientais, desde logo, e a agricultura biológica, e candidataram-se mais produtores e mais área. Isto significa que, em 2022, a área de modo de produção biológica cresceu nos Açores, 311%, quer pela sensibilização, quer pelo apoio, quer pelo incentivo – 311%! Estamos no caminho certo, no caminho natural, no caminho da afirmação! E temos, neste momento... e o número de produtores biológicos aumentou 120%. Ora, a área neste momento, em 2022, é de cerca de 3.000 hectares e os produtores em agricultura biológica são 202. Este é o caminho certo! Vamos voltar a sensibilizar e a formar para esse tipo de produção. Bom, penso que nesse sentido, também, Sra. Deputada do Bloco de Esquerda, dizer-lhe que as áreas dos perímetros do ordenamento agrário, quer seja para agricultura biológica, quer seja para a convencional, quer seja para a especializada, quer seja para outro tipo de agricultura, porque os três tipos de agricultura podem conviver nos Açores, podem coexistir nos Açores, efetivamente, essa liberdade produtiva é dos produtores, embora nós não nos demitimos daquilo que é o nosso pensamento sobre o futuro e a afirmação dos Açores nos novos mercados, e nos mercados, mas cada um tem a liberdade de produzir. Efetivamente, nós vamos passar os perímetros de ordenamento agrário de 50.000 hectares para 60.000 hectares, com a criação de novos perímetros de ordenamento agrário e, desde logo, com a criação de um perímetro de ordenamento agrário novo, um perímetro de ordenamento agrário para a horticultura. Sim, nós vamos proteger uma zona para dedicação à produção hortícola, naquela que é também a estratégia e a necessidade de criar mais produção local nesta diversidade, nesta agro produção, para ficarmos menos dependentes. É verdade! Há uma lacuna também nos Açores, e que estamos a tentar corrigir, é que os Açores não tinham as estatísticas apuradas relativamente à quantidade de agro alimentos que entram nos Açores – nós estamos a atualizar esses dados, nós estamos a encontrar fontes que nos possam, de facto, informar

sobre esses dados, desde logo, a Porto dos Açores, o Serviço Regional de Estatística, para que o planeamento possa ser o mais rigoroso possível, para que não haja défices e para que não haja excessos. Estes dados de informação estatísticos base são fundamentais para planearmos também o futuro. Bom, não é possível fazer-se tudo de uma vez, mas é possível começar-se a trabalhar sobre aquilo que não se trabalhava. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Secretário regional. Tem agora a palavra a Sra. Deputada Patrícia Miranda. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) Deputada Patrícia Miranda: Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo. Sem agricultores não há agricultura. Os agricultores precisam que se olhe para eles é hoje, precisam que se definam estratégias para hoje e para um futuro próximo. O que esperar da nossa agricultura daqui a um ano, daqui a três, daqui a cinco anos? Onde queremos estar? Onde quer este Governo levar a nossa agricultura? Em bom rigor, é bem capaz de não estarmos em lado nenhum, porque à espera de resultados de estudos que parece que ficam esquecidos e repetem-se e voltam-se a estudar, ou com medidas paliativas, mais outras tantas explorações correm o risco de fechar, outras vão-se convertendo a outros setores, que não tarda, estarão em subprodução, porque estratégias, estas apenas ficam pela intenção. Não estamos aqui hoje a debater um projeto com medidas urgentes, com medidas para agora, porque é agora que faz sentido! Há quase dois anos, o Sr. Secretário assumia, e passo a citar: “É preciso uma estratégia que possa ajudar a diminuir a dependência alimentar do exterior” – Sr. Secretário, há dois anos! Não

foi ontem, foi há quase dois anos! Sras. e Srs. Deputados, este Governo ficou mais uma vez pelas intenções. A verdade é que isso acontece porque, para este Governo, a urgência é um conceito abstrato, para este Governo, as coisas não são para se fazer, são para se ir fazendo.

Deputada Ana Luís: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) Deputado Bruno Belo: Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. membros do Governo. Sra. Deputada Patrícia Miranda, esta sua intervenção, já a primeira, mas a segunda, realmente, revelam que, ou a senhora tem andado distraída ou não vive nos Açores!

Deputada Andreia Cardoso: Não anda nada!

Deputado Carlos Silva: A Cooperativa Ocidental é a prova disso mesmo!

O Orador: E então, a primeira coisa que tenho para lhe dizer é o seguinte, quando nós aqui, ou quando eu aqui há pouco fiz uma intervenção e que depreendeu que eu teria assumido que estava no projeto resolução a substituição da produção animal para produção vegetal – ora, Sra. Deputada, eu gostava de lhe perguntar como é que a senhora vai produzir vegetais se não diminuir a área de pasto permanente, se não diminuir a área de milho forrageiro ou se não diminuir as matas? Onde é que são os terrenos abandonados que a senhora tem para produzir esses tais cereais?

Deputado Pedro Pinto: Muito bem, Sr. Deputado Bruno Belo!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Essa é a primeira questão que a senhora tem que me responder. Sra. Deputada, realmente, não há agricultura sem agricultores, e esta é uma verdade insofismável! E, a primeira coisa que tem que haver para se ter agricultores é dar-lhes aquele que é o rendimento expectável que eles têm, e foi o que este Governo fez ao repor os rateios que, por opção política, o Partido Socialista não o fez! Isto é a primeira coisa que tem que fazer! Sra. Deputada, eu acho que a Sra. Deputada, na sua intervenção, não procurou de modo nenhum justificar aquilo que é a posição do Partido Socialista de acordo com o diploma apresentado pelo Partido de Animais e Natureza.

Deputado Pedro Neves: Pessoas-Animais-Natureza!

O Orador: Pessoas, Animais e Natureza! Muito obrigado, Sr. Deputado Pedro Neves. A Sra. Deputada apenas e só se virou para o Governo e exigiu que o Governo... criticando o Governo porque apresenta estudos mas não apresenta soluções, mas, ó Sra. Deputada, o partido que a senhora defende e a bancada em que a senhora está sentada foi Governo, nesta região, 24 anos!

Deputado Mário Tomé: E com muito orgulho!

O Orador: E onde estão esses estudos ou essa ação? Muito obrigado!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Secretário regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Prescinde? Neste momento, a Mesa não tem mais inscrições. Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e membros do Governo. Ora, este diploma que o PAN aqui nos traz, obviamente, e começo logo por dizer que o Faial tem um histórico enorme na produção de cereais, ...

Deputado Nuno Barata: Os florentinos que o digam!

O Orador: ... de trigo, e que efetivamente tem terrenos de excelente qualidade para essa produção, e os Açores, no seu todo também, como bem todos sabemos,

foi uma das monoculturas da região, a produção de trigo. Mas, a realidade é que neste momento os Açores não apresentam qualquer produção de trigo e apresentam sim a produção de milho, não é? Sobretudo, não como cereal mas como alimento, milho forrageiro, ...

Deputado Carlos Silva: E o gasóleo agrícola?

O Orador: ... e que por isso, indo aqui ao encontro daquilo que está neste diploma, a realidade é que nos Açores não há uma fileira dos cereais. Infelizmente, pronto, não há uma fileira. E, por isso... ou seja, aqui no diploma, o PAN diz que há que fazer, no fundo, e é o último, que é criar um plano estratégico para a fileira dos cereais nos Açores, obviamente também não me posso opor, sendo que estamos também a dizer que vamos criar uma fileira de cereais nos Açores – é isto que vejo aqui nesta proposta. E, por isso, obviamente, esta é uma preocupação que é transversal a todos, mas considero que o Sr. Secretário também já demonstrou que neste momento não é uma questão de fornecimento, mas sim, eventualmente, uma questão de produção em algumas zonas, como bem sabemos, não é? E o custo, obviamente! O custo que isso implica, também por causa das cadeias de abastecimento e daquilo que são as perspetivas futuras. Mas, de qualquer das formas, consideramos que esta é uma proposta que, por um lado, quando ela está a ser... ela foi apresentada como urgência, obviamente, tendo baixado à comissão, na altura, deu-nos aqui mais alguma margem para fazer mais alguma pesquisa. E se fosse para implementar exatamente como estava, aceitando que isto são tudo dados adquiridos e que seria para implementar tal e qual como é proposto, sem um estudo ou sem uma abordagem prévia para que se possa efetivamente verificar quais é que são os tipos de qualidade dos solos, que aliás, está na proposta que prevê... Sim, mas, de qualquer das formas, é algo que... na altura, quando foi apresentado em comissão, o CDS, pensámos que poderíamos até aprofundar algum deste conhecimento, ter um maior conhecimento. Mas, de qualquer das formas, a própria proposta, como já o prevê, é óbvio que o Governo

regional, ao implementar e ao trabalhar para, no fundo, ir ao encontro daquilo que está no programa de Governo, que o Sr. Secretário anunciou desde o início, que tem a ver com a diversificação agrícola. E a diversificação agrícola, obviamente, tendo em vista, por um lado, o aproveitamento das condições edafoclimáticas de algumas ilhas, das nossas ilhas todas, mas de algumas ilhas para, por exemplo, poder promover a agricultura biológica, e isso está bem patente no programa de Governo também. E por isso, esse estudo e essa diversificação agrícola que no fundo pode promover também uma maior sustentabilidade e até autossuficiência, sem pensarmos em isolacionismo, porque, obviamente, o isolacionismo não nos vai trazer nada de bom e, aliás, a história comprova-o nos sítios... nos países que se tornaram mais isolacionistas. E, por isso, não é esse o caminho. Mas, efetivamente, é importante que haja essa diversificação, que se criem e que se valorizem também as capacidades dos nossos solos nessa diversificação, e os cereais são, sem dúvida, um fator muito importante, exatamente como o Sr. Deputado Pedro Neves disse nas suas intervenções, até pela frequência, pelas quantidades e pela importância que tem também na nossa alimentação. E, por isso, obviamente, vemos com bons olhos esta iniciativa. Consideramos que tem aspetos importantes porque permitem, sendo uma recomendação, permitem que o Governo efetivamente trabalhe nesse sentido e possa tomar as decisões que decorrem dessas avaliações. E, atendendo que esta atual emergência para produção e armazenamento de cereais, porque a questão do armazenamento também é outra questão que é importante, importa avaliar quais é que são as condições dos silos que nós temos, se ainda são adequados, se não são...

Deputado Pedro Pinto: Não temos.

O Orador: ... se haverá até a necessidades desses silos, não é? Porque não temos, os que temos são... exato, não são capazes. E, por isso, será importante fazer toda essa avaliação, e isto para dizer que tanto a produção como o armazenamento, não dispensam um criterioso estudo. E também esse estudo tem que ter em conta os

impactos no setor agrícola no seu todo, porque também não podemos esquecer e, ao contrário de o que fez parecer a Sra. Deputada Patrícia Miranda na sua intervenção inicial, que estávamos aqui outra vez a passar ou a propor, ou que o PAN estaria a propor outra vez uma monocultura na região. Obviamente, nós sabemos que o PAN, por si, havia uma monocultura atual que não existiria, mas, de qualquer das formas, esta proposta não visa acabar com o setor agrícola regional, com aquilo que é a sua mais-valia neste momento, mas sim diversificar e complementar. E, por isso, não se pode julgar então que vamos voltar a outra monocultura e também temos que ter em conta aquilo que foram os investimentos que foram feitos noutras áreas, até porque, e nós consideramos, isso foi feito em parte, apesar de o Partido Socialista também ter um histórico enorme de estudos que não fez e de planeamento que não apresentou, e, por isso, aplica-se também muito bem... o ir discutindo e pouco se fazer, aplica-se muito bem também ao Partido Socialista. E, por isso... nós não estamos aqui para ir falando sobre o assunto, estamos aqui para decidir, e, neste caso, o CDS vai acompanhar esta proposta do PAN. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, senhores membros do Governo. O PAN traz-nos aqui um projeto de resolução que versa sobre um assunto que penso que nenhum açoriano se preocupe com a monocultura da vaca, o problema do leite, ou que simplesmente se preocupe, já não pensa. Eu, pelo menos desde que me conheço, que ouço falar da necessidade

de diversificar a agricultura nos Açores, ...

Deputado Pedro Pinto: *La Palice!*

O Orador: ... e desde que me conheço, que ouço os produtores de vacas, de leite e de carne dizerem que é um risco muito grande produzir outra coisa que não seja leite e carne, ...

Deputado Bruno Belo: É verdade!

O Orador: ... por uma razão muito simples – já dizia o meu saudoso pai! – é que uma cultura do trigo vai-se embora num ano, num repente, e a vaca, mesmo que venha o mata-vacas e que queime a erva e a ponha preta, ela vira-lhe o rabo e no dia a seguir está comendo outra vez, produz menos 10 litros mas volta a produzir 20, 3 ou 4 dias depois.

Deputado Bruno Belo: Exatamente!

O Orador: E houve aqui a ideia durante alguns anos, também embarquei nela, confesso, de que a monocultura da vaca tinha sido uma coisa muito incentivada, muito insuflada pelo então Secretário regional da Agricultura e Pescas, Dr. Adolfo Lima, um homem que tinha um sentido estratégico interessante. Mas, na verdade, ele já chegou a meio do processo, porque o processo começou precisamente com as crises agrícolas que os Açores viveram. E há vários mitos à volta das culturas cerealíferas nos Açores, e uma delas é que nós fomos fornecedores do reino – nós fomos fornecedores do reino porque fomos obrigados a fornecer o reino numa altura em que houve uma crise frumentária enorme no Norte de África e nós fomos obrigados, e foi-nos imposto que mandássemos o nosso trigo para o reino, não foi porque nós tivéssemos excedente de trigo e que tivéssemos tido aqui grandes produtores e que tivéssemos libertado para que fossem para o reino. No século XVI, morreu de fome metade da população dos Açores por uma crise frumentária, foram 3 anos sem produzir trigo, porque o trigo não produzia! Aliás, o trigo é um fenómeno interessante, diz Gaspar Frutuoso, os primeiros povoadores dos Açores o lançaram à terra e já não tiveram trigo para comer no ano seguinte, porque a

terra era tão fértil que ele não espigou, não deu grão – só na segunda vinda de caravelas, com mais sementes, é que se conseguiu produzir nas mesmas terras, depois de esgotar o alimento é que se conseguiu produzir o grão. E todos esses mitos somos convidados a visitar neste projeto de resolução do Sr. Deputado Pedro Neves e do PAN – Partido dos Animais e Natureza. Não, não é saudosista, Sr. Deputado Pedro Neves, é pior do que isso! É um lírico! Ainda esta manhã, quando debatíamos a questão das finanças públicas, eu aqui dizia que o futuro desta região não se compadece com estados de alma, com romantismo, com saudosismo, com crença... o futuro desta região resolve-se com pragmatismo! E o que é facto é que produzir cereal nos Açores para consumo humano não é de todo – de todo! – uma boa decisão. Nós todos nos lembramos, pelo menos os mais velhos, de homens e mulheres descalços virando trigo nos adros das igrejas para o secar! Ele tinha que ser secado para ser armazenado. Nós hoje não temos essa mão-de-obra disponível, quase escrava, para virar trigo no adro da igreja. Nós hoje não temos os equipamentos que estavam instalados para debulhar trigo. Nós hoje não temos capacidade de o secar, não temos estufas, não temos silos, não temos capacidade de armazenar esses produtos! Nós podemos, sim, concentrar-nos nalguma produção de milho grão, o Sr. Secretário já falou aqui disso, apesar de ele ter começado por falar dessa resolução e acabou nas agroambientais, quase que esgotava o tempo todo do Governo!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Foi para ficarem informados!

O Orador: Nós temos de facto alguma capacidade para produzir milho grão para introduzir na alimentação animal, e não vem mal ao mundo nem se perde a soberania por não produzir cereais para consumo humano! Vem mal ao mundo se nós não conseguirmos produzir outras coisas para exportarmos, para podermos comprar trigo ou milho a quem produz mais barato! Não vem pecado mal ao mundo! Até porque os navios que vão com alguma coisa, têm que vir com outra!

E eles agora vêm é com muito e vão com quase nada! E esse é que é o grande problema desta região, é uma balança de transações, como já de manhã aqui disse, extramente deficitária. Relativamente aos pontos resolutivos, eu não vou esmiuçar um a um, mas há aqui um saudosismo do Sr. Deputado Pedro Neves relativamente aos planos quinquenais da ex-União Soviética! São planos, são estratégias, o Governo tem que definir essas áreas todas! Esquecem-se que é preciso haver produtores! E é preciso haver produtores e terra disponível para isso! E não é fácil! Não é o Governo... a não ser que o Sr. Deputado Pedro Neves me diga que de facto é saudosista dos planos quinquenais da ex-União Soviética...

Deputado Pedro Pinto: É bem possível!

O Orador: ... e me venha dizer que o Governo agora vai definir que o José deixa de produzir milho forrageiro e passa a produzir trigo, porque a terra dele, o terreno dele, a propriedade dele está destinada a isso. Não! O direito à propriedade é um direito que todos têm de fazer com ela o que quiserem! Até deixá-la abandonada! Exatamente, Sr. Presidente do Governo! É um valor absoluto! Uma herança do liberalismo, veja lá! Do estado de direito democrático!

Deputado Pedro Pinto: No século XIX!

O Orador: Exatamente. Para fazer portos e aeroportos, escolas e hospitais, não é para dizer o que é que se vai lá fazer. E é por isso, Sr. Deputado Pedro Neves, que a Iniciativa Liberal não vai acompanhar, infelizmente, porque o senhor gostava de ver isso aprovado por unanimidade e eu vou ter que ficar de pé quando os outros vão ficar todos sentados, mas, peço-lhe desculpa, eu não embarco em hipocrisias, eu não embarco em fretes e não embarco nestas coisas que determinam resoluções ao Governo quando a maior parte de nós sabe que o Governo fará delas aquilo que já fez com muitas outras, que é pegar, dobrar, mete na gaveta e nunca mais...

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Não é este Governo!

Deputado Pedro Neves: É como as suas! Eu gosto do pragmatismo!

O Orador: ...e como nós hoje vamos... As minhas, eu estou tratando delas! Trate V. Exa. das suas, porque das minhas, eu estou tratando delas!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

Deputado Paulo Estêvão: Isto vai aquecer!

(*) **Deputado Pedro Neves:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e senhores membros do Governo. Há aqui uma grande diferença, aqui o Sr. Deputado Nuno Barata gosta... é conforme a balança – se lhe dá jeito, pragmatismo, se não dá jeito, estado de alma, que foi exatamente como a SATA! Porque ele disse que, pessoalmente, aquilo lhe fazia confusão! Ó Sr. Deputado, então, o pragmatismo do Sr. Deputado Nuno Barata é assim um bocado... tem aqui um problema. A coluna vertebral que aquilo oscila extremamente bem! O que o PAN não é obrigar, obviamente, um produtor a querer produzir aquilo que o Governo pretende – o PAN nunca disse isso! Se o Sr. Deputado Nuno Barata lesse – lesse! – aquilo que nós escrevemos, que serve para isso, para ler, verificava obviamente que o próprio Governo em si, quando faz a sua promoção, quando faz a sua publicidade, quando faz o marketing, é notório que há muitos açorianos que vão pela tendência daquilo que o Governo também pretende, porque é uma ajuda, exatamente como o Sr. Secretário disse! Quando, à partida, temos, de uma forma coesa, a pessoa tem a parte monetária que é pelo menos sólida, durante um mês, porque é necessário, não só para os fornecedores, não só para as empresas, mas também para a sua própria família, que necessita desse valor, nós sabemos, à partida, quando o Governo faz uma promoção e marketing, as pessoas têm uma tendência para ir novamente porque sentem também a salvaguardar do Governo. E é aquilo que o PAN pretende! Não é obrigar quem quiser produzir, seja nos hectares do Sr. Deputado Nuno Barata ou seja do produtor ao lado! Nada disso! Queremos promover, queremos mostrar

que há outro tipo de argumento, que não o argumento também do Sr. Deputado Bruno Belo, que é sempre: “Vaca, vaca, vaca”! Não, podemos mudar! Há que mudar! “Mudasti” de uma vez por todas! Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores membros do Governo. Eu podia ter pedido a palavra para um protesto, mas como ainda tenho tempo, vou usar dela para dizer pela quinta vez neste plenário, pragmaticamente, para o Sr. Deputado Pedro Neves perceber, pragmaticamente! A SATA Internacional Azores Airlines é para fechar, para salvar a SATA Açores, que é fundamental para a mobilidade interilhas de todos os açorianos! Sr. Deputado Pedro Neves, percebeu? É pragmático ou não é pragmático?

Deputada Catarina Cabeceiras: E os cereais?

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): O Sr. Deputado começou nos cereais e acabou na SATA. Foi pior do que eu!

Presidente da Assembleia: Sr. Deputado... Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos, não é sobre a SATA que nós estamos a falar, nós estamos a falar sobre produção de cereais! Sr. Deputado Pedro Neves, faz favor!

(*) **Deputado Pedro Neves:** Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, senhores membros do Governo. Obviamente que o PAN não quer cereais no aeroporto! Não é isso que nós queremos! Não queremos usar, porque nós precisamos, obviamente, desse espaço para aterrar! Seja da Air Açores, ou seja, obviamente, da SATA Internacional, nomeadamente, Azores Airlines, que a Lusa não teve o cuidado de enganar-se sobre aquilo que o PAN disse - exatamente igual como o Sr. Deputado Nuno Barata – que o pragmatismo existe, mas a visão do PAN, neste caso, do senhor Pedro Neves é um pouco mais ampla, periférica e

consegue ver mais coisas, nós temos exatamente a mesma opinião relativamente àquilo que foi discutido de manhã, neste caso, é para fechar a SATA Internacional e não a Air Açores. Mas, relativamente aos cereais, também não nos podemos esquecer que o Sr. Deputado Nuno Barata, de manhã, que acho que também falou dos cereais, acho eu, Sr. Presidente, disse também sobre o estado de alma relativamente a uma determinada transportadora aérea, que também agora, com cargueiro, pode também trazer cereais. Era isso que eu queria dizer, Sr. Presidente, sem sair do objeto. Obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Vamos então passar à votação deste projeto de resolução. Vamos votar o projeto de resolução n.º 105/12, “Estratégia agrícola regional de emergência para a produção e armazenamento de cereais”. As senhoras e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. Sras. e Srs. Deputados, os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar. O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário da Assembleia: O projeto de resolução n.º 105/12 foi aprovado, com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do PAN e 1 do Deputado independente, 1 voto contra da Iniciativa Liberal e 1 voto de abstenção do Chega.

Deputado Pedro Neves: Não falou e vai abster-se!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Secretário. Sr. Deputado Carlos Furtado para uma declaração de voto. Faz favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo. Conforme tinha anunciado, votei favoravelmente o projeto de resolução apresentado pelo PAN, e o pragmatismo que o Sr. Deputado Nuno Barata também mostrou nas suas intervenções, foi aquele que eu também mostrei na minha intervenção quando disse que, acima de tudo, a produção agrícola na região tem que se concentrar na

diversificação, é certo, mas, e principalmente, na tonelagem por hectare. Esse é um elemento determinante que pode fazer com que haja uma maior rentabilização dos nossos solos e uma diminuição daquilo que é a nossa dependência alimentar. O trabalho que estou tentando fazer neste sentido há de ir aparecendo ao longo desta legislatura, porque eu acho que é importante que tenhamos que caminhar neste sentido. Caso contrário também, confirmo aquilo que disse o Sr. Deputado Nuno Barata, que não vale a pena entrarmos aqui em entusiasmos e em romantismos, porque o problema alimentar, essencialmente, resolve-se pelo volume, pelo peso, e a nossa dimensão de terreno não nos permite determinadas produções. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Há mais inscrições para declarações de voto? Vamos avançar nos nossos trabalhos para o ponto 12, petição n.º 17/12, “Pela dignidade dos doentes de Machado-Joseph”. Sr. Deputado Nuno Barata?

(*) **Deputado Nuno Barata:** Interpeleção para pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente da Assembleia: 15 minutos. Regressamos às 19h30.

Eram 19 horas e 15 minutos.

Presidente da Assembleia: Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 19 horas e 31 minutos.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, pede a palavra para?

(*) **Deputado João Bruto da Costa:** Interpeleção, Sr. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente da Assembleia: É regimental, está concedido. Encerramos assim os

nossos trabalhos por hoje. Damos continuidade amanhã com a agenda. Boa noite a todos.

Eram 19 horas e 34 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Sabrina Marília Coutinho Furtado

Transcrição efetuada por empresa externa.